

[São Paulo] Curso: Teoria e História do Anarquismo
(20-24 de julho de 2015)



APOSTILA DE TEXTOS

- Piotr Kropotkin. “Anarquismo”.
- Errico Malatesta. “Anarquia e Anarquismo”.
- Mikhail Bakunin. “Necessidade de Organização”.
- Luigi Galleani. “O Princípio da Organização à Luz do Anarquismo”.
- Píer Francesco Zarcone. “Os Anarquistas na Revolução Mexicana - Excertos”.
- Frank Mintz e Frédéric Goldbronn. “Quando a Espanha Revolucionária Vivia em Anarquia”.
- Ba Jin. “O Anarquismo e a Questão da Prática”.
- Lucy Parsons. “Os Interesses de Classe são Idênticos?”.
- Ricardo Flores Magón. “Liberdade Política”.
- Emma Goldman. “Sindicalismo: sua teoria e sua prática”.
- Domingos Passos. “Socialismo e Anarquismo / Federalismo e Centralismo”.
- Ravachol. “Meus Princípios / Discurso Proibido”.

NOTA: Os textos dessa apostila servem como material de apoio ao curso “Teoria e História do Anarquismo”. Eles têm por objetivo colocar as pessoas que farão o curso em contato com alguns dos clássicos e episódios anarquistas e não necessariamente refletem as posições teórico-metodológicas e preferências estratégico-organizativas dos pesquisadores do ITHA.

ANARQUISMO

Piotr Kropotkin

ANARQUISMO (do grego an – e arke, contrário à autoridade) é o nome que se dá a um princípio ou teoria da vida e do comportamento que concebe uma sociedade sem governo, em que se obtém a harmonia, não pela submissão à lei, nem obediência à autoridade, mas por acordos livres estabelecidos entre os diversos grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos para a produção e consumo, e para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado.

Numa sociedade desenvolvida sobre estas diretrizes, as associações voluntárias que já começaram a abarcar todos os campos da atividade humana adquiririam uma extensão ainda maior, até o ponto de substituir o Estado em todas as suas funções. Representariam uma rede entrelaçada, composta de uma infinita variedade de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporários ou mais ou menos permanentes, para todos os objetivos possíveis: produção, consumo e troca, comunicações, serviços sanitários, educação, proteção mútua, defesa do território, etc.; e, por outro lado, para a satisfação de um número crescente de necessidades científicas, artísticas, literárias e de relacionamento social.

Além disso, tal sociedade não se pretenderia imutável. Pelo contrário, como acontece com todo o conjunto da vida orgânica, a harmonia seria derivada de um ajuste e reajuste perpétuos e variáveis do equilíbrio da multiplicidade de forças e influências, e este ajuste seria obtido, resumidamente, se nenhuma força gozasse da proteção especial do Estado.

Se a sociedade, segundo isto, se organizasse conforme estes princípios, o homem não se veria limitado, no livre exercício de sua capacidade de trabalho produtivo, por um monopólio capitalista sustentado pelo Estado; nem no exercício de sua vontade por medo ao castigo, ou por obediência a entidades metafísicas ou a indivíduos que levam, ambos, à diminuição da iniciativa e ao servilismo intelectual. O homem se guiaria por sua própria razão, que necessariamente levaria a marca da ação e reação livres de seu próprio eu e das concepções éticas do meio. O homem poderia assim alcançar o desenvolvimento pleno de todas as suas potencialidades intelectuais, artísticas e morais, sem se ver obrigado a trabalhar exaustivamente para os monopolistas, nem ser limitado pelo servilismo e pela inércia intelectual da grande maioria. Poderia assim alcançar a plena individualização, que não é possível nem sob o sistema de individualismo atual, nem sob nenhum sistema de socialismo de Estado do chamado *Volkstadt* (Estado popular).

Os autores anarquistas consideram, além disso, que sua concepção não é uma utopia baseada em um método apriorístico, depois de tornar postulados alguns desejos que são tomados por fatos reais. Ela é derivada, afirmam, de uma análise de tendências que já estão atuando, embora o socialismo de Estado possa encontrar apoio temporário entre os reformadores. O progresso da técnica moderna, que simplifica maravilhosamente a produção de todos os elementos necessários para a vida; o crescente espírito de independência e a rápida expansão da livre iniciativa e do livre entendimento em todos os ramos de atividade (incluindo as que se consideravam antes atributo da Igreja e do Estado) reforçam firmemente a tendência de não-governo.

Quanto às suas concepções econômicas, os anarquistas, junto com todos os socialistas, de que são a ala esquerda, sustentam que o sistema de propriedade privada da terra hoje imperante, nossa produção capitalista em função do lucro, representa um monopólio que vai ao mesmo tempo contra os princípios de justiça e os imperativos da utilidade. É o motivo pelo qual os frutos da técnica moderna não sejam postos a serviço de todos e produzam o bem-estar geral. Os

anarquistas consideram o sistema salarial e a produção capitalista um obstáculo ao progresso. Mas destacam também que o Estado foi e continua sendo o principal instrumento para que uns se apropriem de um volume totalmente desproporcionado do excedente de produção anual acumulado. Em consequência, quando combatem o atual monopólio da terra e o capitalismo, os anarquistas combatem com a mesma energia o Estado, como apoio principal do sistema. Não esta ou aquela forma especial de Estado, mas o próprio Estado, seja monarquia ou, inclusive, república governada por meio de *referendum*.

Havendo sido sempre a organização do Estado, tanto na história antiga como na moderna (império macedônico, império romano, os modernos Estados europeus edificados sobre as ruínas das cidades livres), o instrumento para estabelecer monopólios das minorias dominantes, não pode ser utilizado para a destruição de tais monopólios. Os anarquistas consideram, portanto, que entregar ao Estado todas as principais fontes de vida econômica (a terra, as minas, as ferrovias, os bancos, os seguros, etc.), assim como o controle de todos os principais setores da indústria, além de todas as funções que já acumula em suas mãos (educação, religiões apoiadas pelo Estado, defesa do território, etc.), significaria criar um novo instrumento de domínio. O capitalismo de Estado não faria mais que incrementar os poderes da burocracia e o capitalismo. O verdadeiro progresso está na descentralização, tanto territorial como funcional, no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal, e na federação livre do simples ao complexo, em vez da hierarquia atual, que vai do centro à periferia.

Os anarquistas, com a maioria dos socialistas, reconhecem que, como toda evolução natural, a lenta evolução da sociedade às vezes é seguida de períodos de evolução acelerada aos quais se chama de revoluções; e acreditam que a era das revoluções ainda não está concluída. Aos períodos de rápidas mudanças seguirão outros de lenta evolução, e estes períodos deverão ser aproveitados, não para aumentar e estender os poderes do Estado, mas para reduzi-los, formando organizações dos grupos locais de produtores e consumidores em toda população ou comuna, assim como federações regionais e, em seu momento, internacionais, destes grupos.

Os anarquistas se negam, em virtude dos princípios expostos, a participar na organização estatista atual e apoiá-la e infundir-lhe sangue novo. Não pretendem constituir, e convidam os trabalhadores a não fazê-lo, partidos políticos para os parlamentos. Portanto, desde que se criou a Associação Internacional de Trabalhadores (1864-66), procuraram difundir suas idéias diretamente nas organizações operárias e induzi-la a uma luta direta contra o capital, sem depositar fé alguma na legislação parlamentar.

O desenvolvimento histórico do anarquismo

A concepção da sociedade esboçada e a tendência de que é expressão dinâmica sempre existiram na espécie humana, frente à concepção e à tendência hierárquica que hoje imperam, e seu predomínio foi alternado nos diferentes períodos da história. À primeira tendência devemos a evolução, obra das próprias massas, daquelas instituições (o clã, a comunidade aldeã, o grêmio, a cidade livre medieval) pelas quais as massas resistiram às invasões dos conquistadores e das minorias que desejavam o poder. Esta mesma tendência se manifestou energicamente nos grandes movimentos religiosos dos tempos medievais, sobretudo nos primeiros da Reforma e em seus precedentes. Achou clara expressão, ao mesmo tempo, nas obras de alguns pensadores, desde os tempos de LaoTsé; embora, devido à sua origem popular e não-escolástica, tenha tido uma repercussão muito menor entre os estudiosos que a tendência oposta.

Como destacou o professor Adler em seu *Geschichte des Sozialismus und Kommunismus*, Aristipo (cerca de 430 a.C.), um dos fundadores da escola cirenaica, já ensinava que o sábio não

deve ceder sua liberdade ao Estado e, em resposta a uma pergunta de Sócrates, disse que não desejava pertencer nem à classe governante nem à governada. Mas esta atitude era ditada, ao que parece, por uma simples visão epicurista da vida do povo.

O melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia antiga foi Zenão (342-267 ou 270 a.C.), cretense, fundador da escola estoica, que opôs uma clara consciência de comunidade livre sem governo à utopia estatista de Platão. Repudiou a onipotência do Estado, seu caráter intervencionista e regulamentador, e proclamou a soberania da lei moral do indivíduo, sublinhando então que, embora o necessário instinto de autodefesa leve o homem ao egoísmo, a natureza proporcionou um corretivo dando ao homem outro instinto: o social. Quando os homens forem bastante razoáveis para seguir seus instintos naturais, se unirão acima das fronteiras e constituirão o cosmo. Não precisarão então de tribunais de justiça nem de polícia, não terão templos nem cultos públicos, não utilizarão moeda alguma: haverá doações livres ao invés de trocas. Infelizmente, não chegaram até nós as obras de Zenão e só conhecemos citações fragmentárias. No entanto, o próprio fato de sua formulação ser semelhante à utilizada hoje, mostra até que ponto é profunda a tendência da natureza humana de que foi porta-voz.

Nos tempos medievais, encontramos os mesmos pontos de vista sobre o Estado no ilustre bispo de Alba, Marco Girolamo Vida, em seu primeiro diálogo *De Dignitate Reipublicae* (Ferd. Cavalli, em *Men, dell' Instituto Vento*, XIII; dr. E. Nys, *Researches in the History of Economics*). Mas é sobretudo em vários movimentos cristãos primitivos, que se iniciam no século IX na Armênia, nas pregações dos primeiros hussitas, sobretudo Chojecki, e nos primitivos anabatistas, em especial Hans Denk (Keller, *Ein Apostel der Wiedertäufer*), que achamos as mesmas idéias vigorosamente expressadas, sublinhando-se, é claro, sobretudo seus aspectos morais.

Rabelais e Fénelon, em suas utopias, também expressaram idéias similares, freqüentes igualmente no século XVIII entre os enciclopedistas franceses, como se pode deduzir de expressões isoladas que se acham esporadicamente nas obras de Rousseau, no prefácio de Diderot à *Viagem de Bougainville*, etc. No entanto, tais idéias não puderam se desenvolver então, provavelmente por causa da rigorosa censura da Igreja Católica Romana.

Estas idéias mais tarde acharam expressão durante a Grande Revolução Francesa. Embora os jacobinos fizessem o possível para centralizar tudo nas mãos do governo, descobriu-se agora, por documentos recentemente publicados, que as massas populares, em suas municipalidades e “seções”, conseguiram realizar um considerável trabalho construtivo. Apoderaram-se da eleição dos juizes, da organização do abastecimento e equipamento para o exército e as grandes cidades, proporcionaram trabalho aos desempregados, dirigiram obras beneficentes, etc. Tentaram, inclusive, estabelecer uma correspondência direta entre as 36 mil comunas da França por intermédio de um conselho especial, à margem da Assembléia Nacional (Sigismund Lacroix. *Actes de la Commune de Paris*).

Godwin, em seu *Enquiry Concerning Political Justice* (2 volumes, 1793), foi o primeiro a formular as concepções políticas e econômicas do anarquismo, embora não desse tal nome às idéias expostas em sua notável obra. As leis, escreveu, não são produto da sabedoria de nossos antepassados: são produto de suas paixões, timidez, invejas e ambição. O remédio que oferecem é pior que os males que pretendem curar. Se se abolissem todas as leis e tribunais, e só neste caso, e se se deixasse decidir, sobre os pleitos que surjam, homens razoáveis eleitos para este fim, gradualmente se criaria uma justiça-autêntica. Quanto ao Estado, Godwin pedia abertamente sua abolição. Uma sociedade, escreveu, pode existir perfeitamente sem governo, se as comunidades são pequenas e absolutamente autônomas. Com relação à propriedade, afirmou que só a justiça deve regular os direitos de cada um “a todo objeto capaz de contribuir para o

benefício de um ser humano”: o objeto deve ir “para quem mais o necessite”. Sua conclusão era o comunismo. Mas Godwin não teve o valor de manter suas opiniões. Mais tarde reelaborou totalmente seu capítulo sobre a propriedade e amenizou seus pontos de vista comunistas na segunda edição de *Political Justice* (oito volumes, 1796).

Proudhon foi o primeiro que utilizou, em 1840 (*Que é a Propriedade?*), o nome de anarquia, aplicando-o ao estado social de não-governo. O nome de “anarquistas” fora abundantemente aplicado pelos girondinos durante a Revolução Francesa em relação aos revolucionários que não consideravam que a tarefa da revolução devesse limitar-se a derrubar Luís XVI, e insistiam em que se tomasse uma série de medidas econômicas (abolição de direitos feudais sem indenização, devolução às comunidades dos povos das terras comunais cercadas desde 1669, limitação da propriedade da terra a 120 acres, imposto progressivo sobre a renda, organização nacional das trocas com base num valor justo, que então começava a se elevar na prática, etc.).

Proudhon defendeu, pois, uma sociedade sem governo e utilizou o termo anarquia para designá-la. Proudhon renegou, como se sabe, todo esquema de comunismo que pudesse conduzir a espécie humana a acabar em mosteiros ou barracões comunistas, ou também todos os planos de socialismo de Estado, ou amparado pelo Estado, propostos por Louis Blanc e pelos coletivistas. Quando proclamou, em sua primeira obra sobre a propriedade, que “propriedade é roubo”, aludia unicamente à propriedade em seu sentido atual, segundo o direito romano, de “direito de uso e abuso”; entendia, por outro lado, os direitos de propriedade no sentido limitado de posse, considerando-a a melhor proteção contra as interferências do Estado. Ao mesmo tempo, não desejava desapropriar violentamente os proprietários da terra, dos prédios, das casas, das fábricas, etc. Preferia alcançar o mesmo fim estabelecendo que o capital não pudesse produzir lucro; e se propunha a consegui-lo com um banco nacional, baseado na confiança mútua de todos os que se dedicavam à produção, que concordariam em trocar seus produtos segundo o valor de custo, por meio de cheques de trabalho que representassem as horas de trabalho necessárias para produzir determinado artigo. Segundo este sistema, que Proudhon chamava de “mutualismo”, todas as trocas de serviços seriam estritamente equivalentes. Além disso, tal banco poderia emprestar dinheiro sem lucro, exigindo só em torno de 1%, inclusive até menos, para cobrir os gastos de administração. Como qualquer um poderia, assim, emprestar o dinheiro necessário para comprar uma casa, ninguém mais iria querer pagar uma renda anual para utilizá-la. Assim, facilmente se conseguiria, sem expropriação, uma “liquidação social” geral. O mesmo se aplicava às minas, ferrovias, fábricas, etc.

Numa sociedade deste tipo, o Estado seria inútil. As principais relações entre os cidadãos se baseariam no livre acordo e se regulariam por uma simples contabilidade. As disputas se resolveriam pela arbitragem. As características mais destacadas da obra de Proudhon foram a profunda crítica do Estado, e de todas formas possíveis de governo, e uma penetrante visão de todos os problemas econômicos.

Temos de acrescentar que o mutualismo francês teve seu precursor na Inglaterra, em William Thompson, que começou sendo mutualista antes de se tornar comunista, e em seus seguidores John Gray (*A Lecture on Human Happiness*, 1825; *The Social System*, 1831) e J. F. Brail (*Labour's Wrongs and Labour's Remedy*, 1839). Teve também seu precursor na América, Josiah Warren, nascido em 1798 (veja-se W. Bailis, *Josiah Warren, the First American Anarchist*, Boston 1900), que pertenceu à “Nova Harmonia” de Owen e considerou que o fracasso deste empreendimento se deveu mais que nada à falta de iniciativa e de responsabilidade. Estes defeitos, advertiu, eram inerentes a todo plano baseado na autoridade e na comunidade de bens. Defendeu, em consequência, a completa liberdade do indivíduo. Em 1827, abriu em Cincinnati um pequeno armazém rural que foi o primeiro “Armazém de Equidade”, a que as pessoas chamaram “Tenda Tempo”, porque se baseava em trabalho trocado hora por hora por todo tipo

de produtos. “O custo-limite do preço” e, em consequência, “a abolição do lucro”, era o lema de seu armazém, e mais tarde de seu “Povoado Eqüidade”, junto a Nova Iorque, que ainda existia em 1865. A “Casa da Eqüidade” do senhor Keith, em Boston, criada em 1855, também merece ser citada.

Embora as idéias econômicas de Proudhon, sobretudo o banco de ajuda mútua, tenham encontrado apoio e inclusive aplicação prática nos Estados Unidos, sua concepção política anárquica teve muito pouca repercussão na França, onde o socialismo cristão de Lamennais e dos fourieristas, e o socialismo de Estado de Louis Blanc e dos seguidores de Saint-Simon dominavam. Estas idéias tiveram, no entanto, algum apoio temporário entre os hegelianos alemães, Moses Hess em 1843 e Karl Grün em 1845, que defenderam o anarquismo. Além disso, o comunismo autoritário de Wilhelm Weitling, ao dar origem a uma oposição entre os operários suíços, foi expresso por Wilhelm Marr nos anos 40.

Por outro lado, o anarquismo individualista, também na Alemanha, achou plena expressão em Max Stirner (Kaspar Schmidt), cujas notáveis obras (*Der Einzige und sein Eigentum* e seus artigos em *Rheinsche Zeitung*) permaneceram completamente desconhecidas até que John Henry Mackay chamou atenção sobre elas.

O professor V. Basch, na excelente introdução a seu interessante livro, *L'Individualisme Anarchiste: Max Stirner* (1904), mostrou como, no desenvolvimento da filosofia alemã desde Kant a Hegel, o absoluto de Schelling e o Geist de Hegel provocaram inevitavelmente, ao se iniciar a revolta anti-hegeliana, a pregação do mesmo “absoluto” no campo dos rebeldes. Isso fez Stirner, que defendeu não só uma rebelião total contra o Estado e contra a servidão que o comunismo autoritário imporia aos homens, mas também a plena liberação do indivíduo de toda prisão social e moral: a reabilitação do “eu”, a supremacia do indivíduo, completo “amoralismo” e a “associação dos egoístas”. O professor Basch indicou então o significado final desta espécie de anarquismo individual: que o objetivo de toda civilização superior não é fazer que todos os membros da comunidade se desenvolvam de modo normal, mas permitir a certos indivíduos melhor dotados “se desenvolverem plenamente”, mesmo que a custo da felicidade e da própria existência da grande maioria dos seres humanos. É, assim, uma volta ao individualismo mais vulgar, defendido por todas as supostas minorias superiores, às quais, na realidade, o homem em sua história deve precisamente o Estado e tudo o mais que estes individualistas combatem. Seu individualismo chega a uma negação de seu próprio ponto de partida, para não falar da impossibilidade de que o indivíduo consiga um desenvolvimento realmente pleno nas condições de opressão das massas pelos “belos aristocratas”. Seu desenvolvimento seria unilateral. Por isso, tal direção ideológica, não obstante seu acerto indubitável ao advogar o pleno desenvolvimento de cada individualidade, só encontra eco em limitados círculos artísticos e literários.

O anarquismo da Associação Internacional de Trabalhadores

Após a derrota da insurreição dos operários parisienses em junho de 1848 e a queda da república, houve uma diminuição geral da propaganda em todas as correntes do socialismo. A imprensa socialista inteira ficou praticamente paralisada durante um período de reação que se prolongou por vinte anos. No entanto, até o pensamento anarquista fez progressos, principalmente nas obras de Bellegarrique (Coeurderoy) e sobretudo Joseph Déjacque (*Les Lazaréennes, L'Humanisphère*, uma utopia anarco-comunista, recentemente descoberta e reeditada). O movimento socialista só reviveu a partir de 1864, quando alguns operários franceses, todos “mutualistas”, se reuniram em Londres, durante a Exposição Universal, com seguidores de Robert Owen e fundaram a Associação Internacional de Trabalhadores. Esta associação desenvolveu-se muito rápido e adotou uma política de luta econômica direta contra o capitalismo, sem intervir na vida política

até 1871. Após a guerra franco-prussiana, quando se proibiu a Associação Internacional de Trabalhadores na França após a Insurreição da Comuna, os operários alemães, que haviam obtido direito a voto nas eleições ao recém-constituído parlamento imperial, insistiram em modificar as táticas da Internacional e começaram a formar um partido político social-democrata. Isto levou logo a uma divisão na Internacional, cujas federações latinas (a espanhola, a italiana, a belga e a jurássica [jurassiana] – a França não pôde estar representada) formaram entre si uma união federal que rompeu totalmente com o conselho geral marxista da organização. Dentro dessas federações se desenvolveu então o que se pode chamar de anarquismo moderno. Os federados, com os nomes de “federalistas” e de “antiautoritários”, haviam utilizado durante algum tempo o de “anarquistas”, que seus adversários insistiam em lhes aplicar, acabou prevalecendo e finalmente foi reivindicado.

Bakunin logo se converteu no espírito orientador destas federações latinas para o desenvolvimento de princípios do anarquismo, o que fez em numerosos escritos, folhetos e cartas. Exigiu a abolição total do Estado, segundo ele produto da religião, correspondente a um estágio de civilização mais atrasado e que representava a negação da liberdade e corrupção até o que pretendia fazer em prol do bem-estar comum. O Estado era um mal historicamente necessário, mas seria igualmente necessária, cedo ou tarde, sua extinção total. Repudiando toda a legislação, até a nascida do sufrágio universal, Bakunin exigia plena autonomia para toda nação, região e comuna, sempre que não constituíssem ameaça para seus vizinhos, e plena independência do indivíduo, acrescentando que alguém só é realmente livre quando os demais são livres e proporcionalmente a essa liberdade de todos. As federações livres das comunas formariam nações livres.

Quanto às suas idéias econômicas, Bakunin se dizia, junto com seus camaradas federalistas da Internacional, “anarquista coletivista”; não como o foram Vidal e Becqueur nos anos 40, os seus modernos seguidores social-democratas, mas como defesa de um estado de coisas em que todos os meios de produção fossem propriedade comum dos grupos de trabalho e das comunas livres, e em que o sistema de retribuição do trabalho, comunista ou de outro gênero, fosse estabelecido por cada grupo. A revolução social, cuja proximidade prediziam então todos os socialistas, seria o meio de dar vida às novas condições.

As federações jurássica [jurassiana], espanhola e italiana e setores da Associação Internacional de Trabalhadores, assim como os grupos anarquistas franceses, alemães e americanos, foram durante os anos seguintes os principais centros do pensamento e da propaganda anarquista. Abstiveram-se de participar na política parlamentar e sempre mantiveram contato estreito com as organizações operárias. Mas, na segunda metade dos anos 80 e princípios dos 90, quando a influência dos anarquistas começou a ser percebida nas greves, nas manifestações do Primeiro de Maio, nas quais defendiam a idéia da greve pela jornada de oito horas, e na propaganda antimilitarista no exército, iniciou-se contra eles uma violenta repressão, sobretudo nos países latinos (incluindo a tortura física no castelo de Montjuic, de Barcelona) e nos Estados Unidos (execução de cinco anarquistas de Chicago em 1887). Contra estas perseguições, os anarquistas responderam com atos de violência que foram por sua vez seguidos de mais execuções de cima e novos atos de vingança de baixo. Isto criou na generalidade do público a impressão de que a essência básica do anarquismo era a violência, ponto de vista rechaçado por seus partidários, que sustentam que na realidade todos os partidos recorrem à violência quando se lhes impede a ação direta pela repressão e leis extraordinárias os declaram foragidos.

O anarquismo continuou se desenvolvendo, em parte na direção proudhoniana (mutualista), mas sobretudo como anarco-comunismo, ao que se acrescentou uma terceira direção, a anarcocristã, de Leon Tolstoi, e uma quarta, que poderia se denominar de anarquismo literário, iniciada por alguns destacados escritores modernos.

As idéias de Proudhon, sobretudo no que diz respeito ao banco mutualista, correspondem às de Josiah Warren e tiveram considerável repercussão nos Estados Unidos, dando origem a uma corrente diferente, cujos nomes podem ser encontrados na *Bibliografia de la Anarquia* do dr. Nettlau.

Benjamin R. Tucker ocupou posição destacada entre os anarquistas individualistas da América do Norte, cujo jornal *Liberty* foi fundado em 1881 e cujas idéias são uma combinação das de Proudhon e de Herbert Spencer. Partindo do princípio de que os anarquistas são egoístas, estritamente falando, e de que cada grupo de indivíduos, seja a liga secreta de alguns ou o Congresso dos Estados Unidos, tem o direito de oprimir todo o resto da espécie humana sempre que disponha do poder necessário, que deve ser lei a liberdade igual para todos e a absoluta igualdade, e que “ocupar-se cada um dos seus próprios assuntos” é a única regra moral do anarquismo, Tucker passa a demonstrar que uma aplicação geral e completa de tais princípios seria benéfica e não apresentaria perigo algum, porque os poderes de cada indivíduo ficariam limitados pelo exercício dos direitos iguais de todos os demais. Indicava após (segundo H. Spencer) a diferença que existe entre a usurpação dos direitos de alguém e a resistência a essa usurpação; entre dominação e defesa: sendo a primeira igualmente condenável, seja a usurpação realizada sobre um indivíduo por um criminoso, seja a de um sobre todos os outros, ou seja a de todos os outros sobre um; enquanto a resistência à usurpação é defensável e necessária. Em sua própria defesa, tanto o cidadão como o grupo têm direito a qualquer violência, incluída a pena capital. Justifica-se também a violência para tornar obrigatório o respeito a um acordo. Tucker segue assim Spencer e, como ele, abre (na opinião de quem escreve) o caminho da reconstituição, sob pretexto de “defesa”, de todas as funções do Estado. Sua crítica do Estado atual é muito penetrante, e sua defesa dos direitos do indivíduo, de grande vigor. Quanto às suas idéias econômicas, B. R. Tucker segue Proudhon.

O anarquismo individualista dos proudhonianos da América do Norte encontra, no entanto, pouca repercussão nas massas operárias. Os que o professam (principalmente “intelectuais”) compreendem logo que a individualização que tanto exaltam não é exequível por esforços individuais, e ou bem abandonam as fileiras anarquistas e se entregam ao individualismo liberal dos economistas clássicos, ou bem se refugiam numa espécie de amoralismo epicúreo, ou teoria do super-homem, similar às de Stirner e Nietzsche. A maioria dos operários anarquistas prefere as idéias anarco-comunistas, que gradualmente evoluíram a partir do coletivismo anarquista da Associação Internacional de Trabalhadores. A esta direção pertencem (e nomeio só os expoentes mais conhecidos do anarquismo) Eliseo Reclus, Jean Grave, Sebastian Fauré e Emilio Pouget, na França; Enrico Malatesta e Covelli na Itália; R. Mella, A. Lorenzo e os autores, a maioria desconhecidos, de muitos manifestos excelentes, da Espanha; John Most, entre os alemães; Spies, Parsons e seus seguidores nos Estados Unidos, etc.; também Domela Nieuwenhuis ocupa uma posição intermediária na Holanda. Os principais jornais anarquistas publicados a partir de 1880 pertencem também a essa tendência; e grande quantidade de anarquistas que também pertencem a ela se uniram ao chamado movimento sindicalista, nome francês do movimento operário não-político consagrado à luta direta contra o capitalismo, que tanta proeminência adquiriu ultimamente na Europa.

Como anarco-comunista, este que escreve trabalhou muitos anos para desenvolver as seguintes idéias: mostrar a conexão lógica e íntima que existe entre a filosofia moderna das ciências naturais e o anarquismo; dar ao anarquismo uma base científica para o estudo das tendências que são patentes hoje na sociedade e que pode indicar sua evolução posterior; e estabelecer as bases da moral anarquista. Quanto à essência do próprio anarquismo, meu objetivo foi demonstrar que o comunismo (ao menos parcial) tem mais possibilidades de êxito que o coletivismo, sobretudo se as comunas tomam a direção, e que a forma livre, ou anarco-comunista, é a única forma de

comunismo que oferece possibilidades estáveis às sociedades civilizadas; comunismo e anarquia são, em consequência, dois fatores de evolução que se complementam mutuamente, e que se fazem mutuamente possíveis e aceitáveis. Além disso, pretendi indicar como, durante um período revolucionário, uma grande cidade (se seus habitantes aceitam a idéia) poderia se organizar segundo as diretrizes do comunismo livre; a cidade garantiria a todo habitante moradia, comida e roupa em proporção correspondente ao bem-estar de que hoje só desfrutam as classes médias, em troca de um trabalho de meio dia, ou de cinco horas; e que tudo o que se considerasse luxo poderia ser obtido de modo geral se os indivíduos se unissem durante a outra metade do dia em todo gênero de associações livres que perseguissem os diversos objetivos possíveis: educativos, literários, científicos, artísticos, desportivos, etc. A fim de provar a primeira destas afirmações, analisei as possibilidades da agricultura e do trabalho industrial, combinadas ambas com as tarefas do intelecto. E com o objetivo de determinar os principais fatores de evolução dos seres humanos, analisei o papel que desempenharam na história as sociedades populares construtivas de ajuda mútua e o papel histórico do Estado.

Sem rótulos anarquistas, Leon Tolstói, como seus predecessores dos movimentos religiosos populares dos séculos XV e XVI, Chojecki, Denk e muitos outros, adota uma posição anarquista com relação ao Estado e aos direitos de propriedade, derivando suas conclusões do espírito geral dos ensinamentos de Cristo e dos necessários ditames da razão. Com todo o poder de seu talento, realizou (sobretudo em *Reino de Deus em Nós Mesmos*) uma vigorosa crítica da Igreja, do Estado, da Lei e, sobretudo, das leis da propriedade atuais. Descreve o Estado como dominação dos débeis, apoiada na força bruta. Os ladrões, diz, são muito menos perigosos que um governo bem organizado. Faz uma penetrante crítica dos preceitos hoje em voga com respeito aos benefícios que a Igreja, o Estado e a distribuição atual da propriedade conferem aos homens e deduz das doutrinas de Cristo o poder da não-resistência e a condenação absoluta de todas as guerras. Mas seus argumentos religiosos estão tão admiravelmente combinados com argumentos que procedem de uma observação desapaixonada dos males de hoje, que as partes anarquistas de sua obra falam tanto ao leitor religioso quanto ao que não o é.

Seria impossível explicar aqui, num esboço tão breve, a penetração, por um lado, das idéias anarquistas na literatura moderna, e a influência, por outro, que as idéias libertárias dos melhores escritores contemporâneos exerceram no desenvolvimento do anarquismo. Podem-se consultar os dez grandes volumes do “Suplemento Literário” do jornal *La Revolte* e também o de *Temps Nouveaux*, em que há citações das obras de centenas de autores modernos que expõem idéias anarquistas, para compreender até que ponto o anarquismo está estreitamente relacionado com todo o movimento intelectual de nosso tempo. *Liberty* de J. S. Mill, *Individual versus the State* de Spencer, *Morality Without Obligation or Sanction* de Marc Guyau e *La Morale, l’Art et la Religion* de Fouillée, as obras de Multatuli (E. Douwes Dekker), *Arte y Revolución* de Richard Wagner, as obras de Nietzsche, Emerson, W. Lloyd Garrison, Thoreau, Alejandro Herzen, Edward Carpenter, etc.; e no campo da literatura propriamente dita, os dramas de Ibsen, a poesia de Walt Whitman, *Guerra e Paz* de Tolstói, *Paris e o Trabalho*, de Zola, os últimos livros de Merezhkovsky, e uma infinidade de obras de autores menos conhecidos, estão cheias de idéias que mostram quão estreitamente relacionado está o anarquismo com as realizações do pensamento moderno que segue a mesma tendência de liberar o homem das amarras do Estado e do capitalismo.

* Tradução: Maurício Tragtenberg

* Artigo publicado no livro *Kropotkin: textos escolhidos*.

ANARQUISMO E ANARQUIA

Errico Malatesta

O anarquismo em suas origens, aspirações, em seus métodos de luta, não está necessariamente ligado a qualquer sistema filosófico.

O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte do sofrimento humano não é consequência inevitável das leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas, ao contrário, que deriva de realidades sociais dependentes da vontade humana e que podem ser eliminados pelo esforço humano, abria-se então o caminho que deveria conduzir ao anarquismo.

Era necessário encontrar as causas específicas dos males sociais e os meios corretos para destruí-las.

E quando alguns consideraram que a causa fundamental do mal era a luta entre os homens que resultava no domínio dos vencedores e a opressão e a exploração dos vencidos, e viram que este domínio dos primeiros e esta sujeição dos segundos deram origem à propriedade capitalista e ao Estado, e quando se propuseram derrubar o Estado e a propriedade, nasceu o anarquismo.[1]

Eu prefiro deixar de lado a incerta filosofia e ater-me às definições comuns, que nos dizem que a anarquia é uma forma de vida social em que os homens vivem como irmãos, sem que nenhum possa oprimir e explorar os demais, e em que todos os meios para se chegar ao máximo desenvolvimento moral e material estejam disponíveis para todos. O anarquismo é o método para realizar a anarquia por meio da liberdade e sem governo, ou seja, sem organismos autoritários que, pela força, ainda que seja por bons fins, impõem aos demais sua própria vontade.[2]

A anarquia é a sociedade organizada sem autoridade, compreendendo-se a autoridade como a faculdade de impor a própria vontade. Todavia, também significa o fato inevitável e benéfico de que aquele que melhor compreenda e saiba fazer uma coisa, consiga fazer aceitar mais facilmente sua opinião, e sirva de guia nesta determinada coisa aos que são menos capazes.

Em nossa opinião, a autoridade não somente não é necessária para a organização social, mas, mais ainda, longe de beneficiá-la vive dela como parasita, impede seu desenvolvimento e extrai vantagens desta organização em benefício especial de uma determinada classe que explora e oprime os demais. Enquanto há harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém deseja e nem tem meios de explorar os demais, não existem traços de autoridade. Quando, ao invés disso, há lutas intestinas e a coletividade se divide em vencedores e vencidos, surge então a autoridade, que é naturalmente usada para a vantagem dos mais fortes e serve para confirmar, perpetuar e fortalecer sua vitória.

Por sustentarmos esta opinião somos anarquistas, e em caso contrário, afirmando que não poderia haver organização sem autoridade, seríamos autoritários. Porque ainda preferimos a autoridade que incomoda e desola a vida, à desorganização, que a torna impossível.[3]

Quantas vezes temos de repetir que não queremos impor nada a ninguém, que não acreditamos ser possível nem desejável beneficiar as pessoas pela força, e que tudo o que queremos é que

ninguém nos imponha sua vontade, que ninguém possa estar em posição de impor aos demais uma forma de vida social que não seja livremente aceita?[4]

O socialismo – e isso é ainda mais verdadeiro no anarquismo – não pode ser imposto, seja por razões morais de respeito à liberdade, seja pela impossibilidade de aplicar “pela força” um regime de justiça para todos. Ele não pode ser imposto por uma minoria a uma maioria e também não pode ser imposto pela maioria a uma ou várias minorias.

E é por isso que somos anarquistas, que desejamos que todos tenham a liberdade “efetiva” de viver como queiram. Isso não é possível sem a expropriação daqueles que detêm atualmente a riqueza social e sem colocar os meios de trabalho à disposição de todos.[5]

A base fundamental do método anarquista é a liberdade, e por isso combatemos e continuaremos a combater tudo o que a violenta – liberdade igual para todos – qualquer que seja o regime dominante: monarquia, república ou qualquer outro.[6]

Nós, ao contrário, não pretendemos ter a verdade absoluta. Acreditamos que a verdade social, ou seja, o melhor modo de convivência social, não é algo fixo, bom para todos os tempos, universalmente aplicável ou determinável de antemão. Ao invés disso, acreditamos que uma vez assegurada a liberdade, a humanidade avançará, descobrindo e realizando as coisas, gradualmente, com o menor número de comoções e atritos. Por isso, as soluções que propomos deixam sempre a porta aberta a outras soluções distintas e, esperamos, melhores.[7]

Aqueles que analisam minha pergunta: “Como vocês farão para saber de que maneira se orientará, amanhã, sua república?”, opõem-se, por sua vez, colocando o seguinte: “Como vocês sabem de que maneira se orientará seu anarquismo?”. E eles têm razão: são numerosos e extremamente complexos os fatores da história, são tão incertas e indetermináveis as vontades humanas, que ninguém poderia colocar-se seriamente a profetizar o futuro. Mas a diferença que existe entre nós e os republicanos é que nós não queremos cristalizar nosso anarquismo em dogmas e nem impô-lo pela força; será o que puder ser e se desenvolverá à medida que os homens e as instituições tornem-se mais favoráveis à liberdade e à justiça integrais.[8]

Temos em vista o bem de todos, a eliminação de todos os sofrimentos e a generalização de todas as alegrias que possam depender das ações humanas; buscamos a paz e o amor entre todos os homens, uma sociedade nova e melhor, uma humanidade mais digna e feliz. Porém, acreditamos que o bem de todos não pode ser alcançado realmente sem o concurso consciente de todos; acreditamos que não existem fórmulas mágicas capazes de resolver as dificuldades; que não há doutrinas universais e infalíveis que se apliquem a todos os homens e a todas as situações; que não existem homens e partidos providenciais que podem substituir utilmente a vontade dos demais pela sua própria e fazer o bem pela força; pensamos que a vida social toma sempre as formas que resultam do contraste dos interesses materiais e dos ideais daqueles que pensam e reivindicam. E por isso, convocamos a todos a pensar e a reivindicar.[9]

O anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e que não quer ser opressor, aquele que deseja o maior bem-estar, a maior liberdade, o maior desenvolvimento possível para todos os seres humanos.

Suas idéias e suas vontades têm origem no sentimento de simpatia, de amor, de respeito para com a humanidade: um sentimento que deve ser suficientemente forte para fazer com que cada um queira o bem dos outros, assim como quer o seu próprio bem, renunciando as vantagens pessoais cuja obtenção requer o sacrifício dos outros.

Se não fosse assim, por que o anarquista seria inimigo da opressão e não trataria, ao invés disso, de transformar-se em opressor?

O anarquista sabe que o indivíduo não pode viver fora da sociedade, na realidade ele nem existiria, como indivíduo humano, senão porque carrega dentro de si os resultados do trabalho de inumeráveis gerações passadas, e aproveita durante toda sua vida a colaboração de seus contemporâneos.

O anarquista sabe que a atividade de cada um influencia, de maneira direta ou indireta, a vida de todos, e reconhece, portanto, a grande lei da solidariedade que predomina tanto na sociedade como na natureza. E já que quer a liberdade de todos, deve necessariamente querer que a ação desta solidariedade necessária, ao invés de ser imposta e sofrida, inconsciente e involuntária, ao invés de ser deixada à sua própria sorte e ser explorada em vantagem de alguns poucos e em detrimento da maioria, torne-se consciente e voluntária e seja aplicada para o igual benefício de todos.

Ser oprimidos, ser opressores, ou cooperar voluntariamente para o maior bem de todos. Não há nenhuma outra alternativa possível; e os anarquistas estão naturalmente a favor, e não podem não estar, da cooperação livre e voluntária.

Não queremos aqui ficar “filosofando” e falando de egoísmo, altruísmo e complicações similares. Estamos de acordo: todos somos egoístas, todos buscamos nossa satisfação. Porém, o anarquista encontra sua máxima satisfação na luta pelo bem de todos, pela realização de uma sociedade na qual possa ser um irmão entre irmãos, em meio de homens saudáveis, inteligentes, instruídos e felizes. Por outro lado, quem puder adaptar-se, quem estiver satisfeito em viver entre escravos e em obter lucro de seu trabalho não é, e não pode ser, um anarquista.[10]

Para ser anarquista, não basta reconhecer que a anarquia é um lindo ideal – coisa que, ao menos em teoria, todos reconhecem, incluindo os poderosos, os capitalistas, os policiais e, creio eu, até mesmo Mussolini. É necessário querer combater para chegar à anarquia, ou ao menos se aproximar dela, tratando de atenuar o domínio do Estado e do privilégio, e reivindicando sempre mais liberdade e mais justiça.[11]

Por que somos anarquistas?

Independente de nossas idéias sobre o Estado político e sobre o governo, ou seja, sobre a organização coercitiva da sociedade, que constituem nossa característica específica, e as idéias referentes ao melhor modo de assegurar a todos o livre acesso aos meios de produção e a participação nas boas coisas da vida social, somos anarquistas por um sentimento que é a força motriz de todos os reformadores sociais sinceros, e sem o qual nosso anarquismo seria uma mentira ou um contra-senso.

Este sentimento é o amor para com a humanidade, é o fato de sofrer com sofrimentos dos demais. Se eu como, não posso fazê-lo com gosto se penso que há gente que morre de fome; se compro um brinquedo para minha filha e me sinto muito feliz por sua alegria, minha felicidade logo se amarga ao ver que, diante da vitrine da loja há crianças com os olhos arregalados que se contentariam com um brinquedo que custa apenas algumas moedas, mas que não podem comprá-lo; se me divirto, minha alma se entristece assim que penso que há infelizes companheiros que definham nas prisões; se estudo ou realizo um trabalho que me agrada, sinto uma espécie de remorso ao pensar que há tantas pessoas que têm maior talento que eu e se vêem obrigadas a perder sua vida em tarefas exaustivas, muitas vezes inúteis ou prejudiciais. Claramente, puro

egoísmo, mas de um tipo que outros chamam altruísmo – chamem-no como quiserem – e sem o qual, não é possível ser realmente anarquista.

A intolerância frente à opressão, o desejo de ser livre e de poder desenvolver completamente a própria personalidade até o limite, não bastam para fazer de alguém um anarquista. Esta aspiração à liberdade ilimitada, se não for combinada com o amor pelos homens e com o desejo de que todos os demais tenham igual liberdade, pode chegar a criar rebeldes, que, se tiverem força suficiente, se transformarão rapidamente em exploradores e tiranos.[12]

Há indivíduos fortes, inteligentes, apaixonados, com grandes necessidades materiais ou intelectuais que, encontrando-se por acaso entre os oprimidos, querem, a qualquer custo, emancipar-se e não se ofendem em transformar-se em opressores: indivíduos que, sentido-se prisioneiros na sociedade atual, chegam a desprezar e a odiar toda a sociedade, e ao sentir que seria absurdo querer viver fora da coletividade humana, buscam submeter todos os homens e toda a sociedade à sua vontade e à satisfação de seus desejos. Às vezes, quando são pessoas instruídas, consideram-se super-homens. Não se sentem impedidos por escrúpulos, querem “viver suas vidas”. Ridicularizam a revolução e toda aspiração futura, desejam gozar o dia de hoje a qualquer preço, e à custa de quem quer que seja; sacrificariam toda a humanidade por uma hora de “vida intensa” (conforme seus próprios termos).

Estes são rebeldes, mas não anarquistas. Têm a mentalidade e os sentimentos de burgueses frustrados e, quando conseguem, transformam-se em burgueses, e não dos menos perigosos. Pode ocorrer algumas vezes que, nas circunstâncias dinâmicas da luta, os encontremos ao nosso lado, mas não podemos, não devemos e nem desejamos ser confundidos com eles. E eles sabem muito bem disso. Contudo, muitos deles gostam de chamar-se anarquistas. É certo – e também deplorável.

Nós não podemos impedir ninguém de se chamar do nome que quiser, nem podemos, por outro lado, abandonar o nome que sucintamente exprime nossas idéias e que nos pertence lógica e historicamente. O que podemos fazer é prevenir qualquer confusão, ou para que ela se reduza ao mínimo possível.[13]

Eu sou anarquista porque me parece que o anarquismo responde melhor que qualquer outro modo de vida social ao meu desejo pelo bem de todos, às minhas aspirações para uma sociedade que concilie a liberdade de todos com a cooperação e o amor entre os homens, e não porque o anarquismo se trate de uma verdade científica e de uma lei natural. Basta-me que não contradiga nenhuma lei conhecida da natureza para considerá-lo possível e lutar para conquistar o apoio necessário para sua realização.[14]

Eu sou comunista (libertário, claramente), estou a favor do acordo e creio que com uma descentralização inteligente e uma troca contínua de informações seria possível chegar à organização das trocas necessárias de produtos e satisfazer as necessidades de todos sem recorrer ao dinheiro, que está certamente carregado de inconvenientes e perigos. Aspiro, como todo bom comunista, a abolição do dinheiro, e como todo bom revolucionário creio que será necessário desarmar a burguesia desvalorizando todos os sinais de riqueza que possam permitir que pessoas vivam sem trabalhar.[15]

Frequentemente, dizemos: “o anarquismo é a abolição do *gendarme*”, entendendo por *gendarme* qualquer força armada, qualquer força material a serviço de um homem ou de uma classe para obrigar os demais a fazer o que não querem fazer voluntariamente.

Certamente, esta definição não dá uma idéia nem sequer aproximada do que se entende por anarquia, que é uma sociedade fundada no livre acordo, na qual cada indivíduo pode atingir o máximo desenvolvimento possível, material, moral e intelectual; que encontra na solidariedade social a garantia de sua liberdade e de seu bem-estar. A supressão da coerção física não é suficiente para que se chegue à dignidade de homem livre, para que se aprenda a amar seus semelhantes, a respeitar os direitos dos outros da mesma forma que deseja ter seus próprios direitos respeitados, e para que se recuse tanto a mandar como a obedecer. Alguém pode ser um escravo voluntário por deficiência moral e por falta de confiança em si mesmo, assim como alguém pode ser tirano por maldade ou por inconsciência, quando não encontra resistência adequada. Porém, isto não impede que a abolição do *gendarme*, ou seja, a abolição da violência nas relações sociais, constitua a base, a condição indispensável sem a qual a anarquia não pode florescer e, mais ainda, não pode nem sequer ser concebida.[16]

Visto que todos estes males da sociedade derivam da luta entre os homens, da busca do bem-estar que cada um realiza por sua própria conta e contra todos, queremos corrigir esta situação, substituindo o ódio pelo amor, a competição pela solidariedade, a busca individual do próprio bem-estar pela cooperação fraternal para o bem-estar de todos, a opressão e a imposição pela liberdade, a mentira religiosa e pseudo-científica pela verdade.

Portanto:

- 1) Abolição da propriedade privada da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho – para que ninguém disponha de meios de viver pela exploração do trabalho alheio –, e que todos, assegurados dos meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente com os demais, por um interesse comum e conforme as simpatias pessoais.
- 2) Abolição do governo e de todo poder que faça a lei para impô-la aos outros: portanto, abolição das monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistraturas e toda instituição que possua meios coercitivos.
- 3) Organização da vida social por meio das associações livres e das federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas segundo a vontade dos membros, guiadas pela ciência e pela experiência, livre de toda obrigação que não emane das necessidades naturais, às quais todos se submetem voluntariamente, quando reconhecem seu caráter inelutável.
- 4) Garantia dos meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar às crianças e a todos aqueles que são incapazes de suprir suas próprias necessidades.
- 5) Guerra às religiões e todas as mentiras, ainda que elas se ocultem sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até os níveis mais elevados.
- 6) Guerra às rivalidades e aos preconceitos patrióticos. Abolição das fronteiras e fraternidade entre todos os povos.
- 7) Reconstrução da família, de tal forma que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.[17]

Queremos abolir radicalmente a dominação e a exploração do homem pelo homem; queremos que os homens, irmanados por uma solidariedade consciente e desejada, cooperem todos de maneira voluntária para o bem-estar de todos; queremos que a sociedade constitua-se com o objetivo de proporcionar a todos os seres humanos os meios necessários para que alcancem o

máximo bem-estar possível, o máximo desenvolvimento moral e material possível; queremos pão, liberdade, amor e ciência para todos.[18]

NOTAS

1. *Pensiero e Volontà*, 16 de maio de 1925.
2. *Pensiero e Volontà*, 1 de setembro de 1925.
3. *L'Agitazione*, 4 de junho de 1897.
4. *Umanità Nova*, 25 de agosto de 1920.
5. *Umanità Nova*, 2 de setembro de 1922.
6. *Umanità Nova*, 27 de abril de 1922.
7. *Umanità Nova*, 16 de setembro de 1921.
8. *Pensiero e Volontà*, 15 de maio de 1924.
9. *Pensiero e Volontà*, 1º de janeiro de 1924.
10. *Volontà*, 15 de junho de 1913.
11. *Pensiero e Volontà*, 16 de maio de 1925.
12. *Umanità Nova*, 16 de setembro de 1922.
13. *Volontà*, 15 de junho de 1913.
14. *Umanità Nova*, 27 de abril de 1922.
15. *Il Risveglio*, 20 de dezembro de 1922.
16. *Umanità Nova*, 25 de julho de 1920.
17. *Il Programma Anarchico*, Bologna, 1920.
18. *Il Programma Anarchico*, Bologna, 1920.

* Compilação: Vernon Richards

* Tradução: Felipe Corrêa

NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO

Mikhail Bakunin

É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado.

Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de se chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro. (Maximoff, 367, 70).

Diga-se o que se disser, o sistema atualmente dominante é forte, não por suas idéias e pela sua força moral intrínseca, que são nulas, mas por toda a organização mecânica, burocrática, militar e policial do Estado, pela ciência e pela riqueza das classes que têm interesse em mantê-lo. (Obras, VI. 352-353, 71).

A sublevação do proletariado das cidades não é suficiente; com ele teríamos somente uma revolução política, que teria necessariamente contra ela a reação natural e legítima do povo dos campos, e esta reação, ou unicamente a indiferença dos camponeses, esmagaria a revolução das cidades, como aconteceu ultimamente na França.[1] Só a revolução universal é suficientemente forte para inverter e quebrar o poder organizado do Estado, sustentado pelos recursos das classes ricas. Mas a revolução universal é a revolução social, é a revolução simultânea dos povos dos campos e das cidades. É isso que é preciso organizar – porque sem uma organização preparatória, os elementos mais fortes são impotentes e nulos. (Obras, VI, 403, 71).

Nos momentos de grandes crises políticas ou econômicas, em que o instinto da massa, posto em brasa, se abre em todas as inspirações felizes, em que estes rebanhos de homens escravos, vergados, esmagados, mas nunca resignados, revoltam-se enfim contra o seu jugo, mas sentem-se desorientados e impotentes porque estão completamente desorganizados; dez, vinte ou trinta homens, entendendo-se bem e estando bem organizados, e que saibam para onde vão e o que querem, arrastarão facilmente cem, duzentos ou até mais. Vimos isso recentemente na Comuna de Paris. A organização séria, apenas iniciada durante o cerco, não foi muito perfeita e nem muito forte; e contudo foi suficiente para criar uma resistência formidável.

O que acontecerá então quando a Associação Internacional estiver melhor organizada; quando ela tiver muitas seções agrícolas e, em cada seção, o dobro e o triplo do número de membros que tem presentemente? O que acontecerá sobretudo quando cada um de seus membros souber, melhor que presentemente, o objetivo final e os verdadeiros princípios da Internacional, assim como os meios para realizar o seu triunfo? A Internacional tornar-se-á uma força irresistível.

Mas para que a Internacional possas adquirir realmente este poder, para que a décima parte do proletariado, organizado por esta associação, possa arrastar os outros nove décimos, é preciso que cada membro, em cada seção, esteja muito mais penetrado pelos princípios da Internacional do que está hoje. Só com esta condição é que nos tempos de paz e de calma ele poderá executar eficazmente a missão de propagandista e de apóstolo, e, nos tempos de luta, a de um chefe revolucionário. (Obras, VI, 90 a 92, 71)

Este programa [da Internacional] traz com ele uma ciência nova, uma nova filosofia social, que deve substituir todas as antigas religiões, e uma política totalmente nova... Para que todos os membros da Internacional possam executar, de uma maneira consciente, seu duplo dever de propagandistas e de chefes naturais das massas na Revolução, é preciso que cada um deles esteja também penetrado, tanto quanto possível, por esta ciência, por esta filosofia e por esta política. Não lhes basta saber e dizer que querem a emancipação econômica dos trabalhadores, o usufruto integral do seu produto por cada um, a abolição das classes e servilismo político, a realização da totalidade dos direitos humanos e a equivalência dos deveres e dos direitos para cada um, - a realização da fraternidade humana, numa palavra. Tudo isto é sem dúvida muito bom e muito justo, mas, se os operários da Internacional pararem nesta verdade, sem aprofundar as condições, as conseqüências e o espírito, e se se contentarem em repeti-las sempre nesta forma geral, correm o risco de fazer delas dentro em pouco, palavras ocas e estereis, lugares comuns incompreendidos.

Mas, dir-se-á, todos os operários, só pelo fato de serem membros da Internacional não podem tornar-se sábios; e não bastará que no seio desta associação se encontre um grupo de homens que possuam, tão completamente quanto possível nos nossos dias, a ciência, a filosofia e a política do socialismo, para que a maioria, para que o povo da Internacional, obedecendo com fé a sua direção e ao seu *comando fraternal* (no estilo de Sr Gambetta, o ditador jacobino por excelência), possa estar certo de não se desviar da via que o deve conduzir à emancipação definitiva do proletariado?

Eis um raciocínio que ouvimos freqüentemente, não abertamente exprimido – não se é tão sincero e tão corajoso para isso, mas que se desenvolve secretamente, com toda espécie de reticências mais ou menos hábeis e com elogios demagógicos dirigidos à sabedoria suprema e à onipotência do povo soberano, pelo partido autoritário, hoje triunfante na Internacional de Genebra. Nós sempre os combatemos apaixonadamente, porque estamos convencidos – e também o estão sem dúvida conosco, companheiros - que, desde o momento em que a Associação Internacional se dividir em dois grupos: um deles, compreendendo a grande maioria e sendo composto por membros cuja a única ciência seria a fé cega na sabedoria teórica e prática de seus chefes, e o outro, composto unicamente por algumas dezenas de indivíduos dirigentes, esta instituição que deve emancipar a humanidade se transformaria ela própria numa espécie de *Estado oligárquico*, o pior de todos os Estados; e ainda mais, esta minoria clarividente, sábia e hábil... se tornaria dentro de pouco tempo cada vez mais despótica, maléfica e reacionária. (Obras, VI, 93 a 96, 71).

... Acreditamos que o povo pode enganar-se muitas vezes, mas não há ninguém no mundo que possa corrigir seus erros e reparar o mal que sempre resulta deles, a não ser ele próprio; todos os outros reparadores e retificadores... nunca fazem nem podem senão aumentar os erros e o mal. (Lehning, I- 1, 242, 71).

Educação militante. Relação entre as organizações socialistas e os sindicatos: necessidade e papel do partido.

Eu gosto muito desses socialistas burgueses que nos gritam sempre: "Instruamos primeiro o povo e depois o emancipemos". Pelo contrário nós dizemos: Ele que se emancipe primeiro e se instruirá ele próprio... Deixam-no maçar-se com o seu trabalho quotidiano e com sua miséria, e dizem-lhe: "instruam-se!".

Não, senhores, apesar do nosso respeito pela questão da instrução integral, declaramos que hoje esta já não é a maior questão para o povo. A primeira questão é a da sua emancipação econômica

que engendra imediatamente e ao mesmo tempo a sua emancipação política, e muito em breve sua emancipação intelectual e moral. (Obras, V, 42, 69).

Mas como chegar, do abismo da ignorância, de miséria e de escravatura, no qual os proletários dos campos e das cidades estão mergulhados, a este paraíso, a esta realização da justiça e da humanidade na terra? - Para isso, os trabalhadores só têm um único meio: a associação. (Obras, V, 42, 69).

Pois só resta uma única via, é a *da [sua] emancipação pela prática*. (Obras, V, 182, 69).

A seção central, já dissemos, foi o primeiro germe, o primeiro corpo constituinte da Associação Internacional em Genebra; ela deveria continuar a ser sua alma, a sua inspiradora e a sua propagandista permanente. É neste sentido, sem dúvida, que muitas vezes se lhe chamou a "seção da iniciativa". Ela criou a Internacional em Genebra, devia conservar e desenvolver seu espírito. Sendo todas as outras seções corporativas[2], os operários estão aí reunidos e organizados não pela idéia, mas pelo fato e pelas próprias necessidades de seu trabalho idêntico. Este fato econômico, o de uma indústria especial e de condições particulares de exploração desta indústria pelo capital, a solidariedade íntima e particularmente os interesses, as necessidades, os sofrimentos, a situação e as aspirações que existem entre todos os operários que fazem parte da mesma seção corporativa, tudo isso forma a base real da sua associação. A idéia vem depois, como explicação ou como expressão equivalente do desenvolvimento e da consciência coletiva e refletida deste fato. (Obras, VI, 55-56, 71)

As seções centrais não representam nenhuma indústria em especial, visto que os operários mais avançados de todas as indústrias possíveis encontram-se aí reunidos. Então o que é que elas representam? A própria idéia da Internacional. Qual é a sua missão? O desenvolvimento e a propaganda desta idéia. E esta idéia o que é? É a emancipação dos trabalhadores de tal indústria e de tal país, mas também de todas as indústrias possíveis e de todos os países do mundo... Tal é a força negativa, belicosa ou revolucionária da idéia. E a força positiva? É a fundação de um novo mundo social (Obras, VI, 65, 66, 71).

As seções centrais são os Centros ativos e vivos onde se conserva, se desenvolve, e se explica a nova fé. Lá ninguém entra como operário especial desta ou daquela profissão; lá entram todos unicamente como trabalhadores em geral, com o fim da emancipação e da organização geral do trabalho e do novo mundo social baseado no trabalho, em todos os países. Os operários que fazem parte dela, deixando à entrada a sua qualidade de operários especiais ou "reais", no sentido da especialidade, apresentam-se lá como trabalhadores "em geral". Trabalhadores de que? Trabalhadores da idéia, da propaganda e da organização do poder tanto econômico como militante da Internacional: Trabalhadores da Revolução Social.

Vê-se que as seções centrais têm um caráter totalmente diferente das seções de profissão e até diametralmente oposto. Enquanto que as últimas, seguindo a via de desenvolvimento natural, começam pelo fato para chegar à idéia, as seções centrais, pelo contrário, seguindo a do desenvolvimento ideal ou abstrato, começam pela idéia para chegar ao fato. É evidente que em oposição ao método tão completamente realista ou positivo das seções de profissão, o método das seções centrais apresenta-se como artificial e abstrato. Esta maneira de proceder da idéia ao fato é precisamente a de que se têm servido eternamente os idealistas de todas as escolas, teólogos metafísicos e cuja importância final foi constatada pela história...

Se só tivesse havido na Associação Internacional dos Trabalhadores seções centrais, não há dúvida de que ela não teria atingido nem a centésima parte da força considerável de que agora se glorifica. As seções centrais teriam sido igualmente academias operárias onde seriam sempre debatidas todas as questões, incluindo naturalmente a da organização do trabalho, mas sem a mínima tentativa séria nem mesmo sem alguma possibilidade de realização: e isto por uma razão muito simples: o trabalho "em geral" não é senão uma idéia abstrata que não encontra a sua "realidade" senão numa imensa diversidade de indústrias especiais, em que cada uma tem sua natureza própria, as suas próprias condições, as quais não se pode adivinhar e muito menos determinar pelo pensamento abstrato, mas que, só se manifestando pelo fato do seu desenvolvimento real, podem determinar sozinhos o seu equilíbrio particular, as suas relações e o seu lugar na organização geral do trabalho, - organização, que, como todas as coisas gerais, tem de ser a resultante sempre reproduzida de novo pela combinação viva e real de todas as indústrias particulares e não o seu princípio abstrato, imposto violenta e doutrinariamente, como o queriam os comunistas alemães, partidários do *Estado popular*.

Se só tivesse havido, na Internacional, seções centrais, provavelmente elas já teriam conseguido formar conspirações populares para a inversão da ordem atual das coisas, conspirações de intenção, mas muito fracas para atingir seus fins, porque elas nunca poderiam arrastar e receber no seu seio senão um pequeníssimo número de operários, os mais inteligentes, os mais enérgicos, os mais convencidos e os mais dedicados. A imensa maioria, os milhões de proletários ficaria de fora, e, para inverter e destruir a ordem política e social que hoje nos esmaga, é preciso a concorrência destes milhões.

Só os indivíduos, e somente um pequeno número de indivíduos se deixa definir pela "idéia" abstrata e pura. Os milhões, as massas, não só no proletariado, mas também nas classes esclarecidas e privilegiadas, só se deixam arrastar pela força e pela lógica dos "fatos", só compreendendo e encarando, a maior parte do tempo, os seus interesses imediatos e as suas paixões de momento, sempre mais ou menos cegas. Portanto, para interessar e para arrastar todo o proletariado na obra da Internacional, era preciso e é preciso aproximar-se dele não com idéias gerais e abstratas, mas com a compreensão real e viva dos seus males reais; e os seus males do dia a dia, ainda que apresentem um caráter geral para o pensador, e ainda que sejam na realidade efeitos particulares das causas gerais e permanentes, são infinitamente diversos, tomando uma multiplicidade de aspectos diferentes, produzidos por uma variedade de causas passageiras e reais. Tal é a realidade quotidiana destes males. Mas a massa do proletariado, que é forçada a viver sem pensar no dia de amanhã, agarra-se aos males de que sofre e dos quais é eternamente a vítima, precisa e exclusivamente nesta realidade, e nunca ou quase nunca na sua generalidade.

Então, para tomar o coração e conquistar a confiança, o consentimento, a adesão, a afluência do proletariado..., é preciso começar por lhe falar, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, quotidianos, privados. É preciso lhe falar de sua profissão e das condições do seu trabalho precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão do seu trabalho quotidiano, da insuficiência do seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e da sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente a sua família. E lhe propondo meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso lhe falar logo dos objetivos gerais e revolucionários que constituem neste momento o programa de ação da Associação Internacional dos Trabalhadores, tais como a abolição da propriedade individual hereditária e a instituição da propriedade coletiva; a abolição do direito jurídico e do Estado, e a sua substituição pela organização e federação livre das associações produtivas; provavelmente ele não compreenderia nada destes objetivos, e poderia mesmo acontecer que, estando influenciado pelas idéias religiosas, políticas e sociais que os governos e os padres procuraram inculcar-lhe, repelisse com desconfiança e cólera o propagandista imprudente que quisesse

convertê-lo com esses argumentos. Não, primeiramente só é preciso propor-lhe objetivos que o seu bom senso natural e a sua experiência quotidiana não possam ignorar a utilidade, nem repeli-los. (Obras, 68 a 72, 71).

Logo que entre para a seção, o operário neófito vai aprender lá muitas coisas. Explica-se-lhe que a mesma solidariedade que existe entre todos os membros da mesma seção estabelece-se igualmente entre todas as diferentes seções ou entre todas as corporações de profissões da mesma localidade; que a organização desta solidariedade mais larga, abraçando indiferentemente os operários de todas as profissões, tornou-se necessária porque os patrões de todas as profissões entendem-se entre eles [etc...]

...melhor do que pelas explicações verbais que recebe de seus camaradas, depressa reconhece todas as coisas pela sua própria experiência pessoal doravante inseparável e solidária com a dos outros membros da seção. (Obras, VI, 73, 71).

Numa palavra, a única solidariedade que lhe é oferecida como um benefício e ao mesmo tempo como um dever é, em toda a acepção da palavra, a *solidariedade econômica*, mas uma vez que esta solidariedade é seriamente aceita e estabelecida, produz todo o resto - , os princípios mais sublimes e subversivos da Internacional... não sendo senão os desenvolvimentos naturais e necessários desta solidariedade econômica. E a grande vantagem prática das seções de profissão sobre as seções centrais consiste precisamente nisto, que estes desenvolvimentos e estes princípios demonstram-se aos operários não com argumentos teóricos, mas pela experiência viva e trágica de uma luta que se torna cada vez maior, mais profunda, mais terrível: de modo que o operário menos instruído, menos preparado , mais brando, constantemente arrastado mais para a frente pelas próprias conseqüências desta luta, acaba por se reconhecer revolucionário, anarquista e ateu, muitas vezes sem saber como o conseguiu ser.

É claro que só seções de profissão podem dar esta educação prática aos seus membros, e conseqüentemente, só elas podem arrastar para a organização da Internacional a massa do proletariado, esta massa, já dissemos, sem a forte ajuda da qual o triunfo da revolução nunca será possível.

Se só houver na Internacional seções centrais, estas não seriam senão almas sem corpos, sonhos magníficos sem realização possível.

Felizmente, as seções centrais, emanções do fogo principal que se formou em Londres, foram fundadas não por burgueses, não por sábios de profissão, nem por homens políticos, mas por operários socialistas. Os operários, é essa a sua grande vantagem sobre os burgueses, graças à sua situação econômica e também graças ao que a educação doutrinária, clássica, idealista e metafísica, que envenena a juventude burguesa, os poupou até aqui, têm o espírito eminentemente prático e positivo. Eles não se contentam com ideais, eles precisam de fatos, e só acreditam nas idéias quando elas se apóiam em fatos. Esta inclinação feliz lhes permitiu evitar dois obstáculos contra os quais encalham todas as tentativas burguesas: a academia e a conspiração platônica. Aliás o programa da Associação Internacional dos Trabalhadores... indicou-lhes claramente a única via que eles podiam e deviam seguir.

Em primeiro lugar, eles deviam se dirigir às massas em nome da sua emancipação econômica, não da revolução política: primeiro, em nome dos seus interesses materiais, para chegar mais tarde aos seus interesses morais, sendo os segundos, enquanto interesses coletivos, unicamente a expressão e a conseqüência lógica dos primeiros. Eles não podiam esperar que as massas os viessem procurar, tinham de ir procurá-las onde elas estão, na sua realidade quotidiana, e esta realidade é o trabalho quotidiano, especializado e dividido em corporações de profissões, já mais

ou menos organizado pelo trabalho coletivo em cada indústria particular, para que eles aderissem ao objetivo econômico, à ação comum da grande Associação dos Trabalhadores de todos os países, numa palavra, para os filiar à Internacional, deixando-lhes a sua autonomia e a sua organização particulares. O que quer dizer que a primeira coisa que eles deviam fazer e que efetivamente fizeram, foi organizar, em volta de cada organização central, tantas seções de profissão quantas indústrias diferentes existissem.

Foi assim que as seções centrais, que, em todos os países, representam a alma ou o espírito da Internacional, formaram uma corporação, tornando-se organizações reais e fortes. Uma vez realizada esta missão, as seções centrais deviam dissolver-se, só permitindo a existência de seções de profissão. Parece-nos que isso é um grande erro. Pois...

...A grande tarefa que se impôs a Associação Internacional dos Trabalhadores... não é unicamente uma obra econômica ou simplesmente material, é ao mesmo tempo uma obra social, filosófica e moral; também é, se se quiser, uma obra eminentemente política. (Obras, VI, 75 a 79, 71).

A quem nos perguntar para que serve a existência da Aliança quando existe a Internacional, nós responderemos: a Internacional é, evidentemente, uma magnífica instituição, é incontestavelmente a mais bela, a mais útil, a mais benéfica criação deste século. Ela criou a base da solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Ela deu-lhe um começo de organização através da fronteira de todos os Estados e fora do mundo dos exploradores e dos privilegiados. Ela fez mais, já contém hoje os primeiros germes da organização da unidade que há de existir e ao mesmo tempo deu ao proletariado de todo o mundo o sentimento de sua própria força. Estamos certos também do grande serviço que ela prestou à grande causa da revolução universal e social. Mas ela não é de modo nenhum uma instituição suficiente para organizar e dirigir esta revolução.

Todos os revolucionários sérios que tiveram uma parte ativa nos trabalhos da Internacional, seja em que país fosse, desde 1864, ano de sua fundação, devem estar convencidos disso. A internacional prepara os elementos da organização revolucionária, mas não a realiza. Ela os prepara organizando a luta pública e legal dos trabalhadores solidários de todos os países contra os exploradores do trabalho, capitalistas, proprietários e empreiteiros das indústrias, mas nunca vai além disso. A única coisa que ela faz fora desta obra já tão útil, é a propaganda teórica das idéias socialistas nas massas operárias, obra igualmente muito útil, muito necessária à preparação da revolução das massas.

A Internacional, numa palavra, é um meio imenso favorável e necessário a esta organização, mas ainda não é esta organização. A Internacional aceita no seu seio, abstraindo-se completamente de todas as diferenças de crenças políticas e religiosas, todos os trabalhadores honestos, com todas as suas conseqüências a solidariedade da luta dos trabalhadores contra o capital burguês explorador do trabalho. Esta é uma condição positiva, suficiente para separar o mundo dos trabalhadores do mundo dos privilegiados, mas insuficiente para dar ao primeiro uma direção revolucionária. (Nettlau, 287-288, 72).

... os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria eliminando primeiramente do programa desta Associação todas as questões políticas e religiosas. Sem dúvida, de modo nenhum lhes faltou opiniões políticas, nem opiniões anti-religiosa bem marcadas; mas abstiveram-se de as emitir neste programa, porque o seu principal objetivo, em primeiro lugar, era unir as massas operárias de todo o mundo civilizado numa ação comum.

Necessariamente que tiveram de procurar uma base comum, uma série de princípios simples sobre os quais os operários, sejam quais forem as suas aberrações políticas e religiosas, por pouco que sejam sérios, isto é, homens duramente explorados e sofredores, estão e têm de estar de acordo.

Se tivessem içado a bandeira de um sistema político ou anti-religioso, longe de unir os operários da Europa os teriam dividido mais ainda. (Obras, V, 172-173, 69).

...acreditam que se se escrevesse esta simples palavra "ateísmo", no estandarte da Internacional, esta associação teria podido reunir no seu seio centenas de milhares de aderentes? Todos sabem que não, não por o povo ser verdadeiramente religioso, mas por ele acreditar sê-lo; e ele acreditará sê-lo enquanto uma revolução social não lhe facultar os meios para realizar todas as suas aspirações neste mundo. É certo que se a Internacional pusesse o ateísmo, como um princípio obrigatório, no seu programa, teria excluído do seu seio a flor do proletariado, - e por esta palavra eu não quero dizer, como o fazem os marxistas, a camada superior, a mais civilizada e a mais desembaraçada do mundo operário, essa camada de operários quase burgueses de que eles querem precisamente servir-se para construir a sua *quarta classe governamental*, e que é verdadeiramente capaz de formar uma, se não os pusermos na ordem dos interesses da massa do proletariado, porque, com o seu bem estar relativa quase burguês, não está infelizmente senão profundamente penetrada por todos os preconceitos políticos e sociais e pelas estreitas aspirações e pretensões dos burgueses. Pode-se dizer que esta camada é a menos socialista e a mais individualista de todo o proletariado.

Pela *flor do proletariado*, eu entendo sobretudo esta grande massa, estes milhões de não-civilizados, de deserdados, de miseráveis e de analfabetos que o Sr Engels e o Sr Marx pretendem submeter ao regime paternal de um governo muito forte... Por flor do proletariado, eu entendo esta carne para governo, esta *grande canalha popular* que, estando quase virgem de toda civilização burguesa, traz no seu seio, nas suas paixões, nos seus instintos, nas suas aspirações, em todas as necessidades e misérias da sua posição coletiva, todos os germes do socialismo futuro, e que só ela é suficientemente forte para inaugurar e para fazer triunfar a Revolução Social. (Obras, IV, 413-414, 72).

A Aliança é o complemento necessário da Internacional... -Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. - Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, em um só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem opostos em nada, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também é em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do da Internacional. (Nettlau, 286, 72).

Reconheço com alegria que, em todos os países, as classes privilegiadas perderam muito da sua força passada. Perderam totalmente a sua força moral; já não têm fé nos seus direitos, sabem que são iníquas e odiosas, desprezam-se a si próprias.

É bastante. Tendo perdido sua força moral, elas perdem ostensiva e necessariamente também a força inteligente. Elas são muito mais sábias que o proletariado, mas isso não as impede de se tornarem cada vez mais brutas. Elas perderam toda a coragem intelectual e moral... O proletariado, cuja vivacidade herdou da sua anterior capacidade intelectual e moral, prepara-se hoje para as forçar nos seus últimos refúgios políticos e econômicos.

Tudo isto é verdade. Mas não se pode ter ilusões. Esses refúgios são ainda muito fortes: são o Estado, a Igreja, a Bolsa, a polícia, o exército e também esta grande conspiração internacional e pública, legal, armada, a que se chama diplomacia.

Tudo isto é organizado sabiamente e é forte pela organização. E em presença desta organização formidável, o proletariado ainda que unido, agrupado e solidarizado pela Internacional, continua desorganizado. Que faz o seu número? O povo mesmo que seja um milhão, vários milhões, será posto em xeque por algumas dezenas de milhares de soldados, sustentados e disciplinados às suas custas, contra ele, pelos escudos burgueses produzidos pelo seu trabalho.

Por exemplo, a seção mais numerosa, mais avançada e melhor organizada da Internacional - o está para o combate? Sabem que não. Em mil trabalhadores, seria muito se reunissem uma ou no máximo duas centenas no dia do combate. É que para organizar uma força, não basta unir os interesses, os sentimentos, o pensamento. É preciso unir as vontades e o caráter. Os nossos inimigos organizam as suas forças com a força do dinheiro e com a autoridade do Estado. Nós só podemos organizar as nossas com a convicção, com a paixão.

Nós não podemos e não queremos unir outro exército senão o povo. Mas para que esta massa se erga em conjunto simultaneamente - e só com esta condição que ela pode vencer - o que fazer? Sobretudo como fazer para que as massas mesmo eletrizadas, quando sublevadas, não se contradigam e não se paralistem pelos seus movimentos opostos?

Só há um único meio: é assegurar-se da participação de todos os chefes populares. Eu chamo chefes populares a indivíduos saídos do povo: vivendo com ele, da sua vida, e que, graças à sua superioridade intelectual e moral, exercem nele uma grande influência. Há muitos entre eles que abusam desta superioridade e a fazem servir os seus interesses pessoais. São homens muito perigosos e que é preciso evitar como a peste, que é preciso combater e aniquilar sempre que possível. É preciso procurar os bons chefes, os que só defendem os seus interesses nos interesses de todos. Mas como encontra-los e reconhece-los, e qual é o indivíduo tão inteligente, tão perspicaz e tão forte, para não se enganar em absolutamente nada, primeiro na sua escolha e em seguida para os convencer e para os organizar sozinho.

É evidente que esse não pode ser o trabalho de um só homem, que só muitos homens associados podem empreender e conduzir a bom termo uma empresa tão difícil. Mas para isso, é necessário primeiro que se entendam entre eles e que dêem as mãos para esta obra comum. Mas tendo esta obra um objetivo prático, revolucionário, o entendimento mútuo que é a condição necessária não pode se fazer publicamente; se se fizesse em público, atrairia sobre os iniciadores as perseguições de todo o mundo oficial e oficioso, e se veriam esmagados antes mesmo de terem podido fazer a mínima coisa.

Pois este entendimento e esta associação que tem de sair dele, só podem ser feitos em segredo. Quer dizer que é preciso estabelecer uma conspiração, uma sociedade secreta a sério. Também é assim o pensamento e o objetivo da Aliança. É uma sociedade secreta formada no seio da própria Internacional, para dar a esta última uma organização revolucionária, para a transformar, a ela e a todas as massas populares que estão fora dela, numa força suficientemente organizada para aniquilar a reação político-clérigo burguesa, para destruir todas as instituições econômicas, jurídicas, religiosas e políticas dos Estados. (Nettlau. 289 a 291, 72).

... mesmo que conseguissem, à custa de uma luta enérgica e hábil, salvaguardar a existência dos vossas seções públicas, eu acho que acabariam mais tarde ou mais cedo por compreender a

necessidade de formar entre elas *núcleos* compostos por membros mais seguros, mais dedicados, mais inteligentes e mais enérgicos, numa palavra, pelos mais íntimos. Estes núcleos intimamente ligados entre si e com núcleos semelhantes que se organizam ou se organizarão nas outras regiões da Itália ou do estrangeiro, terão uma dupla missão: primeiro, a formação da alma inspiradora e vivificante deste grande corpo a que chamamos Associação Internacional dos Trabalhadores tanto na Itália como em qualquer outro *lado*; e em seguida se ocuparão dos *problemas* que são impossíveis de se tratar *publicamente*. Eles formarão a ponte necessária entre a propaganda das teorias socialistas e a prática revolucionária.

... Naturalmente, esta aliança secreta só aceitaria no seu seio um pequeníssimo número de indivíduos...; pois neste tipo de organização, não é a quantidade, mas a qualidade que é preciso procurar... Vocês só querem uma revolução popular; por isso não vão recrutar um exército, pois o vosso exército é o povo. O que devem formar, são os estados-maiores, a rede bem organizada e bem inspirada dos chefes do movimento popular. (Cerretti, 194-195, 72).

Notas:

1. Aqui Bakunin se refere à Comuna de Paris, ocorrida em 1871.
2. Aqui é preciso que se entenda a diferença de papéis entre as duas instâncias, a seção central tem um papel organizador e político, enquanto as seções corporativas desempenham um papel social, como um sindicato.

* Compilação e tradução: Coletivo Luta Libertária

* Artigo publicado no livro *Bakunin: Socialismo e Liberdade*.

O PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO À LUZ DO ANARQUISMO

Luigi Galleani

Segundo nos parece, Saverio Merlino vê a decomposição e a agonia do movimento anarquista em razão do conflito entre organizadores e individualistas, *no que diz respeito ao campo da ação imediata*, e da íntima contradição entre essas respectivas correntes: “os organizadores não conseguem encontrar organizações compatíveis com os princípios anarquistas” e os individualistas, “sem a noção de represália, que constitui a alma das ações anarquistas, não encontram uma maneira de agir e não conseguem sustentar-se sem a organização que se esforçam em negar”.

Que os organizadores não encontrem uma forma de organização compatível com os princípios anarquistas é perfeitamente natural e lógico. Nisso concordamos plenamente com Merlino. Porém, não compreendemos por que os individualistas não podem sustentar-se sem a organização, se na própria opinião de Merlino, uma organização compatível com princípios anarquistas não pode ser encontrada.

Parece-nos, todavia, ser necessário fazer uma distinção relativa aos chamados *anarquistas organizadores*, por razão das repetidas declarações e constantes atitudes que vêm sendo realizadas e tomadas.

São anarquistas organizadores, se não nos enganamos, aqueles que acreditam na utilidade, na necessidade e na possibilidade de os anarquistas se organizarem metodicamente, de acordo com um programa comum, em um partido político que, como tal, deve distinguir-se dos outros partidos de natureza proletária e ser capaz, se necessário, por meio de suas distintas características, de fazer-se valer nas alianças, nas coalizões e nos compromissos exigidos pelo momento e pela casualidade da luta contra a classe dominante, contra qualquer coisa que julgar intolerável.

Outros anarquistas se chamam de organizadores não somente porque defendem a constituição específica dos anarquistas em partido político, mas porque julgam que a base do movimento anarquista deve ser constituída pelas organizações operárias existentes e, mais ainda, por aquelas que podem surgir sob sua influencia e com aberto caráter revolucionário.

A essas duas correntes, que se diferenciam somente em grau e cujas ações devem ter sempre caráter coletivo, Merlino opõe, se não interpretamos mal seu pensamento, os anarquistas que preferem a propaganda individual e o ato individual de afirmação e de rebelião.

Consideramo-nos, modesta mas francamente, contrários aos anarquistas que se dizem organizadores, tanto àqueles que querem organizar o partido anarquista, quando àqueles que querem permanecer nas atuais organizações econômicas ou em outras, que se adequariam melhor às suas próprias características e aos seus próprios fins.

O partido, qualquer partido, tem seu programa, que é sua constituição; nas assembleias dos delegados dos grupos ou das seções, tem o seu parlamento; nos organismos diretivos, nas juntas ou no comitê executivo, tem o seu governo. É, em suma, uma sobreposição gradual de órgãos que pode ocultar uma verdadeira hierarquia entre vários níveis que possuem somente um

vínculo: a disciplina, que sanciona adequadamente as infrações ou contravenções, com penas que vão desde a reprovação até a expulsão.

O partido anarquista não pode ser como um outro partido; pior, um governo como qualquer outro, um escravo como qualquer outro de sua constituição que – como todas as constituições, todas as leis e todos os códigos – seria, nos dias seguintes à sua promulgação, superada pelos acontecimentos, pelas exigências, pelas necessidades mutáveis e prementes da luta; um governo absurdo e ilegítimo como qualquer outro, que tem por base a delegação e a representação. Entretanto, consideramos estar bem claro, sobretudo por razão da experiência dos anarquistas, que cada delegado ou deputado não representa e não poderá jamais representar senão às suas próprias ideias e a seus próprios sentimentos, e não aqueles infinitamente variados e diversos, independente de seus argumentos. Como um governo qualquer, ele é intruso e arbitrário; por razão da preocupação com as responsabilidades de gestão ele será, em qualquer lugar, em todos os níveis de sua hierarquia, obrigado a adotar – sempre com os mais generosos e nobres fins – ações, decisões e medidas, cujas pessoas a ele submetidas terão de obedecer em razão da disciplina, mesmo contrariadas em seus pontos de vistas e interesses. Como um governo qualquer, ele é absorvente, porque quer ter, e de fato tem, para cada função, seu próprio órgão, que provavelmente prejudicará um pouco, mas com o qual todos terão de lidar e contra o qual todas as iniciativas originais ou heterodoxas serão consideradas suspeitas ou mesmo totalmente subversivas.

É necessário fazer isso ou aquilo em termos de propaganda? Há um comitê especial que cuidará disso. É necessário fazer isso ou aquilo em termos de solidariedade? O que faria esse comitê senão pensar e fazer as coisas por nós? Há uma iniciativa de afirmação ou de ação? E se não houver uma junta encarregada disso, pela qual é necessário passar, sob pena de indisciplina, repúdio e reprovação?

Quantos vivenciaram ou estiveram próximos de qualquer organização – e, assim, tiveram de constatar, amargamente, a inatividade e a rigidez, de maneira a questionar se a organização para defender os direitos e sustentar as aspirações do proletariado não seria, no momento crítico, um obstáculo e um atraso para tanto – diriam que estamos exagerando?

Não adianta argumentar que estamos falando de anarquistas, indivíduos seletos que sabem o que querem e têm condições de escolher os próprios caminhos e os critérios para caminhar. Os anarquistas, como os seguidores de todos os partidos anteriores, são filhos da sociedade burguesa, e carregam portanto esse estigma. A multidão que os acompanha não é melhor que isso, e é perfeitamente natural que nela busque a maioria de seus caminhos e meios, que exigem o menor esforço visando o máximo resultado. Firmamos muitos compromissos inevitáveis porque elegemos voluntários. Ao aceitarmos um salário, pagarmos o aluguel de casa, nós, com todas as nossas pretensões revolucionárias, com todas as nossas aspirações anarquistas, reconhecemos e legitimamos o capital da maneira mais tangível e dolorosa possível, assim como o fazemos em relação aos juros, à renda, ao lucro e à porção que os exploradores se apropriam de nosso árduo trabalho, de nosso desprezado suor.

Compromisso, transação, traição; a partir daí é necessário enrolar a corda no pescoço e manter as mãos amarradas.

Devemos evitar as situações em que o compromisso e a transação sejam possíveis, fugindo e nos excluindo delas. Devemos ser nós mesmos, no que diz respeito ao rígido caráter estabelecido por nossa convicção e por nossa fé, que não implicam os desejos de um porvir libertário se não soubermos caminhar sem grilhões, sem procuradores, sem tutores, todos quais são inseparáveis

da organização, tanto da organização política do partido anarquista, quanto da organização dos trabalhadores das várias artes e ofícios.

Isso é verdade mesmo quando se fala da organização operária? Não se trata de ser favorável ou contrário a ela: o movimento anarquista e o movimento operário lutam em vias paralelas e, em termos geométricos, já se constatou que as linhas paralelas nunca se unem e jamais se encontram.

Presumimos que o anarquista se convence, por meio do açoitamento da experiência ou do estudo e do pensamento, que os problemas sociais em geral, em especial a miséria, a servidão, a ignorância involuntária e obrigatória daqueles que trabalham e produzem – e produzem tudo aquilo que faz a plenitude e o esplendor da vida, que nunca será por eles desfrutado e que beneficiará apenas aqueles que nunca se curvarão para arar a terra, que nunca calejarão suas mãos com o trabalho numa bigorna e que nunca cansarão seus cérebros com um problema ou com um livro – originam-se num monopólio fundamental: a apropriação, por uma minoria gananciosa e esperta, da terra, dos campos e das minas. Assim, os produtos da terra são transformados em elementos de vida, de segurança, de prazer; ferrovias e navios enviam esses produtos a todos os cantos em troca de outros produtos ou de ouro, dinheiro que é instrumento da riqueza, do poder e da tirania dos privilegiados, acumulados e exercidos às expensas do restante da humanidade. A Igreja consagra essa usurpação com a benção de Deus. O Estado a legitima nos parlamentos, nos códigos, nos tribunais e a defende com suas leis, com seus policiais, com seus exércitos. A moral, a hipócrita e inocente moral vigente, cerca essa apropriação criminosa de devoção religiosa.

O anarquista contesta esse monopólio e, visto que a pura negação de nada serve, aprofunda o corte de seu machado à raiz dessa árvore daninha e esforça-se para eliminá-la, juntamente com seus galhos e frutos malditos. *Tudo, então, deve ser de todos*: não deve mais haver propriedade privada dos meios de produção e de troca e devem desaparecer todas as instituições fundamentadas na injustiça e na desigualdade originadas por esse privilégio inicial.

Não podemos sequer sonhar que nossos bons burgueses, mesmo aqueles que pretendem redimir-se da exploração com a filantropia, renunciarão, por si mesmos, à sua posição de exploradores, devolvendo seus ganhos ilícitos. Por isso, os anarquistas, mesmo aqueles que não gostam de violência e sangue, concluem, forçosamente, que a expropriação da classe dominante não pode ocorrer senão com o uso da violência, como obra da revolução social, a qual o proletariado deve buscar por todos os meios, com a educação, a propaganda e a ação.

E quando chegar a hora, não nos esqueçamos e nem nos iludamos: tratamos de massa e não de classe. Se se tratasse de classe, se houvesse uma consciência lúcida e plena de direitos, de função e de força, a revolução niveladora teria sido realizada há muito tempo, eximindo-nos dessa melancólica ou imatura elucubração.

A grande massa é burguesa, *nom natione, sed moribus*; não por suas origens, visto que os trabalhadores não tiveram para dormir em seus berços sequer lençóis ou blusas, mas por seus costumes, por suas superstições, por seus preconceitos, por seus interesses, visto que suas próprias decisões estão subordinadas aos interesses dos patrões. Estes terminam por se tornar, para os trabalhadores, a providência que proporciona o trabalho, os salários, o pão e a vida para eles e seus filhos; e por razão do trabalho, da vida e da segurança, eles são gratos aos patrões, assim como às benditas instituições, às benditas leis e aos benditos policiais que os defendem e protegem.

Em outras palavras, enquanto o anarquista possui um diagnóstico agudo, rigoroso e positivo, e aprofunda o corte de sua lâmina às raízes dos males sociais – sem esconder as dificuldades, a longa e penosa duração da cura –, a grande massa permanece pragmática: não discute a propriedade e muito menos a nega; permanece gananciosa; não nega o patrão e quer somente que ele seja bom; não repudia o Estado, as leis, os tribunais, a polícia e quer somente o Estado paternalista, as leis e os tribunais justos, os policiais mais humanos.

Não fazemos questão de propriedade grande ou pequena, de padrões bons ou abusadores, de Estado paternal ou iníquo, de leis razoáveis ou injustas, de tribunais imparciais ou submissos, de policiais caridosos ou brutais. Não queremos propriedade, padrões, Estado, governo, leis, tribunais, policiais *de nenhum tipo*. Buscamos, com fervor, tenacidade e fé, uma sociedade incompatível com essas monstruosidades. Criticamos e nos opomos à sociedade presente, arbitrária e atroz, com todos e meios a nossa disposição. Entretanto, muitas vezes, o protesto nos cobra com o sacrifício da liberdade, da tranquilidade e nos retira o contato com nossos entes queridos por muitos anos ou mesmo para sempre.

Assim, podemos ver que é possível lutar de várias maneiras e que as consequências podem ser difíceis.

* * *

Entretanto, as organizações operárias existem, constituem um fato. E pelo próprio fato de seu conservadorismo gotejador e cego constituir um obstáculo, e muitas vezes um perigo, elas merecem nossa atenção e consideração.

Se estivermos diante de um bebê que ignora, de uma mulher que crê ou de um estúpido que não vê, que não quer ver, não respondemos com zombaria ou com desrespeito à imaturidade do primeiro, à ingenuidade da/o segunda/o e à cegueira da maioria.

Consideramos todos eles com o mesmo afeto, observamos todos eles atenta e cuidadosamente, com o maior interesse, porque temos orgulho de descobrir, entre esses minérios grosseiros e ásperos, o metal brilhante que está escondido, e que faz de um troglodita um indivíduo útil e com valor social; porque sabemos o quão séria é a tarefa que assumimos, a qual exige que recrutemos todas as forças e que façamos convergi-las para impulsionar o triunfo de nosso ideal; porque, finalmente, sabemos que nossa liberdade, nossa segurança, nosso bem-estar individual, mesmo numa sociedade igualitária, encontrariam problemas e seriam efêmeros, se não estivessem fundamentados e se não fossem garantidos pela liberdade e pelo bem-estar daqueles que nos cercam. E se a liberdade é o conhecimento, se o bem-estar é a solidariedade, o trabalho de educação a ser levado a cabo entre o proletariado, organizado ou não, constitui não somente uma necessidade imperiosa, mas uma urgência improrrogável.

Colocam-nos: Então vocês entrarão nas organizações operárias? Ficar fora delas implicará não haver possibilidades de influência e de ação. E dizemos: Seguramente! Entraremos nessas organizações quando formos persuadidos da utilidade da batalha e, sempre que possível, com reservas e compromissos bem definidos.

Primeiro compromisso: somos anarquistas fora das organizações e permaneceremos anarquistas quando delas fizemos parte. Primeira reserva: não faremos parte de seus organismos diretivos. Constantemente na oposição, não assumiremos qualquer responsabilidade em sua gestão. Isso por respeitarmos a um critério elementar de coerência.

Levando em conta que as organizações operárias são estáveis e pacíficas, tanto as organizações conservadoras quanto os sindicatos vermelhos ditos revolucionários, e reconhecendo as posições econômicas manifestadas em todas as suas relações, essas organizações limitam-se a exigir melhorias imediatas: aumento de salários, diminuição de horas de trabalho, aposentadoria, seguro desemprego, seguro contra acidentes, leis de proteção ao trabalho de mulheres e crianças, inspeções nas fábricas etc. Parece claro que nenhum anarquista deve sustentar e promover essas posições; uma vez que elas constituem as bases fundamentais, os fins para aos quais a organização é constituída; uma vez que o anarquista sabe que cada realização dessas melhorias é enganadora e inconsistente, pois, por sua condição de consumidor, o operário termina assumindo esses custos, com o aumento do preço do pão, do aluguel, das roupas, de todos os custos de vida. Assim, as melhorias conquistadas em sua condição de produtor são perdidas. Por isso, nenhum companheiro nosso deve assumir a gestão dessas associações ou mesmo quaisquer outras responsabilidades que impliquem solidariedade com seu programa e sua ação, sem renegar todas as suas convicções anarquistas e revolucionárias, sem ser levado pelo reformismo do qual pretende constituir a vanguarda.

Devemos permanecer na oposição dessas organizações, vigiando fervorosa e constantemente seus passos, realizando constantemente a impiedosa crítica, mostrando a inutilidade de seus objetivos, a falta de efetividade de seus esforços, a ilusão de seus resultados, sem dar trégua. Devemos apontar, distintamente, para a necessidade da emancipação substancial e integral, que pode ser atingida de outras maneiras, com outros ânimos e por outros meios, sem esforços excessivos.

Os resultados de todas as agitações, de todas as lutas das organizações confirmarão a perspicácia e a justeza de nossa crítica. Ainda que não esperemos que a organização siga, fácil e rapidamente, essa linha que estabelecemos, podemos, todavia, esperar, que seus membros mais vigilantes, mais inteligentes e mais abertos, devem engrossar nossas fileiras. Amanhã, eles constituirão o núcleo que, aos primeiros sinais de uma agitação qualquer, se jogará de cabeça na luta e que, possivelmente, arrastará os outros, superando a tutela e acabando com o domínio dos maus pastores.

Entrar nas organizações com essas posições e permanecer fiel a elas implicará sermos silenciados na primeira vez que pronunciarmos tais heresias e expulsos quando ocorrer o primeiro tumulto. Seremos acusados de ser... agentes provocadores. É isso que recentemente temos constatado.

Os companheiros que assumirem essa árdua tarefa devem levá-la a cabo com seriedade, coerência, alguma abnegação e muita paciência, simpatia, consideração e confiança da melhor parte das organizações: na linha de frente, onde houver risco, nas últimas, onde houver ambições ou benefícios lisonjeiros. Devem ser dissidentes severos onde houver transações e compromissos incompatíveis com nossas crenças e com nossa dignidade de trabalhadores e revolucionários.

E se não conseguirem fazer isso, se tiverem de sair antes, também não terão muito do que reclamar: terão plantado a boa semente da independência, da consciência e da coragem. Serão recordados todas as vezes que a desilusão trouxer sordidez e dor às duras e vãs lutas, sempre que o caminho da batalha implicar um desastre por razão da falta de coragem e de abnegação daqueles que constituíram sempre um exemplo.

Estimular a simpatia e a confiança que vão além da pessoa, a ação e a ideia que a inspiram e a sustentam; estimular a simpatia e a confiança na ação revolucionária e no ideal anarquista; simpatia e confiança que terminamos por transformar em cooperação fervorosa e contínua. Não é

isso que podemos exigir de nossa modesta e árdua obra de propagação, de educação e de renovação?

Não temos qualquer pretensão dogmática. Expressamos nosso modestíssimo pensamento sobre uma questão controversa, com a consciência que ela possui respaldo em um número considerável de companheiros. E o expressamos com a habitual franqueza, “para dizer a verdade, não por ódio aos outros e nem por desprezo”.

Nota dos tradutores: Nessa tradução, tomamos como base as versões em italiano e em inglês do texto de Galleani. No entanto, ambas estão bem complicadas (faltam elementos no texto em italiano, a tradução em inglês é péssima etc.) e, por isso, tivemos de adotar uma série de procedimentos e fazer diversas modificações para que essa versão em português ficasse compreensível. Tentamos manter o máximo possível a fidelidade às ideias do autor.

* Tradução: Paulo Forte e Felipe Corrêa

OS ANARQUISTAS NA REVOLUÇÃO MEXICANA (EXCERTOS)

Pier Francesco Zarcone

AS ORIGENS DO ANARQUISMO MEXICANO

Seria um erro pensar, com base nas poucas fontes escritas existentes em italiano sobre o assunto, que o anarquismo mexicano nasceu com o pensamento e o trabalho de Ricardo Flores Magón (1874-1922): o nascimento desta corrente no México aconteceu pelo menos 50 anos antes da grande revolução de 1910. Seu desenvolvimento ocorreu no contexto do México depois da independência e da sua abertura às influências européias.

Como era óbvio, a independência não resolveu qualquer problema do país, e teve início um período bastante longo de convulsões políticas, sociais e econômicas, ditaduras, intervenções militares estrangeiras (EUA e França), perda de quase metade do território primitivo, tragado pelo imperialismo *yankee*, motins populares e repressões. Problemas que existem ainda hoje; naturalmente na mudança de contextos que seguiu a revolução de 1910, por causa da normalização feita pela burguesia “radical” que saiu vencedora. Em 1824, a tentativa de Robert Owen concretizar no Texas (região mexicana, naquela altura) sua sociedade perfeita chamada “Harmonia Nova” não teve êxito. A história do anarquismo mexicano começou com o imigrado grego Plotino Rhodakanaty. Inspirado pelas idéias de Fourier e Proudhon, ele alcançou um certo grau de conhecimento dos problemas dos camponeses explorados pelos proprietários de terra, e quis dar impulso a uma organização rural, enquanto trabalhava para constituir um sistema socialista de colônias agrícolas.

Com o objetivo de criar prosélitos, editou a *Cartilla Socialista*, uma espécie de catecismo fourierista. Não tendo podido juntar um número suficiente de pessoas para organizar uma colônia agrícola, entrou em uma escola preparatória e, fazendo propaganda em favor do socialismo libertário, chegou a formar em 1863 um grupo de estudos – o Grupo de Estudantes Socialistas – que terá como membros, futuras importantes personalidades do movimento socialista mexicano: Santiago Villanueva, organizador do primeiro movimento de trabalhadores no país; Hermenegildo Villavicencio, colaborador de Villanueva; e Francisco Zalacosta, figura de destaque na futura luta dos camponeses.

Completada a formação em 1864, aqueles estudantes darão vida à primeira organização mútua mexicana, a Sociedad Particular de Socorros Mútuos, com orientação socialista libertária. Do mesmo grupo de estudantes, em 1868, nasceu uma sociedade secreta de inspiração bakuninista, La Social-Sección Internacionalista, que desapareceu algum tempo depois, e foi formada novamente em 1871 (entre os membros: Rhodakanaty, Villanueva, Zalacosta e Villavicencio), exercendo uma influência notável na criação dos movimentos camponeses e de trabalhadores no decurso do século.

Em maio de 1865, Zalacosta, Villanueva e o grupo deles desenvolveram um papel importante nas agitações que levaram à primeira greve, a dos trabalhadores das fábricas têxteis de San Idelfonso Tlalnepantla e La Colmena, terminada com a intervenção armada do governo.

Depois desta derrota, Villavicencio e Villanueva criaram outra sociedade bakuninista, a Sociedad Agrícola Oriental, que nos anos 60, 70 e 80 do século XIX foi o centro principal da atividade anarquista no México. Entretanto, Rhodakanaty continuava os esforços para constituir comunidades agrícolas, e organizou em Chalco uma escola para camponeses – a Escuela del Rayo y del Socialismo – de acordo com os princípios do socialismo libertário. Um dos estudantes mais talentosos foi Julio Chávez López.

Chávez López era favorável aos métodos enérgicos e à ação direta, o que o pôs em contraste com o pacifismo inveterado de Rhodakanaty, que deixou esta escola em 1867. Depois, Chávez López desenvolveu um papel ativo nas lutas armadas sociais, que fizeram dele um precursor do zapatismo.

Junto com alguns camaradas com as mesmas idéias, Chávez López começou a atacar propriedades rurais, primeiro nas áreas de Chalco e Texcoco, depois no estado de Morelos, em San Martín Texmelucán e em Tlalpán.

Em 1869 o governo enviou uma expedição militar que só fez ampliar o apoio popular à revolta, tanto que em abril do mesmo ano, Chávez López teve a audácia de publicar um manifesto para incitar os mexicanos à rebelião armada geral.

A importância de seu manifesto está no fato de que, pela primeira vez na história mexicana, a revolta dos camponeses foi conceitualmente e conscientemente integrada na luta de classes, dentro do contexto histórico específico daquele país, com determinação clara dos papéis e das responsabilidades das classes dominantes. O manifesto propunha também a substituição do governo nacional por um sistema de governos autônomos locais. Capturado, Chávez López após pouco tempo fugiu e retomou a luta contra o exército até que, novamente capturado pelas tropas do presidente Benito Juárez, foi fuzilado em 1º de setembro de 1869.

Contudo, a derrota e a morte de Chávez López, o regresso de Rhodakanaty para a sua pátria, a falta de progressos de La Social e da Sociedad Particular de Socorros Mútuos, não representam o fim do jovem anarquismo mexicano. Villanueva e Villavicencio constituíram a Sociedad Artística Industrial, que teve uma influência fundamental no desenvolvimento do movimento dos trabalhadores, começando uma intensa ação de propaganda na área da capital entre os anos 1866 e 1867. No verão de 1868 os trabalhadores da fábrica têxtil A Fama Montañesa, de Tlalpán, organizados por Villanueva, fizeram a primeira greve vitoriosa na história mexicana.

Este evento deu impulso ulterior à atividade de organização, e em 1870 – sempre por estímulo de Villanueva – foi criado o Centro General de los Trabajadores Organizados, depois nomeado de Grande Círculo de Obreros México. Villanueva morreu em 1872, mas o movimento estava em marcha, e em 1876 os esforços de criação de uma organização nacional levaram à criação do Congresso General Obrero de la República Mexicana; e, paralelamente, entre 1877 e 1878, La Social alcançou a sua máxima expansão, de maneira que naquela fase os anarquistas tinham a hegemonia no interior do movimento operário. Em 1878 foi formado o Partido Comunista Mexicano, de tendência bakuninista, dissolvido muito depressa pela repressão de Porfirio Díaz.

Apesar da derrota de Chávez López, o movimento rural continuou a trabalhar, encontrando apoio na imprensa operária da capital. Naquela altura, ficava fora da realidade uma separação política entre o mundo operário e o mundo rural, que – pelo contrário – acontecerá durante a revolução, e será prejudicial para ambos. Nas décadas de 1870 e 1880, o mais importante animador do movimento rural mexicano foi José María González. Estabelecido o longo regime ditatorial de Porfirio Díaz, o grupo bakuninista organizado em La Social elaborará um plano revolucionário, recebido favoravelmente pelos grupos rurais, que previa o colapso do governo nacional, a

criação de assembleias municipais autônomas, uma reforma agrária radical, a abolição final do sistema de salários, a formação de bancos territoriais para apoiar a venda dos produtos agrícolas e a criação de um Falanstério Social para regular o trabalho urbano e rural. Para apoiar esta iniciativa, Zalacosta formou um Comitê de Coordenação, o Gran Comité Central Comunero.

No contexto destas agitações, o coronel Alberto Santa Fé publicou na imprensa operária a *Ley del Pueblo*, considerada o documento agrarista mais sofisticado e mais complexo de antes da revolução. Por esta iniciativa, Santa Fé foi aprisionado.

A repressão do governo começou a desenvolver-se com dureza: Francisco Zalacosta foi fuzilado na cidade de Querétaro em 1880, duas revoltas foram afogadas em sangue pelo exército federal, os círculos anarquistas foram fechados e progressivamente o governo pôde assumir o controle do movimento operário. Um duro golpe ao movimento anarquista das cooperativas foi dado por uma norma que as ilegalizou e, quando esta norma foi revogada, a legalização das cooperativas foi subordinada ao regulamento e controle do governo. Tentativas ulteriores de revolta foram reprimidas, como aconteceu em 1886 com a revolta do general Miguel Negrete, que – no estado de Morelos – anteriormente, já tinha dado o seu apoio à ação de Chávez López. Negrete foi fuzilado no mesmo ano.

Lembramos, por fim, que entre os anos 1898 e 1899 o anarquista catalão J. Zaldivar constituiu grupos anarquistas na península de Yucatán.

O SÉCULO NOVO: RICARDO FLORES MAGÓN

Nos primeiros anos do século XX, o anarquismo mexicano surgia emancipado das tendências cooperativistas, com uma orientação anarco-sindicalista, e mais duro na luta de classes, também pela presença e influência de imigrados anarquistas espanhóis. Foi no começo do novo século que o anarquismo mexicano, em virtude do trabalho de Ricardo Flores Magón, chegou a ter uma poderosa organização política.

Ricardo Flores Magón, com os seus dois irmãos Jesús e Enrique, iniciou a atividade política participando das manifestações contra uma nova candidatura de Porfirio Díaz às eleições presidenciais de 1892. Em seguida, publicou a revista *El Demócrata*, orientando-se progressivamente para posições de esquerda libertária. Em sete de agosto de 1900, pela influência de Paul Robin – pedagogo libertário, camarada de Bakunin e velho membro da Comuna de Paris – com seus dois irmãos e Antônio Horcasitas, fundou o periódico *Regeneración*, que muito cedo tornou-se o fórum de uma oposição maciça e inflexível contra o regime de Porfirio Díaz.

Em 30 de agosto do mesmo ano, em San Luís Potosí, Camilo Arriaga publicou o Manifiesto del Partido Liberal, começando um processo que levará à constituição do Partido Liberal Mexicano (PLM) em 1905. Ricardo Flores Magón aderiu formalmente a este processo em 1901.

O Partido Liberal estava constituído inicialmente em torno de um programa burguês muito radical, tanto que a seção do programa relativa à Plataforma del Trabajo foi adotada pela maioria do movimento operário mexicano durante a revolução.

No entanto, a situação social do país deteriorava-se ulteriormente, com uma progressão que, em poucos anos, levaria o México à perturbação mais radical que se conhecera, desde a conquista espanhola. Contra esta campanha anti-reelecionista de *Regeneración*, desencadeou-se a repressão do governo e o periódico interrompeu as publicações temporariamente. Ricardo e

Enrique Flores Magón refugiaram-se nos Estados Unidos, e só em novembro de 1904 puderam recomeçar a publicação do semanário (verdadeiro espinho no flanco da ditadura de Díaz) em San Antonio, Texas. A permanência de Ricardo Flores Magón nos Estados Unidos foi muito difícil pelas numerosas detenções sofridas por estímulo do governo mexicano. Passou nas prisões norte-americanas a maioria dos anos seguintes de sua vida, até morrer em 1922; contudo, conseguindo exercer alguma influência na revolução.

Em junho de 1906, uma greve dos trabalhadores da sociedade americana Cananea Cobre Company, de Sonora, levou a dois ferozes dias de batalha entre os grevistas e os Rangers do Arizona(!), chamados pela direção da Cananea, por razão de as tropas mexicanas estarem distantes. Outra greve importante foi, em dezembro, a da fábrica de Rio Blanco em Orizaba, organizada por um grupo de trabalhadores afiliados ao PLM. A agitação, que teve pouco êxito, causou escaramuças com o exército, que esmagou a revolta.

O PLM – cujos mais importantes membros, além de Ricardo Flores Magón, eram: Praxedis Guerrero, Juan Sarabia, Villareal, Enrique Flores Magón, Librado Rivera e Manuel Sarabia) – organizou 44 grupos secretos de guerrilheiros espalhados pelo país inteiro (em média um grupo tinha 50 pessoas, mas houve também grupos de 300), que tinham o seu centro diretivo em Douglas, Arizona; mas os tempos não estavam ainda maduros. Os Rangers do Arizona pararam a maioria dos revolucionários do PLM em Douglas, e uma revolta em Veracruz, dirigida por Hilario C. Salas, falhou. Contudo, o prestígio do PLM saiu disto imensamente aumentado.

Outro ambiente onde o PLM trabalhava era o indígena. Com referência a este, deve-se deixar claro, preliminarmente, que a resistência dos índios contra a opressão européia e mexicana não parou até hoje, em suas várias formas, inclusive armadas; e que os indígenas do México sempre foram parte ativa nas convulsões sociais que periodicamente sacudiam o país. A resistência indígena sempre reivindicou os direitos tradicionais das comunidades, lutando contra a propriedade capitalista.

Foi em 1906 a primeira tentativa do PLM de tomar contato com a realidade indígena por meio de uma luta armada contra Díaz. Javier Guineta foi encarregado disto, junto com a tribo *yaqui* de Sonora, cuja ferocidade bélica era lendária no país inteiro. Não era uma simples tática, mas a expressão da sensibilidade magonista em relação ao mundo indígena.

A realidade das comunidades indígenas (até hoje em dia vivas no México) não podia deixar de influenciar a evolução libertária de Ricardo Flores Magón. O comunalismo indígena representou um dos eixos de seu pensamento, cuja essencialidade não escapou aos diretamente interessados. Isso é demonstrado em uma declaração oficial, de julho de 1914, da tribo *yaqui* (que as autoridades mexicanas consideraram sempre como se fosse um conjunto de animais ferozes, dignos de ser mortos ou escravizados):

“Com a mão sobre o coração, convidamos vocês a vir a este acampamento onde serão recebidos com os braços abertos pelos irmãos de miséria. Nós não temos palavras para expressar o quanto apreciamos os sacrifícios feitos em nosso favor, e esperamos que vocês estejam sempre bem dispostos a nos dar a mão, enquanto o capitalismo não desaparecer desta região *yaqui*, e até que a bandeira vermelha de Terra e Liberdade não tenha mais inimigos.”

A greve da Cananea foi só um episódio da seqüência de agitações sociais que reviraram o país e que continuariam posteriormente. Neste furacão de eventos, o PLM – sob influência de Ricardo Flores Magón – entrou em uma notável dinâmica para ultrapassar os objetivos originais radicais, essencialmente destinados a expulsar Porfirio Díaz e restabelecer os direitos civis e políticos no

país. Objetivos e posições que, ainda em 1905, permitiam a Francisco Madero (1873-1913) elogiar o PLM e contribuir economicamente para as necessidades de seu órgão *Regeneración*. Porém, já em 1906, Madero discordava da declaração do PLM sobre o esgotamento dos meios pacíficos para combater Díaz. Foi em 1907 que, formalmente, Ricardo Flores Magón completou o seu caminho para o anarquismo, começado em 1900 a partir das obras de Kropotkin, Bakunin, Jean Pesado, Malatesta e Gorki.

Radicalização libertária que também interessou à maioria do PLM, pelo efeito combinado da participação nos movimentos de 1906 e do apoio dado pelo partido ao movimento operário: o que levou ao completo rompimento com Madero. Naturalmente, o PLM sofreu as deserções daqueles que não compartilhavam a mudança de posições, e isto acentuou o radicalismo de Ricardo e da maioria do PLM.

A permanência de Ricardo Flores Magón e dos seus camaradas nos Estados Unidos, como foi dito, não era propriamente um exílio dourado. Os governos americanos, depois do assassinato do presidente McKinley em 1901, tinham declarado guerra aos anarquistas, vítimas de repressões pesadas que nos anos 30 levaram, na prática, à liquidação do anarquismo naquele país.

As autoridades do EUA logo compreenderam que os magonistas, e principalmente Ricardo, não só constituíam um problema mexicano, mas que também podiam tornar-se um problema na própria casa dos *yankees*, pela sua capacidade de mobilização. Já em 1907, quase toda a direção do PLM, exilada nos Estados Unidos, foi aprisionada pelas pressões do governo mexicano. A perseguição judicial não parou e os magonistas exilados foram processados diversas vezes pelas suas idéias e com a acusação de terem violado a neutralidade norte-americana, com referência aos assuntos do México (santa hipocrisia dos *yankees*!). Ricardo passou nas prisões norte-americanas mais da metade dos 19 anos de sua permanência além do Rio Grande, assistindo, impotente, a progressiva deterioração do PLM, que aconteceu durante sua ausência: parte dos membros convergiu para as fileiras maderistas, e depois houve outra divisão entre as várias facções que começaram a combater Madero.

A REVOLUÇÃO

Em 20 de novembro de 1910 explodiu a revolução contra Díaz, e depois da batalha de Ciudad Juarez, vencida pelas forças revolucionárias de Pancho Villa, e da demissão/fuga do ditador em 25 de maio de 1911, Madero tornou-se presidente da República pelas eleições presidenciais de 1º de outubro.

Embora a repressão dos EUA tenha paralisado a direção do PLM no exílio – os magonistas e os revolucionários daquele partido foram personagens principais da libertação da Baja Califórnia, coordenada por Ricardo Flores Magón, momentaneamente em liberdade nos Estados Unidos. Em 29 de janeiro de 1911, dirigidos por José Maria Leyva e Simón Berthold, os guerrilheiros do PLM conquistaram a cidade de Mexicali, com uma força de apenas 18 homens, que chegaram depressa a 500, dos quais aproximadamente 100 (exemplo de verdadeiro internacionalismo revolucionário) eram *wobblies* norte-americanos do sindicato Industrial Workers of the World (IWW), entre eles Frank Little e José Hill. Jack London fez um manifesto de apoio a estes revolucionários, onde lhes garantia o apoio dos corações e das almas de “socialistas, anarquistas, vagabundos, ladrões de galinhas e cidadãos indesejáveis dos Estados Unidos da América”. As tentativas das tropas federais de reconquistar Mexicali falharam.

Os magonistas, além disso, tiveram vitórias em outras cidades, tais como Novo León, Chihuahua, Sonora e, em março de 1911, Prisciliano Silva do PLM conquistou Guadalupe, no

estado de Chihuahua e em junho Casas Grandes, na mesma região.

Porém, no verão Madero enviou seus homens armados para retomar pela força o controle da Baja Califórnia e os revolucionários anarquistas do PLM sofreram uma dura derrota militar.

O presidente Madero formou um governo burguês que (nem podia ser o contrário, dada à formação dos seus membros) não teve qualquer intenção de ir para além do liberalismo democrático.

Os magonistas exilados nos EUA lançaram um manifesto ao povo mexicano para que este apoiasse a causa anarquista, não propuseram candidatos à presidência, nem um tipo novo de governo: simplesmente fizeram um chamado à luta pela emancipação econômica das classes trabalhadoras, à expropriação das terras dos latifundiários e à coletivização dos outros meios de produção industrial e de toda a riqueza social, e a fazer oposição à formação de um governo, como condição indispensável para obter um sistema de liberdade autêntica.

Ficando claro que as esperanças suscitadas por Madero eram simplesmente órfãs, já em 1912 estavam em completo desenvolvimento as revoltas contra seu regime. Destas revoltas, foi realmente revolucionária aquela dirigida por Emiliano Zapata no sul, e iniciada no estado de Morelos. Em 25 de novembro de 1911, Zapata lançou o famoso Plan de Ayala, documento ideológico da revolução camponesa mexicana.

Zapata não era formalmente anarquista, mas seus objetivos eram os mesmos dos anarquistas; ele retomou a bandeira de Tierra y Libertad, característica dos magonistas nos primeiros anos do século. O acordo entre ele e os membros libertários do PLM estava então na ordem das coisas, e a perspectiva política de Ricardo Flores Magón – mais larga que a de Zapata – não constituía um obstáculo.

Somaram-se às repressões sangrentas no sul contra os zapatistas, as ocorridas no norte (Chihuahua) contra Pascual Orozco (que naquela altura rebelou-se, assumindo posições de esquerda), com um papel militar crescente atribuído por Madero ao general Victoriano Huerta (o seu futuro “Pinochet”) quem, sem êxito, tentou fuzilar Pancho Villa. Em 16 de outubro de 1912, em Vera Cruz, houve uma tentativa de revolta, dirigida pelo general Félix Díaz (o neto do ex-ditador) que foi reprimida.

Até quando, em fevereiro de 1913, depois de uma fracassada tentativa de golpe de estado na Cidade do México, dirigida pelo general porfirista Mondragón, Huerta (apoiado ativamente pelo embaixador dos EUA Lane Wilson, muito ligado aos industriais petrolíferos de seu país) tirou proveito da ocasião para mandar matar Madero e tomar o poder.

Estes fatos causaram uma terrível guerra civil (mais de 800.000 mortos) em que lutaram contra Huerta e o exército federal, várias facções (que depois lutarão uma contra a outra), dirigidas por Pancho Villa em Chihuahua, Emiliano Zapata em Morelos, Venustiano Carranza no centro e Álvaro Obregón em Sonora.

Já no fim de 1914, Ricardo Flores Magón, em uma declaração oficial dirigida aos trabalhadores dos Estados Unidos afirmou:

“Se na superfície deste terrível conflito aparecem os nomes de Villa, Carranza, ou qualquer outra personalidade que, com base naquilo que mostram suas ações, não tem outro objetivo senão a tomada do poder. A verdade é que estes homens não são a revolução, mas simples líderes militares que pretendem satisfazer os seus

desejos pessoais às custas do movimento popular.”

E profeticamente concluiu que:

“Se alguém conseguir esmagar a revolução econômica, os trabalhadores norte-americanos sofrerão as consequências, por razão de uma imigração de trabalhadores mexicanos em um grau bem maior do que aquele que tem acontecido nos dez ou quinze últimos anos, com uma inevitável diminuição dos salários [...]. As riquezas dos magnatas da indústria americana irão para o México, um campo ideal para todos os tipos de aventureiros e exploradores; os fabricantes dos Estados Unidos mudar-se-ão para o México, que se tornará um território ideal para os negócios, por razão dos baixos salários.”

Na luta contra Huerta, Venustiano Carranza era o homem político mais importante e aparentemente o líder da coalizão. Em 1914, a guerra civil – na qual as reivindicações de revolução social e agrária de índios e *peones* (proletários agrícolas) foram entrelaçadas novamente com os fatores políticos e democráticos – tornou-se desfavorável para Huerta, que preferiu escapar, e Carranza tomou o poder pelo prestígio nacional adquirido com sua reação vigorosa contra a ocupação temporária de Vera Cruz (previamente bombardeada) pelos marines norte-americanos, em 24 de abril de 1914.

Porém, a guerra civil não acabou com a entrada de Carranza na Cidade do México em 20 de agosto daquele ano. Os confrontos pessoais e políticos entre as várias facções e seus chefes levaram a uma tentativa de conciliação, criando uma Convenção, que se reuniu pela primeira vez em 1º de outubro de 1914. Villa e Zapata não participaram e nem enviaram seus representantes. A Convenção mudou-se então para Aguascalientes (que estava fora da área de influência de Carranza), e a maioria dos membros mostrou-se contrária à manutenção de Carranza como chefe do executivo provisório, e nomeou para esta responsabilidade o general Eulálio Gutiérrez, quem atribuiu a Villa a chefia do exército convencionalista. Em 24 de novembro, Zapata ordenou ao seu exército (que naquela altura tinha cerca de 25.000 homens) que marchasse contra a Cidade do México, coisa que Villa também fez (ele havia aceitado o Plan de Ayala), de acordo com Zapata: em 10 de dezembro de 1914 villistas e zapatistas ocuparam a capital.

Os conflitos entre Villa (mais caudilho do que nunca) e Gutiérrez logo explodiram, e Gutiérrez escapou da capital. O caos começava a reinar, frustrando a conquista da Cidade do México, com toda a vantagem para Carranza, cujas tropas – dirigidas pelo ótimo general Obregón – em 1915, derrotaram as tropas de Villa em Celaya e depois definitivamente na batalha de Água Prieta. Villa escapou da captura com poucos homens.

O reconhecimento dos EUA ao governo de Carranza fez Villa perder a cabeça: em janeiro de 1916, durante o ataque a um comboio em Sonora, os homens de Villa fuzilaram 15 técnicos mineiros norte-americanos que viajavam por lá. Em nove de março, Villa passou a fronteira com o estado norte-americano do Novo México e saqueou a cidade de Columbus, o que causou a intervenção de uma coluna militar norte-americana nas regiões setentrionais do México e que, para todos os efeitos, não foi capaz de avistar Villa, nem sequer pelos binóculos. Villa acabou por negociar com os governantes a sua rendição, e será assassinado em 1923 por alguns sicários de Obregón.

Depois da derrota de Villa, Carranza convocou uma Assembléia Constituinte, naturalmente sem convidar Zapata: nesta, foi votada uma nova Constituição. Depois, Carranza foi eleito presidente do México.

Quem continuava resistindo, embora isolado, era Emiliano Zapata, que acabou por ser assassinado numa emboscada em 10 de dezembro de 1919.

Carranza, quebradas as ligações com Obregón, será assassinado em 1920 e em 1º de dezembro daquele ano, seu rival ascenderá à presidência. Em 1924, o sucessor de Obregón foi o general Plutarco Elías Calles, cuja rígida política anticlerical causou, em 1º de agosto de 1926, uma reação do clero católico, que suspendeu a celebração das funções religiosas no país inteiro. Os católicos passaram à revolta armada (dita dos *Cristeros*), com crueldades por ambas as partes: esta última guerra civil acabou em 1929 com a derrota dos rebeldes católicos. Em 1928, Obregón foi reeleito para a presidência, mas em 17 de julho foi assassinado por um estudante católico. Com sua morte, pode-se considerar convencionalmente fechado o período revolucionário.

EMILIANO ZAPATA, ZAPATISMO E ANARQUISMO

Após a morte de Madero e a crise do PLM, a bandeira de Tierra y Libertad ficou somente nas mãos dos zapatistas. As reivindicações do Plan de Ayala, em termos de reforma agrária radical, não eram slogans políticos vazios para os guerrilheiros de Zapata. Na redação deste famoso manifesto revolucionário, participaram elementos fortemente radicais como Otilo Montaña, professor simpatizante do PLM e o grupo libertário feminino Mulheres de Anahuac; durante a guerra civil entraram no exército zapatista anarco-sindicalistas como Luís Méndez, Rafael Pérez Taylor, Antônio Grove, Jan Khan (suíço, sobrevivente da Comuna de Paris) e Miguel Mendoza. Este último, além de desenvolver um trabalho de educação racionalista entre os camponeses do estado de Morelos, promoveu várias assembléias municipais libertárias nos anos 1915/1917.

Quando os zapatistas ocupavam um território, simplesmente expropriavam as *haciendas*, e davam a terra, não aos indivíduos, mas às comunidades de aldeia enquanto tais, de forma que a terra fosse colocada à disposição dos camponeses membros da comunidade, de acordo com seus costumes tradicionais. Isto com base no princípio de que a terra deve estar a serviço da comunidade e não dos interesses pessoais individuais.

Os zapatistas constituíam um grupo socialmente homogêneo e fortemente enraizado nas comunidades de Morelos, o que era um claro ponto de força naquele território, mas também de fraqueza fora dos limites daquele estado, porque os zapatistas estavam pouco propensos a ir combater por muito tempo, longe de suas terras.

Emiliano Zapata, ao contrário de Villa e Carranza, não era um caudilho, e na estrutura de comando das formações zapatistas desenvolvia essencialmente um papel de coordenador, indubitavelmente favorecido pelo seu enorme prestígio, que outros teriam usado de maneira muito diferente.

A estrutura de comando zapatista era bastante descentralizada, e os comandantes dos vários grupos de guerrilha estavam acostumados a fazer ações bélicas em sincronia, e precisamente o comunismo agrário básico dos zapatistas permitia que não se formassem hierarquias rígidas e institucionalizadas. As estruturas tradicionais das comunidades locais também contribuía para que o poder político e social estivesse no nível da comunidade e fluísse de baixo para cima.

Nas áreas controladas pelos zapatistas, o antagonismo contra o capitalismo e a propriedade privada era muito marcado. O centro da organização local ficava no Conselho de aldeia e, para obter o seu bom funcionamento, a premissa indispensável era sempre a expulsão violenta dos magistrados, fiscais de impostos, policiais, etc. As decisões eram tomadas na comunidade e por ela, sem recorrer a uma autoridade superior ou estranha.

Os ideais dos zapatistas sobre a comunidade foram formalizados em um documento de 1916, a Ley General sobre las Libertades Municipales. Naturalmente, o controle estatal dos Conselhos de aldeia foi abolido, os Conselhos foram eleitos diretamente pelos habitantes e o limite de tempo dos encargos foi fixado em um ano, com possibilidade de reeleição só depois de um intervalo de dois anos; o controle da administração econômica era uma prerrogativa de cada habitante.

Depois da morte de Zapata e a recuperação do controle governamental no estado de Morelos, em dezembro de 1920, o sistema das autonomias locais foi suprimido pela autoridade e os Conselhos das municipalidades foram nomeados pelo governo do estado.

Embora não tenham existido contatos operacionais diretos entre os magonistas, os anarquistas das cidades e Zapata, fica ainda em aberto a pergunta sobre a existência de contatos entre Ricardo Flores Magón e Zapata. Em todo caso, em 1912 Zapata, favorável ao PLM, fez a proposta de uma transferência do *Regeneración* para Morelos, onde ele colocaria à disposição de Flores Magón a fábrica de San Rafael e os meios necessários para fazer um jornal de importância nacional. A coisa não teve êxito por várias razões: pelas detenções periódicas e os problemas de saúde, Ricardo Flores Magón não teve a possibilidade de se mover. Além disso, ele também se convenceu de que a manutenção da sede da publicação nos Estados Unidos teria maior influência em favor da ação realizada por ele, visando evitar uma intervenção armada americana na Revolução Mexicana, aproveitando-se da grande popularidade que tinha naquele país.

Porém, Zapata sentia não só a influência de Magón: uma influência direta foi exercida por Antonio Díaz Soto y Gama, entusiasta das idéias de Tolstói e Kropotkin, anarco-sindicalista da capital que se uniu ao exército zapatista com outros camaradas, tornando-se logo o ideólogo do movimento. Não seria em todo caso exato, definir Emiliano Zapata e seu movimento *tout court* anarquistas, pela falta daquela clara orientação sistemática, que caracterizará Makhno ou Durruti, por exemplo. É indiscutível que as influências anárquicas eram as mais evidentes e que muitas metas eram comuns, embora faltasse uma identidade global.

Deve-se também considerar que no cenário político mexicano, apenas os anarquistas podiam coerentemente apoiar o programa zapatista e o radicalismo de meios que implicava. O que, na realidade, explica bem a presença de alguns anarquistas e militantes do PLM entre os zapatistas. Infelizmente as coisas, em linha geral, não se encaminharam nesse sentido, como vamos ver.

O ANARQUISMO FORA DOS CAMPOS DE BATALHA, A ALIANÇA COM A BURGUESÍA CAPITALISTA E A DECADÊNCIA

Frente à grande massa de trabalhadores rurais, em 1910, a classe operária mexicana era muito pequena, numericamente falando. Porém, durante a revolução, seu nível de organização acentuou-se muito. Os esforços combinados dos operários mexicanos e de um grupo de exilados espanhóis, membros da CNT, levaram em 1912 à criação da primeira central sindical, a Casa del Obrero Mundial (COM). A COM foi uma organização de nível nacional, de orientação anarco-sindicalista, que, entre 1912 e 1918, deteve a hegemonia do movimento operário mexicano. Ela entrou em contato com o Grupo Luz, cujo membro mais notável era Juan Francisco Moncaleano. Este grupo de anarquistas expressou muitas das idéias fundamentais da COM no Manifiesto Anarquista del Grupo Luz.

Francisco Madero não foi muito liberal em relação à COM: fechou-a, suprimiu seu órgão de imprensa, aprisionou os líderes sindicais e exilou os membros estrangeiros. Paralelamente, apoiou, em oposição à COM, a Gran Liga Obrera, muito menos ativa. Porém, Madero não teve o

tempo necessário para uma luta de longa duração contra os anarco-sindicalistas.

Com Huerta as coisas foram muito piores, por ele ser um general absolutamente contrário ao próprio conceito de movimento operário. Além disso, tinha as mãos mais livres do que Madero e as utilizava com o máximo prazer. A COM que, entretanto, tinha se reforçado, teve a audácia de convocar para o 1º Maio de 1913, na Cidade do México, uma grande manifestação de recordação dos Mártires de Chicago, que juntou pelo menos 20.000 pessoas. Seguiram-se muitas detenções, e Huerta, da mesma maneira que Madero, tentou criar organizações que fizessem oposição à COM.

Com a queda de Huerta, a COM tinha à frente um difícil dilema: apoiar Villa, Zapata ou Carranza? Problema de extrema delicadeza política, porque seu resultado produziria consequências de longa duração e, por isto, eventuais erros seriam fatais. E foi o que realmente aconteceu.

Os mais próximos da COM eram Zapata e seus guerrilheiros camponeses, nada fechados em relação aos problemas dos trabalhadores urbanos. Em 7 de novembro de 1915, nos territórios do sul controlados pela guerrilha zapatista, foi publicada uma Ley del Trabajo, que previa o dia de trabalho de oito horas, a proibição de trabalho para os menores de 14 anos, a entrega da administração das fábricas às cooperativas de trabalhadores e o salário mínimo garantido. Estas normas nasciam do próprio coração da revolução rural, a partir de uma matriz comunalista e indígena e por isso, não partilhavam totalmente a visão “urbana” da COM. Por isso, não tinha em conta problemas como o controle das propriedades estrangeiras, a igualdade de tratamento e salário entre os trabalhadores mexicanos e estrangeiros, o direito de greve e a criação de um estatuto de proteção para os sindicatos. Todas essas coisas, naturalmente, faziam parte das exigências da COM, e não estavam contempladas dentro do programa zapatista, apesar deste não se opor a elas, de maneira alguma.

Não há dúvida de que se poderia integrar e completar pacificamente os dois programas; bastava que a COM apenas quisesse perguntar isto, mas..., havia um “mas”, que teve um peso decisivo: a maioria dos zapatistas cultivava sentimentos religiosos, então... o jogo estava decidido!

A conclusão, fatal para o movimento operário, foi que, entre a aliança com revolucionários inflexíveis como os zapatistas, porém não ateus, e a aliança com a burguesia capitalista agrária e urbana, representada por Carranza, a pureza anarquista ateu da maioria dos membros da COM escolheu Carranza! E assim amadureceu uma oposição, também violenta e militar, entre o movimento operário organizado e os camponeses revolucionários.

Esta escolha não foi bem digerida por todos os membros da COM. Isso ficou claro quando, fugido Carranza da capital e chegadas as tropas de Villa e Zapata, os membros da COM dividiram-se em três grupos: a maioria estava com Carranza, muitos da minoria uniram-se a Villa e o resto a Zapata, dentre os quais Antônio Díaz Soto y Gama e Luís Méndez.

Na realidade, foi Carranza que usou os seus novos e temporários aliados anarco-sindicalistas. Pela ajuda militar contra Villa e Zapata (vital para Carranza), ele concedeu-lhes carta-branca na organização do trabalho: mas esta era sempre revogável, uma vez que seu poder estivesse definitivamente consolidado. Os anarco-sindicalistas aliados de Carranza formaram os famosos “Batalhões Vermelhos” que participaram imediatamente nas batalhas contra os zapatistas nos arredores da capital.

Alguns historiadores modernos tentaram dar uma explicação e justificar esta aliança – indubitavelmente antinatural no plano das premissas e dos objetivos – sublinhando que o mundo

da comercialização e da industrialização que Carranza e os seus representavam e promoviam, na essência, era o mundo em que trabalhavam e viviam os operários urbanos. Porém, é significativo que, da prisão dos EUA onde estava novamente detido, Ricardo Flores Magón tenha condenado violentamente o acordo com Carranza, afirmando que assim os anarco-sindicalistas acabaram se vendendo.

Certamente, naquela altura eles receberam alimentos, dinheiro, equipamentos, lugares para se reunir, liberdade de imprensa e ação, mas, como notou *a posteriori* Rosendo Salazar (um dos membros da COM que foi a favor do acordo), com aquela escolha, a COM tinha assinado a sua condenação de morte e tinha traído, por outro lado, os seus próprios princípios a troco de vantagens de curta duração.

A evidência da anomalia desta aliança entre Carranza e a COM está nos fundamentos do conceito político do próprio Carranza, o que ele não escondeu de ninguém. O futuro do México, para ele, estava representado pela empresa capitalista, pela propriedade privada dos meios de produção e pelo individualismo social, além do Estado forte que, juntamente com as elites econômicas, iria dar prontamente bem-estar às massas.

Os problemas entre o Departamento do Trabalho de Carranza e a COM começaram cedo. Em 1916, foram dissolvidos os “Batalhões Vermelhos”, houve um período de greves entre o fim de 1915 e o princípio de 1916 e depois da desvalorização do peso mexicano e das agitações que isto causou, chegou-se à luta final entre Carranza e a COM, luta cujo resultado era muito previsível.

No mês de julho de 1916 a COM apelou à greve geral, com uma participação maciça dos trabalhadores e Carranza enviou as tropas para ocupar as sedes da COM e prender os membros de sua direção. Em todo o país, os soldados desmantelaram os sindicatos filiados à COM e aprisionaram seus maiores expoentes; os governadores dos estados e os chefes militares receberam a ordem de apreender toda a literatura subversiva em circulação e, se possível, de aprisionar os autores.

Tudo isso sem fuzilamentos – embora Carranza tenha ressuscitado uma velha lei de 1862, que assimilava a greve à traição, com a sanção da pena de morte –, só porque, inesperadamente, os tribunais militares absolveram os promotores da greve.

Assim, a derrota dos anarco-sindicalistas ex-aliados de Carranza foi total. Os outros seguiram seu destino nos exércitos de Villa e Zapata.

Em 1921, depois da matança de Carranza, alguns membros da velha COM, militantes do sindicato IWW e elementos de orientação comunista fundaram a Confederación General del Trabajo (CGT), imediatamente hostilizada pelo governo, que impediu-a até de usar o serviço postal para distribuir seu jornal *Via Libre*.

O governo dirigiu seus favores à Confederación Obrera Regional Mexicana (CROM), na pragmática ótica carranzista de que (ao contrário de Huerta) assumia a moderna inevitabilidade dos sindicatos e preferia tentar sua carta de subordinação, ao invés de destruí-los. Para este objetivo, a CROM era ideal: oportunista, orientada para uma conciliação entre trabalho e capital e promotora da profissionalização da burocracia sindical. A CGT era – e foi pelo menos até o 1930 – um sindicato libertário, voltado para a ação direta, sem burocratização, em que as responsabilidades eram voluntárias e gratuitamente assumidas, com democracia direta, consenso como meio principal para tomar as decisões, autonomia em relação ao Estado e aos partidos, antinacionalista e favorável à socialização dos meios de produção.

Um de seus apoios era a Federación Comunista del Proletariado Mexicano (FCPM), organização libertária fundada em 1920, conhecida por ter usado os piquetes pela primeira vez durante as greves, para impedir a entrada nos estabelecimentos.

Os anos 20 fizeram parte de um período negativo, crucial para o anarquismo mexicano. Zapata foi morto em 1919 e os revolucionários rurais do estado do sul acabaram vencidos; Ricardo Flores Magón morreu numa prisão dos Estados Unidos. Soto y Gama virou-se radicalmente à direita, sendo eleito deputado e, num discurso parlamentar, pontificou sobre a impropriedade do socialismo em relação às necessidades do México; Antonio Villa Real tornou-se secretário do Ministério da Agricultura, etc.

Além disso, em 1930 os ideais libertários começaram a se enfraquecer e os dirigentes da CGT ficaram mais sensíveis à corrupção exercida por políticos e patrões, chegando a dar cobertura sindical às práticas de demissões. No entanto, a CROM tentou subtrair espaços de hegemonia da CGT.

Com a constituição da Asociación Mexicana del Trabajo (AMT) em 1941, há uma renovação dos ideais anarco-sindicalistas. A AMT sobreviveu até os anos 70, e deu lugar à outra organização, chamada Frente Auténtico del Trabajo (FAT), onde ainda hoje atuam parte dos libertários mexicanos e que está presente mais ou menos em 15 estados, organiza-se em assembleias, é favorável a um socialismo autogestionário, e cuja atividade está baseada em quatro setores básicos: operário, urbano, rural e cooperativista. Em várias ocasiões participam nas lutas organizadas pelos coletivos anarquistas.

Em termos de saldo material, o balanço do anarquismo na Revolução Mexicana, sem dúvida, aparece. Os zapatistas e anarco-sindicalistas urbanos aliados com Carranza (vimos os resultados) foram derrotados. Os fracassos na ação do PLM e da COM, a ausência forçada de Ricardo Flores Magón durante os acontecimentos revolucionários, desvio conservador dos vencedores burgueses na revolução. De saldo positivo fica o papel dos magonistas na preparação da luta contra Porfírio Díaz e o semi-anarquismo do movimento zapatista. Contam-se heróis e mártires, não vencedores.

Mas, se é verdade o que disse Ernesto Guevara – “*as batalhas vencem-se sempre*” (porque só as não combatidas constituem uma seca derrota) – devemos dizer então que no México os ideais anarquistas e libertários não morreram: as bandeiras (e os ideais) do magonismo e do zapatismo voltaram hoje a tremular nas lutas sociais mexicanas. Mas estas são coisas recentes e não sabemos se são premonições, ou não, de uma futura revolução.

* Trecho de *Os Anarquistas na Revolução Mexicana*

QUANDO A ESPANHA REVOLUCIONÁRIA VIVIA EM ANARQUIA

Frank Mintz e Frédéric Goldbronn

Para defender a ordem das coisas, basta amiúde sustentar que toda tentativa para dela afastar-se desemboca obrigatoriamente na tirania ou no caos.

A história é rica em exemplos contrários, que estabeleceram o caráter eterno da revolta, da aspiração à democracia e à solidariedade.

Durante alguns meses, no momento da guerra civil espanhola, algumas regiões do país defenderam um modo de governo inédito, que simultaneamente se opunha ao poder dos possuidores, dos notáveis e dos burocratas. Historiadores e realizadores lembram-nos esse parêntese entregue à utopia.

*“No momento em que os apóstolos do São Lucro perfumam-se de bom grado com uma gota de Anarchiste (última criação de um perfumista parisiense), é difícil imaginar a amplitude da revolução libertária conduzida pelos trabalhadores espanhóis nas zonas onde eles levaram ao fracasso o pronunciamento dos generais contra a República, em 18 de julho de 1936. Nós, anarquistas, não partimos à guerra pelo prazer de defender a república burguesa (...) Não, se pegamos em armas foi para pôr em prática a revolução social” (Patrício Martínez Armero, citado por Abel Paz, *La colone de Fer*, éd. Libertad-CNT, Paris, 1997) recorda um ex-miliciano da **Coluna de Ferro** (essa milícia anarquista, conhecida por sua intransigência revolucionária, combateu notadamente no *front* de Teruel).*

A coletivização de amplos setores da indústria, dos serviços e da agricultura constituiu, com efeito, um dos traços mais extraordinários dessa revolução. Essa escolha adquiria raízes na fortíssima politização da classe operária espanhola, organizada principalmente no seio da Confederação Nacional do Trabalho (C.N.T., anarco-sindicalista).

Numa Espanha que contava naquele momento 24 milhões de habitantes, o sindicato anarquista tinha mais de um milhão de aderentes e – fato único na história do sindicalismo – um único permanente remunerado no plano nacional.

Alguns meses antes do golpe de Estado militar do 18 de julho de 1936, o congresso de Saragoça (maio de 1936) da C.N.T. adotara uma moção sem deixar nenhuma dúvida quanto à sua concepção da ação sindical:

“Uma vez concluída a fase violenta da revolução, serão declarados abolidos a propriedade privada, o Estado, o princípio de autoridade, e por consequência, as classes que dividem os homens em exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Uma vez socializada a riqueza, as organizações de produtores, enfim livres, encarregar-se-ão da administração direta da produção e do consumo” (moções do congresso de Saragoça da C.N.T.).

Tal programa foi posto em prática pelos próprios trabalhadores, sem esperar nenhum tipo de comando de seus “chefes”. A cronologia dos acontecimentos na Catalunha oferece um bom exemplo disso.

Em Barcelona, os comitês dirigentes da C.N.T.. Lançaram o apelo à greve geral em 18 de julho de 1936, mas sem dar a ordem de coletivização. Ora, desde 21 de julho, os ferroviários catalães coletivizavam as ferrovias. No dia 25, foi a vez dos transportes urbanos, bondes, metrô e ônibus, depois, em 26, a da eletricidade e em 27, a vez das agências marítimas. A indústria metalúrgica foi imediatamente reconvertida na fabricação de veículos blindados e de granadas para as milícias que partiam combater no *front* de Aragão.

“Em alguns dias, 70% das empresas industriais e comerciais foram tomadas pelos trabalhadores nessa Catalunha que concentrava sozinha dois terços da indústria do país (C. Maura, *Révolution et contre-révolution em Catalogne*, éd. Mame, 1974)”.

George Orwell, em seu famoso “*Homenagem à Catalunha*” descreveu esse júbilo revolucionário:

“O aspecto arrebatador de Barcelona superava toda expectativa. Era a primeira vez em minha vida que eu me encontrava numa cidade onde a classe operária tinha vencido. Aproximadamente todos os imóveis de alguma importância tinham sido tomados pelos operários e sobre todos flutuavam bandeiras vermelhas ou as bandeiras rubro-negras dos anarquistas (...). Toda loja, todo café portava uma inscrição informando que tinha sido coletivizado; até as caixas dos engraxates foram coletivizadas e pintadas de vermelho e preto! (...) Tudo isso era estranho e emocionante. Uma boa parte disso permanecia para mim incompreensível e, inclusive, num certo sentido, não me agradava: mas havia ali um estado de coisas que me pareceu de imediato como valendo a pena que se lutasse por ele (George Orwell, *Hommage à Catalogne*, éd. Champ libre, 1982).

Inúmeros são os estrangeiros que, a exemplo de Franz Borkenau, experimentaram esse “formidável poder de atração da revolução.” Em *Spanish Cockpit* (éd. Champ libre, 1979), ele conta o caso de um jovem empreendedor americano, cujo negócio foi praticamente arruinado pela revolução, e que, no entanto, permanece muito favorável aos anarquistas, dos quais admira em particular o desprezo pelo dinheiro. Recusa-se a partir pois

“ele ama esse solo, ama esse povo e pouco lhe importa, diz ele, ter perdido seus bens se a velha ordem das coisas desmorona para dar lugar a uma cidade dos homens mais elevada, mais nobre e mais feliz.”

O movimento das coletivizações teria concernido entre um milhão e meio e dois milhões e meio de trabalhadores (Frank Mintz, *Autogestion et anarcho-sindicalisme*, éd. CNT, 1999), mas é difícil fazer disso um balanço preciso: não existem estatísticas globais, e muitos arquivos foram destruídos. Pode-se, contudo, apoiar-se sobre dados fragmentários publicados na imprensa, em particular sindical, e sobre os numerosos testemunhos de atores e observadores do conflito.

A GUERRA DEVORA A REVOLUÇÃO

Nas empresas coletivizadas, o diretor era substituído por um *comitê eleito*, composto por membros dos sindicatos. Ele podia continuar a trabalhar em sua antiga empresa, mas com um salário igual àquele dos outros empregados. A atividade de certos ramos como o madeireiro, foi unificada e reorganizada, da produção à distribuição, sob a égide do sindicato do ramo. Na maioria das empresas de capitais estrangeiros (telefone, algumas grandes fábricas metalúrgicas, têxteis ou agro-alimentícias), se o proprietário (americano, britânico, francês ou belga) permaneceu oficialmente no local para não apavorar as democracias ocidentais, um *comitê operário* assumiu a gestão. Só os bancos escaparam do maremoto *coletivista* e passaram sob

controle do governo. Este dispunha, assim, de um importante meio de pressão sobre as coletividades que conheciam dificuldades de caixa.

O modo de organização do sindicato inspirou o dos ramos socializados: comitê de fábrica eleito pela assembléia dos trabalhadores, comitê local reunindo os delegados dos comitês de fábrica da localidade, comitê de zona, comitê regional, comitê nacional. Em caso de conflito em escala local, a assembléia plenária dos trabalhadores decidia. Em caso de conflito em nível mais elevado, as assembléias de delegados ou os congressos o faziam.

Mas por causa de sua presença e de sua força, a C.N.T. Detinha, *de fato*, o poder na Catalunha.

O funcionamento das coletividades aparecia, pois, muito heterogêneo. Na *Ferrovía de Catalunha*, por exemplo, onde o conjunto dos assalariados percebia uma remuneração anual de 5.000 pesetas, decidiu-se, todavia, que o pessoal mais qualificado receberia um suplemento de 2.000 pesetas por ano. Em 1938, o salário único era regra em Lérida, no setor da construção civil, mas em Barcelona um engenheiro continuava a receber dez vezes mais que um operário. Uma das mais importantes indústrias da Catalunha, a têxtil, promulgou a semana de quarenta horas, reduziu as diferenças de salário entre técnicos e operários, e suprimiu o trabalho por peças das operárias... mas a diferença salarial entre homens e mulheres persistiu na maioria dos casos.

A situação degradou-se com o passar dos meses, malgrado todos os esforços das coletividades para modernizar a produção. No campo econômico bem como nos outros, a guerra devorava a revolução. Faltavam as matérias-primas e os mercados tornavam-se cada vez mais raros, por causa da progressão territorial dos militares insurretos. Por sinal, o esforço concentrando-se na indústria militar, a produção desmoronou nos outros setores, arrastando com ela o pessoal técnico, provocando uma penúria de bens de consumo, uma falta de recursos financeiros e uma inflação galopante.

Diante dessa situação, todas as coletividades não eram iguais. Fim de dezembro de 1936, uma declaração do sindicato da madeira, publicada no Boletim C.N.T.-F.A.I., indignou-se com isso reivindicando.

“um caixa comum e único entre todas as indústrias, para chegar a uma partilha equitativa. O que não aceitamos, é que haja coletividades pobres e outras ricas.” (Carlos Semprun Maura, *op. Cit.*).

Um artigo de fevereiro de 1938 dá uma idéia dessa disparidade:

“As empresas coletivizadas pagam 120, no máximo 140 pesetas por semana, e as coletividades rurais 70 em média. Os operários da indústria de guerra recebem 200, e até mais, por semana.” (artigo de Augustin Souchy em *Solidaridad Obrera*, jornal da C.N.T., fevereiro de 1938).

Essas desigualdades iriam conduzir alguns revolucionários a evocar a ameaça de um “neocapitalismo operário” (Gaston Leval, *Espagne libertaire*, ed. Du Monde Libertaire).

Em outubro de 1936, a *Generalitat* (governo catalão) ratificou por decreto a existência das coletividades e tentou planificar sua atividade. Ela decidiu nomear *controladores* governamentais nas empresas coletivizadas. Com o enfraquecimento político dos anarquistas, estes últimos logo iriam servir ao restabelecimento do controle do Estado sobre a economia.

COLETIVIDADES AGRÁRIAS

Sem que ninguém, nenhum partido, nenhuma organização desse ordens para proceder nesse sentido (Abad de Santillan, *Por qué perdimos la guerra*, Buenos Aires, Iman, 1940) coletividades agrárias formaram-se igualmente.

A coletivização concerniu, sobretudo às grandes propriedades, cujos proprietários fugiram para a zona franquista ou foram executados. Em Aragão, onde as milícias da Coluna Durruti[1], desde o fim de julho de 1936, impulsionaram o movimento, este último tocou quase todos os vilarejos: a *Federação da coletividades* reagrupava meio milhão de camponeses.

Reunidos na praça do vilarejo os títulos de propriedade fundiária eram queimados. Os camponeses traziam tudo o que possuíam à coletividade: terras, instrumentos de trabalho, animais para arado e outros. Em certos vilarejos, o dinheiro foi abolido e substituído por bônus. Esses bônus não constituíam uma moeda: eles permitiam a aquisição, não de meios de produção, mas apenas de bens de consumo, e ainda em quantidade limitada.

O dinheiro que tinha sido estocado pelo Comitê era utilizado para comprar no exterior os produtos que faziam falta e que não podiam ser trocados. Visitando a coletividade de Alcora, um grande burgo de 5.000 habitantes, Kaminski observa:

“Eles detestam o dinheiro, querem bani-lo, pela força e pelo anátema [mas é] um mal, válido enquanto o resto do mundo não tiver ainda seguido o exemplo de Alcora.”

Contrariadamente ao modelo estatista soviético, a entrada na coletividade percebida como um meio de vencer o inimigo, era voluntária. Aqueles que preferiam a fórmula da exploração familiar continuavam a trabalhar sua terra, mas não podiam explorar o trabalho alheio, nem beneficiar-se dos serviços coletivos. Por sinal, as duas formas de produção amiúde coexistiram, não sem conflitos, como na Catalunha, onde os meeiros tornaram-se proprietários de seu terreno. O uso em comum permitia evitar o parcelamento das terras e modernizar a exploração destas últimas.

Os operários agrícolas, que alguns anos antes quebravam as máquinas para protestar contra o desemprego e a redução salarial, utilizaram-nas de bom grado para facilitar seu trabalho. Desenvolveu-se a utilização de adubos e avicultura, os sistemas de irrigação e as vias de comunicação. Na região de Valência, reorganizou-se, sob a égide dos sindicatos, a comercialização das laranjas, cuja exportação fornecia uma importante fonte de divisas. As igrejas que não foram queimadas foram transformadas em prédios civis: entrepostos, salas de reunião, teatros ou hospitais [segundo o historiador Burnett Bollotten, “milhares de pessoas pertencentes ao clero e às classes proprietárias foram massacradas”, na maioria das vezes em represália aos massacres franquistas (*La Révolution espagnole*, ed. Ruedo Ibérico, Paris, 1977)].

E visto que o credo anarquista fazia da educação e da cultura os fundamentos da emancipação, escola, bibliotecas e clubes culturais foram criados até nas aldeias mais recuadas.

A assembléia geral dos camponeses elegia um comitê de administração, cujos membros não recebiam nenhuma vantagem material. O trabalho era efetuado em equipes, sem chefe, esta função tendo sido suprimida. Os conselhos municipais confundiam-se frequentemente com os comitês, que constituíam de fato os órgãos do poder local. Geralmente o modo de remuneração era o salário familiar, sob forma de bônus lá onde o dinheiro tinha sido abolido.

Em Asco, na Catalunha, por exemplo, os membros das coletividades recebiam um carnê de família. No verso da carta havia um calendário para marcar as datas de compra dos víveres, que só podiam ser recebidos uma vez por dia nos diferentes centros de abastecimento. Essas cartas eram de diferentes cores a fim de que aqueles que não soubessem ler pudessem distingui-las facilmente. A coletividade remunerava ao mesmo tempo o professor, o engenheiro e o médico, cujos atendimentos eram gratuitos.

Esse modo de funcionamento não era desprovido nem de torpor nem de contradições. Kaminski conta como, em Alcora, um jovem, que queria visitar sua noiva que vivia numa aldeia vizinha, devia obter o consentimento do comitê para troca seus bônus por dinheiro para que pudesse pagar o ônibus. A concepção ascética que os anarquistas tinham da nova sociedade, amiúde se entendia bem com a velha Espanha puritana e machista. Daí, sem dúvida, o paradoxo do salário familiar, que deixava “o ser mais oprimido da Espanha, a mulher, sob a inteira dependência do homem.” (Haminsk, *Ceux de Barcelone*, ed. Allia, Paris, 1986).

A CONTRA-REVOLUÇÃO

As coletividades iriam chocar-se contra as forças políticas hostis à revolução, inclusive no interior do campo republicano. Fraco em julho de 1936, o Partido Comunista da Espanha (P.C.E.) viu crescer sua importância com a ajuda soviética. Ele aplicou a estratégia, pregada por Moscou, de aliança com a pequena e média burguesia contra o fascismo. Como o observa Borkenau: “os comunistas não estão com os trabalhadores contra o *kulak*, mas com o *kulak* contra os sindicatos”.

Assim, no Levante, o ministro comunista da agricultura Vicente Uribe não hesitou em confiar a comercialização das laranjas a um organismo ao mesmo tempo do comitê sindical e ligado, antes da guerra, à direita católica, regionalista e conservadora.

Após as jornadas de maio de 1937, durante as quais os stalinistas e o governo catalão tentaram, ao desencadear confrontos sangrentos em Barcelona, apoderar-se das posições estratégicas ocupadas pelos anarquistas e pelo Partido Operário de Unificação Marxista (P.O.U.M., anti-stalinista), o governo central anulou o decreto de outubro de 1936 sobre as coletivizações e assumiu diretamente a defesa e a polícia da Catalunha. Em agosto de 1937, as minas e as indústrias metalúrgicas passaram sob controle exclusivo do Estado. No mesmo momento, as tropas comunistas comandadas pelo general Lister tentaram dismantelar pelo terror as coletividades de Aragão. Reduzidas e atacadas por todos os lados, elas sobreviveram, contudo, até a entrada das tropas franquistas.

No momento da entrada dos anarquistas no governo republicano, Kaminski interrogava-se quanto aos riscos da “eterna traição do espírito pela vida”. A vitória do general Franco liquidou essas interrogações.

Vestida de vermelho e negro, a Espanha libertária entrou na história, indene às desilusões desse século. Um dia, um povo *sem deus nem amo* fez fogos jubilosos com títulos bancários. Nestes tempos em que o dinheiro é rei, eis com que podemos nos reconfortar.

Nota:

1. Buenaventura Durruti, nascido em 1896, militante da U.G.T depois da C.N.T. Quando ocorre o golpe de Estado franquista de 1936, põe-se à frente de uma milícia que desempenha um papel

importante nos combates em Barcelona, depois em Aragão, e, enfim, no *front* de Madrid. Foi ali, em 20 de novembro de 1936, que ele foi mortalmente ferido em circunstâncias controversas.

* Tradução: Plínio A. Coêlho

* Artigo publicado na revista *Libertários* 1

* Digitalização: Rafaela C. G.

O ANARQUISMO E A QUESTÃO DA PRÁTICA

Ba Jin

O anarquismo é produto do movimento de massas e não pode jamais dissociar-se da prática. Na realidade, o anarquismo não é um sonho inútil que transcende ao tempo. Não poderia ter nascido antes da Revolução Industrial e nem ter se desenvolvido antes da Revolução Francesa. Muitos chineses sustentam que Lao Tsé e Chuang Tzu foram os primeiros anarquistas da China. Isso é muito enganoso. O taoísmo não tem nada em comum com o anarquismo moderno. O tempo de Lao Tsé e Chuang Tzu não teria como ter produzido as idéias do anarquismo moderno.

Penso que muitas pessoas têm uma má compreensão da doutrina anarquista. É certo que os anarquistas se opõem à guerra, mas à guerra à qual se opõem os anarquistas é aquela que deriva da luta pelo poder entre caudilhos e políticos. Nós apoiamos a luta dos oprimidos contra os opressores e a luta do proletariado contra a burguesia, porque se trata de uma luta de autodefesa e libertária, à qual Malatesta considerava “necessária e sagrada”. Também apoiamos a guerra das colônias contra seus Estados metropolitanos e a guerra das nações fracas contra as potências imperialistas, ainda que o fim dessas guerras seja um tanto distinto de nosso ideal. Alguns se opõem à luta de classes, a qual, argumentam, é contrária à felicidade do conjunto da humanidade. Há um artigo em *A Voz do Povo* (nº 33), que reivindica esse ponto de vista. Os anarquistas de nenhuma maneira se opõem à luta de classes; na realidade, a estimulam. O anarquismo é o ideal e a ideologia da classe explorada... na luta de classes. É simplesmente enganoso propor a busca da felicidade coletiva da humanidade quando a humanidade não é um conjunto harmônico e está dividida há tempos em duas classes antagônicas. “O anarquismo nunca foi o ideal da classe dominante” (Kropotkin). O verdadeiro criador do anarquismo é a classe trabalhadora revolucionária” (Alaiz).

Nenhum problema prático pode ser mais importante do que a revolução chinesa. É o problema de como dar início a essa revolução social que passa em nossas cabeças o tempo todo. Somos materialistas (destacados anarquistas como Kropotkin ou Bakunin foram todos materialistas). Entendemos que a chegada da revolução social não pode ser determinada por nossas boas intenções. Ela se desprende da evolução social e determina-se pelas necessidades históricas. Dentro dos limites permitidos pelas condições materiais, os esforços dos indivíduos podem facilitar a evolução social, mas estes não constituem os únicos fatores da evolução social. Não concordo totalmente com o camarada Huiling. Sou partidário do determinismo, que não é o mesmo que fatalismo. O determinismo não nega as provas da vontade humana e reconhece que os humanos não são uma substância passiva. Ainda que não seja controlado pelo ambiente, este limita seus empreendimentos. As afirmações de Huiling são irrelevantes para os deterministas.

Não há contradição entre revolução e evolução. Reclus disse: “A evolução e a revolução são um mesmo fenômeno em uma seqüência de ações: a evolução opera antes da revolução e se desenvolve na revolução”. O anarquismo não pode ser realizado em um período breve de tempo. Seu êxito requer o acúmulo que é fruto da revolução e da construção ininterrupta. Alaiz comentou: “A realização do anarquismo não vem de repente. Não há maneira de realizarmos a completude do ideal anárquico de uma só vez e devemos implementá-lo passo a passo.” É impossível para nós realizar completamente o anarquismo nas condições atuais da China. Nosso ideal da sociedade futura está correto. Não é uma ilusão, mas sua realização se vê limitada pelas condições materiais. Em outras palavras, a sociedade ideal não aparecerá de maneira sub-reptícia como um milagre, mas gradativamente. Todos nossos esforços podem acelerar sua chegada, mas, ainda assim, há limitações. Isso pode não ser algo ideal, da maneira que desejamos, mas é a realidade. Se houver uma revolução social na China queremos realizar plenamente a sociedade

ideal do anarquismo. Mas, é possível praticar o princípio de cada um segundo suas possibilidades e a cada um segundo suas necessidades, quando a economia chinesa está subdesenvolvida e quando necessidades básicas, mesmo os alimentos, dependem das importações do estrangeiro? Nessas condições, devemos saber ser flexíveis. Isso não significa aceitar a derrota. Mas devemos nos preparar para quando chegar a revolução e temos de permitir que os trabalhadores desenvolvam a indústria por meios cooperativos. Mesmo depois do início da revolução será impossível que alcancemos o ideal social do anarquismo de uma só vez. Devemos caminhar para nosso ideal passo a passo.

Essa é somente uma hipótese sobre a situação da China depois da revolução social, mas não podemos saber realmente si isso acontecerá num futuro próximo. Em primeiro lugar, as condições materiais da China não estão maduras. Em segundo lugar, a distância entre os anarquistas chineses e as massas é ainda demasiado grande. Alguns anarquistas somente se interessam pela propaganda de certos princípios para o povo, mas jamais se perguntam se sua propaganda é acessível a ele e o que realmente deseja o povo. Como podemos nos inserir no movimento operário sem conhecer suas preocupações imediatas? Dificilmente será possível pedir-lhes que levem a cabo uma revolução de estômago vazio. É certo que a revolução social na China não ocorrerá imediatamente, mas devemos começar a nos preparar e a facilitar seu início.

A China entrou na era da revolução. Muitos dos movimentos revolucionários na China não são movimentos do Partido Nacionalista [nota do editor (NE): Kuomintang o Guomindang], mas movimentos do povo. Dezenas de milhares de trabalhadores estão em greve e numerosos jovens lutam nos campos de batalha. Sob o terror branco, são muitos os que se dedicam à revolução. Não têm o menor medo dos cárceres ou da morte. Há aqueles que dizem que esses revolucionários são manipulados por um número reduzido de pessoas, que sonham com riqueza e poder, que são a bucha de canhão dos novos caudilhos, que são seguidores leais dos Três Princípios do Povo [NE: do Partido Nacionalista] e que querem instalar um governo burguês. Isso é absolutamente falso. É certo que há diferenças entre a expedição do norte do Exército Nacionalista e o movimento revolucionário da China, entre a guerra de independência de um país semicolonial e os objetivos anarquistas; mas nós, os anarquistas, não estamos em oposição, mas queremos ir mais longe. Antes que possamos abolir o capitalismo não nos opomos, de maneira alguma, a qualquer tipo de movimento anti-imperialista. Detesto a Rússia soviética, mas detesto mais ainda as potências imperialistas; detesto o Partido Nacionalista, mas detesto mais ainda os caudilhos. A razão é simples. A Rússia soviética não é tão nociva quanto as potências imperialistas e o Partido Nacionalista e os caudilhos não são a mesma coisa. Certamente, seria maravilhoso se pudessemos oferecer algo melhor ao povo. Não é um problema um acadêmico burguês realizar, com ares desinteressados, uma oposição apoiada em um palavrório vazio; mas, para um revolucionário, isso é um crime. “Perfeição ou nada” é a idéia dos individualistas, não a idéia de revolucionários que lutam pelos interesses do povo, pois essa idéia não reflete as necessidades do povo. Se não há maneira de dar a felicidade “perfeita” ao povo, como negar a ele a oportunidade de desfrutar de um pouco mais de felicidade? Deve-se entender que esse movimento revolucionário não é monopólio de um partido político em particular. Sem a participação e o apoio do povo, como seria possível derrotar os caudilhos? Nós anarquistas não temos uma influência significativa no movimento. Esse foi nosso erro. Se nos dedicarmos simplesmente a ser expectadores desse movimento e a denegrir-lo, como se ele fosse uma mera luta pelo poder ou um enfrentamento entre caudilhos, e se desprevermos o Partido Nacionalista e Zhang Zoling [NE: caudilho manchú] como sendo todos a mesma coisa, os conservadores da direita poderão, contentes, nos agradecer!

Deveríamos saber que todos os participantes desse movimento não são membros leais do Partido Nacionalista. Por exemplo. Vocês acham que a opinião de um trabalhador em greve é a mesma que a de Chiang Kai-Shek? Os trabalhadores entendem completamente os Três Princípios do Povo? Alguma vez leram o “Plano Geral para a Construção da Nação-Estado” de Sun Yat-Sen?

Vocês acham que a opinião de um estudante que luta no campo de batalha é a mesma que a de Chiang Kai-Shek, seu comandante em chefe? Se prestarmos atenção nas questões práticas, nos daremos conta que as soluções reais são muito mais complexas do que imaginamos. Um artigo publicado em *A Voz do Povo* há 11 anos pode ilustrar muito bem esse ponto: “Aprendemos que os trabalhadores e os pequenos comerciantes realmente têm asco do governo de Yuan Sjikai e estão prestes à levar a cabo a revolução para poder subsistir. Se lhes perguntam sobre os males do governo, freqüentemente dirão que os onerosos impostos os privam dos meios de subsistência e que os soldados lhes perseguem em seus lares. Suas preocupações parecem pouco relevantes em comparação aos grandes assuntos discutidos por certos líderes e políticos, tais como a traição à república, a dissolução do parlamento, a ditadura presidencial, a violação da Constituição.” Quem poderia concordar com aqueles que dizem que esses “trabalhadores e pequenos comerciantes” compartilham da mesma visão que esses “líderes e políticos” que tentam conquistar o poder e a fortuna estabelecendo uma república? Além disso, se se diz aos trabalhadores em greve que eles são a mesma coisa que Chiang Kai-Shek e Zhang Zoloin, não creio que entendam o que se quer dizer com isso. Suas demandas se relacionam inteiramente às suas preocupações imediatas. A política não é assunto de seu interesse e Chiang Kai-Shek, assim como o Partido Nacionalista, não são assunto de seu conhecimento. Eles somente estão familiarizado com certas palavras de ordem como “abaixo os caudilhos”, “abaixo o imperialismo”, “apoiemos o sindicato operário”. Detestam o governo dos caudilhos e querem destitui-lo, pois o governo fecha os sindicatos, acaba com o movimento operário, ajuda os capitalistas e trata os trabalhadores como se fossem um espinho em seu corpo. Podemos certamente compreender sua reação, porque ela se relaciona diretamente às suas preocupações imediatas. Definitivamente, não somente devemos recordar os princípios, mas também devemos prestar atenção suficiente aos problemas práticos. Malatesta disse que, ao participar do movimento operário, às vezes os anarquistas devem fazer certas concessões em benefício dos interesses dos trabalhadores, em vez de sustentar que o anarquismo seja colocado em prática imediatamente; devem apoiar greves por aumentos salariais ou redução da jornada de trabalho. Não se pode criticar que trabalhem dessa maneira (há aqueles que sustentam que as greves por melhorias salariais e redução da jornada de trabalho são algo muito moderado, já que o aumento salarial faz com que os patrões aumentem os preços, o que não traz nenhuma vantagem aos trabalhadores. Na realidade, esse não é o problema central. A vitória de uma greve pode ser que não traga grandes benefícios aos trabalhadores, mas a organização operária se verá fortalecida e suas expectativas revolucionárias serão mais elevadas. Sabemos que as expectativas organizam o caminho para a revolução. Toda greve vitoriosa faz lembrar aos trabalhadores que eles são suficientemente poderosos para resistir aos capitalistas. Com o aumento das expectativas e da confiança em si mesmos, eventualmente, os trabalhadores podem se levantar e fazer a revolução. Para tanto, os sindicatos, com bastante experiência de luta, serão fortes e coesos para satisfazer as necessidades da revolução).

Se nos consideramos revolucionários, não deveríamos nos permitir o luxo do palavreiro vazio e nem assumir ares desinteressados. Devemos nos lançar na tormenta revolucionária.

O famoso anarquista Bakunin tem sido chamado de “talento da rebelião”. Em sua vida, uniu-se à numerosas rebeliões. Independente de todas essas rebeliões não serem anarquistas, ele se uniu a elas com entusiasmo. Em vez de criticar seu caráter não anarquista, Bakunin participou delas ativamente e fez o que pôde para levar as idéias anarquistas para a rebelião. A rebelião de Lyon em 1871 [NE: sic. 1870] é um bom exemplo disso. Se queremos ser revolucionários devemos seguir o exemplo de Bakunin e nos lançar na tormenta revolucionária e levar a maré revolucionária ao oceano do anarquismo o quanto nos for possível. Se supusermos que a maré não chegará muito longe e nos dedicarmos a construir represas para contê-la, a maré transbordará. Como resultado, seremos afogados por ela e nem sequer uma gota d’água chegará ao oceano anarquista. Creio que deveríamos aprender com Kropotkin; sua atitude em relação à Revolução Russa foi muito positiva.

No processo revolucionário russo, os anarquistas deram suas contribuições ao movimento revolucionário. Depois da vitória da Revolução Russa, Lênin ascendeu ao trono de Nicolau e começou a perseguir os anarquistas. Muitos dirão que os anarquistas foram enganados. Na realidade, foram os anarquistas que levaram à Revolução Russa seu sabor de revolução social e a converteram em um dos grandes movimentos de massa da história. Os anarquistas foram os primeiros a gritar palavras de ordem como “controle operário das fábricas”, “controle camponês da terra”, que se estenderam aos operários e camponeses para logo serem apropriadas pelos bolcheviques. Se nesses momentos os anarquistas tivessem atuado como meros expectadores, a Revolução Russa teria sido muito menos significativa e isso não teria tido qualquer benefício para os interesses dos anarquistas e do povo!

É certo que existe uma grande distância entre os resultados da revolução e as expectativas dos revolucionários, mas não existe qualquer razão para afirmar que a Rússia pós-revolucionária seja pior que a Rússia czarista. Somente os reacionários poderiam afirmar uma coisa dessas. Se fizermos um estudo dos movimentos revolucionários na história, descobriremos que em todas as revoluções sempre houve uma grande distância entre os resultados e as expectativas. Durante as revoluções, o pensamento popular foi sempre mais progressista que depois delas. Na Revolução Francesa, o povo, valente e feroz, tomou as armas e se lançou no ataque à Bastilha, as mulheres proletárias viraram-se à Versalhes para prender Luis XVI e o povo em todo o país armou-se de paus para destruir municipalidades e prisões... Qual foi o resultado disso? Seria possível dizer que o objetivo dessas pessoas era estabelecer um governo burguês? A palavra de ordem desse momento era “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Essas palavras foram retomadas sob Napoleão ou sob o atual governo parlamentar? Se se descobrisse as palavras “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” escritas nos muros de uma prisão, ou se se descobrisse que restam ainda alguns realistas na França, seria possível atacar a Revolução Francesa por ter permanecido incompleta ou falar mal dela por ter promovido tanto alvoroço por tão pouca coisa? Sem a Revolução Francesa, poderíamos estar ainda em uma época extremamente terrível!

Mas voltemos à discussão da revolução na China. As propostas do Partido Nacionalista são contraditórias com as nossas e, em termos de princípios, este partido é nosso inimigo. É bem sabido que o Partido Nacionalista quer construir um bom governo e que nós queremos acabar com todo tipo de governo. Todavia, não temos objeções em relação a algumas de suas causas, como a derrota dos caudilhos e do imperialismo, mas queremos ir ainda mais longe e rechaçamos o governo do Partido Nacionalista e sua construção. (Há muitos anos, quando escrevi as palavras de ordem “confiança das nações fracas para derrotar todos os imperialismos” na capa da primeira edição de *Povo*, alguns camaradas em Wuchang e em Hunan escreveram cartas discordando delas. Diziam se tratar de uma consigna superficial. Diziam-me que, antes de abolir o capitalismo, reivindicar a derrubada do imperialismo era preocupar-se com uma questão insignificante e não com o essencial. Também diziam que os anarquistas não deveriam aceitar a idéia de que houvesse nações mais fracas que outras na humanidade. Não estou de acordo com eles. Não negamos a existência, de fato, de nações fracas; mas essas nações fracas devem permanecer escravas das potências imperialistas até que cheguemos à sociedade anarquista? As colônias e semi-colônias não podem conseguir sua independência até que o capitalismo seja abolido?) A maioria das pessoas está de acordo com o Partido Nacionalista somente naquilo que diz respeito a certas palavras de ordem, mas não possui acordo com muitas outras coisas. Nesse momento, o Partido Nacionalista é o líder do povo... Se formos ao povo, se nos lançarmos na tormenta revolucionária e se levamos o povo a um objetivo maior, o povo tomará uma distância natural do Partido Nacionalista e nos seguirá, com o que aumentará a influência anarquista no movimento revolucionário, causando um profundo impacto anarquista nas mentes populares. Se trabalharmos assim, ainda que a sociedade anarquista não seja plenamente realizada de imediato, o povo avançará nessa direção (ao menos em um sentido melhor que o da situação atual). Se fizermos um

esforço, plantaremos uma semente; se tentarmos construir uma represa para conter a tormenta revolucionária, estaremos condenados a nos afogar.

Atualmente, a revolução na China tem ido além dos objetivos do Partido Nacionalista. Por exemplo, os camponeses se levantam para derrotar os tiranos locais e os latifundiários perversos, associações camponesas em todas as partes resistem aos latifundiários e os operários organizam sindicatos para resistir aos capitalistas. Essas são notícias maravilhosas. Quanto estive em Sangai, li nos periódicos sobre a “violência” da classe trabalhadora em Wuhan. Compartilho a preocupação daquele autor no que diz respeito à violência. Creio que se fizermos parte da tormenta revolucionária seremos capazes de criar novas palavras de ordem, como “autonomia camponesa”, “controle camponês da terra”, “abolição dos capatazes”. Em momentos de revolta e guerra, podemos queimar os escritórios executivos de um distrito ou ajudar os camponeses a organizar comunas que lhes permitam gerir seus assuntos sem a intervenção do governo. Devemos nos unir, como trabalhadores, ao movimento sindical, pensar nas preocupações de nossos companheiros e criar novas palavras de ordem, tais como “redução das horas de trabalho”, “proteção para os meios de vida do trabalhador” e “educação para os trabalhadores”. Entre as coisas importantes da China contemporânea, a prioridade deve ser a defesa do direito do trabalhador supervisionar diretamente todos os equipamentos da fábrica, suprimir os capatazes e negociar com os patrões por meio dos sindicatos. Sobre a palavra de ordem de que os trabalhadores devem tomar as fábricas, creio que nesse momento isso não é factível, ainda que tenhamos que promovê-la em seu devido momento. Na prática, nossas palavras de ordem devem ser relevantes para as preocupações imediatas do povo.

Podemos criticar os princípios do Partido Nacionalista e do Partido Comunista, mas não devemos denegri-los. Devemos respeitar a dignidade pessoal de nossos adversários. É claro que caudilhos bárbaros como Zhang Zoling, Zhang Zongshang, Wu Peifu, Sun Chuanfang são exceções. Alguns camaradas sustentam devíamos colaborar com o Partido Nacionalista, por exemplo, na questão da abolição dos caudilhos. De fato, nosso companheiro russo Makhno (um general anarquista, segundo as palavras de Osugi) esteve planejando vir à China e unir-se ao exército nacionalista para combater Zhang Zoling. Nesses momentos, não sei com certeza se estou ou não de acordo com ele. Provavelmente, seremos incapazes de tomar uma decisão enquanto não estivermos prontos para isso. Contudo, há quem sustente que deveríamos nos unir ao Partido Nacionalista, posição à qual me oponho energicamente.

Para resumir, se nos lançarmos na tormenta revolucionária da China, mesmo que não estejamos em condições de construir a sociedade anarquista em um piscar de olhos, aproximaremos o povo chinês do ideal anarquista e teremos uma influência anarquista maior no movimento. Isso, sem dúvidas, seria uma atitude mais positiva do que fazer o papel de espectadores despreocupados ou de realizar críticas indiscretas.

O Sino do Povo, 1927

* Tradução: Felipe Corrêa

OS INTERESSES DE CLASSE SÃO IDÊNTICOS?

UMA SINOPSE DOS OBJETIVOS E PROPÓSITOS DO INDUSTRIAL WORKERS OF THE WORLD

Lucy Parsons

Se há um país na terra em que a classe trabalhadora deve ser educada para compreender seus interesses de classe, esse país é os Estados Unidos. Os trabalhadores assalariados são ensinados que, neste país, onde qualquer um de nossos filhos pode aspirar a tornar-se presidente, não pode haver classes. Grandes massas aceitam esse tipo de “celebração” sem questioná-la. Milhares de trabalhadores de fato acreditam que não há classes nos Estados Unidos. Por razão de um em cada 13 ou 14 milhões de homens ser eleito, eles aceitam essa premissa como uma evidência inquestionável da liberdade universal.

Outro fato é que é difícil mostrar ao trabalhador americano que ele pertence a uma classe completamente diferente daquela à qual pertencem os patrões. Por razão de ele ver alguns assalariados ocasionalmente escapando para a classe média, ele acredita que talvez possa fazer o mesmo; assim, é seduzido a ficar quieto, enquanto a injustiça e a opressão são vistas em toda parte. Se ele entra no sindicato, trata-se somente de algo temporário, feito por conveniência, na expectativa de tornar-se um homem de negócios, aprender uma profissão, que seu filho torne-se um profissional ou um homem de negócios, que sua filha case-se com um homem rico ou que algo nesse sentido aconteça. Ele segue assim ano a ano, seduzindo-se, enquanto sua situação e a situação de sua classe pioram cada vez mais.

Além disso, os ensinamentos dos sindicatos apóiam-se em premissas equivocadas, na medida em que promovem a “identidade de interesses entre o capital e o trabalho”. Se os interesses do capital e do trabalho são idênticos, por que ambos não pertencem à mesma organização? Precisamos ver a luta de classes de um ponto de vista correto. Assim, quando surge uma organização que se propõe expressamente ensinar à classe trabalhadora os princípios corretos e fundamentais do trabalho assalariado, em geral encobertos, e também sua relação com os patrões, e quando entendemos que isso deve ser ensinado nas assembléias dos sindicatos, devemos de fato considerar uma organização desse tipo uma verdadeira bênção!

O Industrial Workers of the World (IWW) foi fundado em Chicago, em 8 de julho de 1905, com o declarado propósito de demonstrar que “a classe trabalhadora e o patronato não têm nada em comum”. Para que os leitores do *The Liberator* possam compreender o que o IWW realmente sustenta, citamos o preâmbulo de sua constituição:

Preâmbulo do IWW

A classe trabalhadora e o patronato não têm nada em comum. Não pode haver paz enquanto a fome e a necessidade existirem entre os milhões de trabalhadores, e enquanto os poucos, que constituem o patronato, tiverem todas as coisas boas da vida. Entre essas duas classes deve se estabelecer uma luta até que todos os trabalhadores estejam juntos, tanto no campo político como industrial, tomando e mantendo aquilo que produzem com seu trabalho por meio de uma organização econômica da classe trabalhadora sem filiação a qualquer partido político. O rápido acúmulo de riquezas e a centralização da gestão das indústrias por cada vez menos pessoas fazem com que os sindicatos sejam incapazes de lutar com o crescente poder dos patrões, pois os sindicatos fomentam um estado de coisas que permite a um grupo de trabalhadores se opor a outros da mesma indústria, promovendo, assim, uma derrota mútua dos trabalhadores nas disputas salariais. Os sindicatos auxiliam os patrões a enganar os trabalhadores promovendo a crença de que a classe trabalhadora possui interesses em comum com os patrões. Essas

tristes condições podem ser modificadas e os interesses da classe trabalhadora preservados somente com uma organização que seja constituída de tal forma que todos seus membros, de qualquer indústria ou de todas as indústrias, se necessário for, parem de trabalhar quando uma greve ou um lock-out for levado a cabo em qualquer um de seus setores, fazendo com que uma injúria a um seja uma injúria a todos.

Chicago, *The Liberator*, 3 de setembro de 1905.

LIBERDADE POLÍTICA

Ricardo Flores Magón

Desejamos que nossos companheiros, os deserdados, compreendam bem o que é a liberdade política e os benefícios que pode trazer aos povos. Nós temos a convicção que a liberdade política por si só é impotente para fazer a felicidade dos povos, e é por isso que trabalhamos com empenho para fazer o povo entender que seu verdadeiro interesse é o de trabalhar pela liberdade econômica, que é a base de todas as liberdades, o sólido alicerce sobre o qual se pode construir o grandioso edifício da emancipação humana.

A liberdade política dá ao homem o direito de pensar, emitir seu pensamento, reunir-se, exercer o ofício, a profissão ou a indústria que o acomode, transitar livremente pelo território nacional, e, entre muitos outros direitos e prerrogativas, tem o direito de votar e ser votado para os cargos públicos de eleição popular. Em troca destas liberdades vêm as obrigações, sendo as principais: o pagamento de contribuições para os gastos públicos, o serviço gratuito para as autoridades quando estas necessitam do auxílio dos cidadãos, a obrigação de servir o exército.

Já explicamos outras vezes que a inferioridade social do proletariado e do pobre em geral torna completamente ilusória a liberdade política, isto é, não pode gozar dela. A ignorância e a miséria inabilitam o homem para pensar e emitir seus pensamentos, e ainda que conseguisse fazê-lo, estes últimos seriam de uma inferioridade intelectual tão acentuada que sua influência seria nula pela impossibilidade de fazê-los preponderar sobre a brilhante argumentação dos homens instruídos. Intelectualmente, o proletariado está subordinado às inteligências dos homens cultos, que pelo próprio fato de sua cultura, gozam de comodidades e têm, portanto, ideais que correspondem à vida fácil das altas classes da sociedade, cujo interesse é conservar essas facilidades de existência que não se fundam num princípio de igualdade e justiça sociais, senão na própria desigualdade, no fato da diferença de facilidades de existência entre as classes alta e baixa da sociedade. Vê-se, por isto, que a livre emissão do pensamento favorece quase exclusivamente as classes altas. O direito de reunião é igualmente ilusório para o proletariado em virtude de sua inferioridade intelectual que o subordina, natural e logicamente, às classes cultas que, se se trata de reuniões políticas, serve-se da massa como força numérica para decidir uma disputa eleitoral, ou para fazer um governo mudar de política, ou simplesmente de palanque para exhibir-se e brilhar melhor.

Ilusório é, igualmente, o direito de exercer o ofício, profissão ou indústria que se queira. A ignorância e a miséria inabilitam o homem para entregar-se livremente ao exercício de uma profissão, direito que só pode ser desfrutado pelas classes altas que têm dinheiro para pagar os estudos de seus filhos. Necessita-se igualmente possuir capital para estabelecer uma indústria. Ao proletariado não resta outro direito senão o de exercer um ofício, ainda que para exercê-lo seja necessário gozar de alguma independência econômica e possuir certa instrução, circunstâncias que não existem para a esmagadora maioria dos pobres.

O que se disse com respeito aos direitos políticos aqui enumerados, pode-se dizer, com poucas variações, dos demais. Para gozar dos direitos políticos, necessitam-se da independência econômica e da instrução, e todo homem que se dedique sinceramente a trabalhar pelo bem-estar do povo deve lutar, com todas as suas forças, por uma mudança das condições políticas e sociais existentes, por outras que garantam ao menos uma independência relativa, graças à qual possa o proletariado unir-se, educar-se e emancipar-se ao final.

O direito ao voto também é ilusório pela mesma razão que torna ilusórios os demais direitos, cujo conjunto é o que se chama de liberdade política. A ignorância e a miséria põem os pobres numa situação de inferioridade que os subordina, natural e logicamente, à atividade política das classes altas da sociedade. Por razões de educação, instrução e posição social, as classes altas assumem o papel de dirigentes nas disputas eleitorais. Os indivíduos das classes altas, em virtude de sua independência econômica, dispõem de mais tempo que os proletários para dedicar-se a outras coisas distintas das ocupações comuns da vida, e, todavia, muitos dos indivíduos das classes dirigentes fazem da política a ocupação única de suas vidas. Tudo isso contribui para que o proletariado – em virtude de se ver forçado a trabalhar dia após dia para poder viver –, que não pode tomar a seu cargo a direção das campanhas políticas, tenha de subordinar-se aos trabalhos das classes dirigentes, conformando-se os trabalhadores com o papel de volantes nas farsas eleitorais. A discussão dos candidatos, a elaboração dos programas de governo, o plano da campanha eleitoral, a propaganda e tudo o que requer atividade e discernimento, ficam absolutamente a cargo dos dirigentes do movimento eleitoral, pois, mesmo que se formassem clubes especiais de trabalhadores para os trabalhos eleitorais, o que neles se fizesse, seria apenas o reflexo do que se faz nos clubes eleitorais das classes dirigentes, dos quais são meros espelhos. De tudo isso resulta que os pobres não têm outro direito senão o de preencher a cédula eleitoral e levá-la à cabine de votação; mas sem conhecer, a fundo, as qualidades das pessoas que têm de eleger, a quem só conhecem pelo que delas dizem os propagandistas das classes dirigentes.

O direito de votar reduz-se, em tais condições, à tarefa de preencher uma cédula e levá-la à cabine, e, com isso, os trabalhadores – e os pobres em geral – nada ganham, senão a mudança de amo, amo que não vai trabalhar em benefício dos interesses dos pobres, mas em benefício das classes altas da sociedade, pois estas foram as que, em verdade, fizeram a eleição.

Eis, aqui, como a liberdade política, por si só, não tem o poder de fazer feliz qualquer povo. O que necessitam com urgência, não apenas o México, mas todos os povos cultos da Terra, é da liberdade econômica, que é um bem que não se conquista com campanhas eleitorais, mas com a tomada de posse de bens materiais, tais como a terra e a dignificação e enobrecimento da classe trabalhadora por meio de melhores salários e menor jornada de trabalho, coisas que, como já o repetimos muito, darão ao proletariado a oportunidade de unir-se, estudar seus problemas, educar-se e emancipar-se enfim.

Pelo que foi exposto, vê-se que, na realidade, o povo não exercita, não pode exercitar os direitos políticos; mas isso não o libera das obrigações que a lei impõe. Não tem direito a outra coisa senão a morrer de fome; mas está obrigado a pagar as contribuições para que vivam com folga precisamente os que o dominam. O brilhante exército, os policiais de todos os tipos, os funcionários políticos, do judiciário, municipais e administrativos, desde os mais altos até os mais humildes, os membros das câmaras legislativas federais e dos estados e uma caterva de altos e baixos funcionários, têm de ser pagos com as contribuições de todos os tipos, alfandegárias, impostos, direitos e municipais que pesam exclusivamente sobre os ombros do pobre, porque se é certo que são os ricos que pagam pelos negócios que têm nas mãos, sacam o que pagaram ao governo encarecendo os aluguéis das casas, das terras, dos comestíveis, das mercadorias em geral, sendo os pobres, portanto, os únicos que têm de pagar os gastos do governo, entre os quais é preciso agregar as subvenções à imprensa governista, as gratificações que costuma dar aos mais vis e aos mais baixos dos aduladores, e as vultuosas quantias que os homens que governam sacam dos cofres públicos para aumentar suas riquezas.

Mas não é esta a única obrigação dos pobres. Entre outras está o serviço gratuito que devem prestar, por meio das rondas para cuidar dos interesses dos ricos, construindo as estradas para que os automóveis dos ricos trafeguem melhor, e por esse teor, todos os demais serviços, feitos gratuitamente pelos de baixo, em benefício dos de cima, e, como digno de arremate da burla com

que se paga a candidez dos povos, o proletariado deve dar seus melhores filhos ao quartel e suas mais belas filhas ao lupanar, para que seus filhos sejam assassinados quando se declarem em greve, ou reivindicarem seus direitos, e suas filhas sejam maculadas pelos jovens, e pelos velhos também, da santa burguesia.

Obrigações, encargos, afrontas, miséria, prostituição, crime, ignorância, desunião, esse é o sombrio cortejo de males que sobre o povo lança a liberdade política quando se a considera como a panacéia que há de curar todas as dolências da humanidade. A liberdade, assim, é um edifício sem base sólida e incapaz de manter-se de pé. O povo necessita, para gozar de liberdades, de sua emancipação econômica, condição *sine qua non* da verdadeira liberdade.

Regeneración, 12 de novembro de 1910

* Tradução: Plínio A. Coêlho

* Artigo publicado no livro *A Revolução Mexicana*.

SINDICALISMO: SUA TEORIA E PRÁTICA

Emma Goldman

Em vista do fato de que as ideias incorporadas no sindicalismo foram praticadas pelos trabalhadores durante a última metade do século, mesmo sem a experiência da consciência social; que neste país cinco homens tiveram que pagar com suas vidas porque eles defenderam os métodos sindicalistas como sendo os mais efetivos na luta do trabalho contra o capital; e que, ainda, o sindicalismo tem sido praticado conscientemente pelos trabalhadores da França, da Itália e da Espanha desde 1895, é bastante divertido testemunhar algumas pessoas nos Estados Unidos e na Inglaterra agora correndo para o sindicalismo como se ele fosse uma proposta completamente nova e sobre a qual nunca ouviram falar. É assombroso quão ingênuos os americanos são, quão crus e imaturos em questões de importância internacional. Mesmo se vangloriando de sua atitude prática, o americano comum é sempre o último a saber dos meios e das táticas modernas empregadas nas grandes lutas do seu dia. Ele sempre se encontra atrasado em ideias e métodos que os trabalhadores europeus há anos vêm aplicando com grande sucesso.

Pode-se argumentar, é claro, que isto é meramente um sinal de juventude da parte dos americanos. E é de fato lindo possuir uma mente jovem, fresca para receber e perceber. Mas, infelizmente, a mente americana parece nunca crescer, amadurecer e cristalizar suas visões.

Talvez seja por isto que um revolucionário americano pode ao mesmo tempo ser um político. Esta também é a razão por que líderes do Industrial Workers of the World continuam no Partido Socialista, o qual é antagonista aos princípios assim como às atividades do IWW. Também por que um rígido marxista pode propor que os anarquistas trabalhem junto com a facção que começou sua carreira por meio de uma perseguição extremamente amarga e maliciosa a um dos pioneiros do anarquismo, Mikhail Bakunin. Em suma, à mente indefinida e incerta do radical americano, as ideias e métodos mais contraditórios são possíveis. O resultado é um triste caos no movimento radical, uma espécie de estouvamento intelectual, que não tem gosto nem caráter. No presente, o sindicalismo é o passatempo de vários americanos, supostos intelectuais. Não que eles saibam algo a respeito dele, além de que algumas grandes autoridades – Sorel, Bergson e outros – o defendem; porque o americano precisa do selo da autoridade, ou ele não aceita uma ideia, não importa o quão verdadeira e valiosa ela pode ser.

Nossas revistas burguesas estão cheias de dissertações sobre o sindicalismo. Uma de nossas faculdades mais conservadoras até mesmo chegou ao nível de publicar o trabalho de um de seus estudantes sobre o assunto, o qual tem a aprovação de um professor. E tudo isto não porque o sindicalismo é uma força e está sendo praticado com sucesso pelos trabalhadores europeus, mas porque – como eu disse antes – ele tem sanção autoritativa oficial.

Como se o sindicalismo tivesse sido descoberto pela filosofia de Bergson ou pelas descobertas teóricas de Sorel e Berth, e não tivesse existido e vivido entre os trabalhadores muito tempo antes destes homens escreverem sobre ele. O traço que distingue o sindicalismo da maioria das filosofias é que ele representa a filosofia revolucionária do trabalho concebida e nascida na luta real e na experiência dos próprios trabalhadores – não em universidades, faculdades, bibliotecas ou no cérebro de alguns cientistas. A filosofia revolucionária do trabalho, este é o verdadeiro e vital significado do sindicalismo.

Já em 1848, uma grande parte dos trabalhadores percebeu a futilidade total da atividade política como uma forma de ajudá-los em sua luta econômica. Já naquela época a demanda foi

direcionada a medidas econômicas diretas, assim como contra o inútil desperdício de energia em vias políticas. Este não foi o caso apenas na França, mas mesmo antes disso, na Inglaterra, onde Robert Owen, o verdadeiro socialista revolucionário, propagou ideias similares.

Depois de anos de agitação e experimentação, a ideia foi incorporada pela primeira convenção da Internacional em 1867, na resolução de que a emancipação econômica dos trabalhadores deve ser o principal objetivo de todos os revolucionários, ao qual todo o resto está subordinado.

De fato, foi este posicionamento radical determinado que eventualmente ocasionou o racha no movimento revolucionário daqueles dias, e sua divisão em duas facções: uma que, sob Marx e Engels, buscava a conquista política; e outra que, sob Bakunin e os trabalhadores latinos, avançando ao longo de linhas industriais e sindicalistas. O desenvolvimento posterior destas duas alas é familiar a todo homem e mulher pensante: uma gradualmente se centralizou em uma grande máquina, com o único propósito de conquistar o poder político dentro do Estado capitalista existente; e a outra está se tornando um fator revolucionário cada vez mais vital, temida pelo inimigo como a maior ameaça ao seu domínio.

Foi no ano de 1900, como delegada do Congresso Anarquista em Paris, que eu tive meu primeiro contato com o sindicalismo em operação. A imprensa anarquista esteve discutindo o assunto por anos antes disso; logo, nós anarquistas sabíamos algo sobre o sindicalismo. Mas aqueles de nós que vivíamos nos Estados Unidos tínhamos que nos contentar com o seu lado teórico. Em 1900, entretanto, eu vi seu efeito sobre o trabalho na França: a força, o entusiasmo e a esperança com os quais o sindicalismo inspirou os operários. Também foi minha grande sorte aprender do homem que mais do que qualquer outro havia direcionado o sindicalismo para canais funcionais definidos, Fernand Pelloutier. Infelizmente, eu não pude conhecer este homem notavelmente jovem, pois naquela época ele já estava muito doente com câncer. Mas onde quer que eu fosse, com quem quer que eu falasse, o amor e a devoção por Pelloutier era maravilhosa, com todo mundo concordando que foi ele quem reuniu as forças descontentes no movimento operário francês e as imbuíu com uma nova vida e um novo propósito, o do sindicalismo.

No meu retorno aos Estados Unidos, eu imediatamente comecei a propagar ideias sindicalistas, especialmente a Ação Direta e a Greve Geral. Mas era como falar para as Montanhas Rochosas – nenhuma compreensão, mesmo entre os elementos mais radicais, e completa indiferença nas fileiras operárias.

Em 1907, eu fui como delegada ao Congresso Anarquista de Amsterdã e, enquanto estive em Paris, encontrei os sindicalistas mais ativos na Confederation Generale du Travail: Delesalle, Monate e muitos outros. Mais do que isso, eu tive a oportunidade de ver o sindicalismo em operação diária, em suas formas mais construtivas e inspiradoras.

Eu aludo a isto para indicar que meu conhecimento do sindicalismo não vem de Sorel, Bergson ou Berth, mas do contato e da observação reais do tremendo trabalho conduzido pelos trabalhadores de Paris dentro das fileiras da confederação. Seria necessário um livro para explicar em detalhes o que o sindicalismo está fazendo pelo movimento operário francês. Na imprensa americana você só lê de seus métodos resistivos, de greves e sabotagem, dos conflitos do trabalho com o capital. Estes são sem dúvida assuntos muito importantes, e ainda o efeito construtivo e educativo sobre a vida e o pensamento das massas.

A diferença fundamental entre o sindicalismo e os velhos métodos operários é a seguinte: enquanto as antigas uniões operárias, sem opção, se movem dentro do sistema salarial e do capitalismo, reconhecendo o último como inevitável, o sindicalismo os repudia e condena os

acordos industriais atuais como injustos e criminosos, e não transmite nenhuma esperança para o operário quanto aos resultados duradouros deste sistema.

É claro que o sindicalismo, como as antigas uniões operárias, luta por ganhos imediatos, mas ele não é estúpido o suficiente para fingir que o trabalho pode esperar condições humanas a partir de arranjos econômicos desumanos na sociedade. Logo, ele meramente retira do inimigo o que ele pode forçá-lo a entregar; no todo, entretanto, o sindicalismo objetiva e concentra suas energias na derrubada completa do sistema salarial. De fato, o sindicalismo vai além: ele objetiva libertar o trabalho de cada instituição que não tenha por meta o livre desenvolvimento da produção para o benefício de toda a humanidade. Em suma, o propósito definitivo do sindicalismo é reconstruir a sociedade de seu presente estado centralizado, autoritário e brutal para um baseado no agrupamento livre e federativo dos trabalhadores nas linhas da liberdade econômica e social. Com este objetivo em vista, o sindicalismo trabalha em duas direções: primeiro, minando as instituições existentes; segundo, desenvolvendo e educando os trabalhadores e cultivando seu espírito de solidariedade para prepará-los para uma vida cheia e completa quando o capitalismo tiver sido abolido.

O sindicalismo é, em essência, a expressão econômica do anarquismo. Esta circunstância explica a presença de tantos anarquistas no movimento sindicalista. Como o anarquismo, o sindicalismo prepara os trabalhadores ao longo de linhas econômicas diretas, bem como fatores conscientes nas grandes lutas de hoje, bem como fatores conscientes na tarefa de reconstruir a sociedade em linhas industriais autônomas, bem como contra o espírito paralisante da centralização, inerente em todos os partidos políticos.

Percebendo que os interesses diametralmente opostos do capital e do trabalho não podem nunca ser reconciliados, o sindicalismo deve repudiar os métodos antigos, enferrujados e desgastados das uniões operárias e declarar uma guerra aberta contra o regime capitalista, assim como contra toda instituição que hoje apoia e protege o capitalismo.

Como uma sequência lógica, o sindicalismo, em sua guerra diária contra o capital, rejeita o sistema contratual, porque ele não considera o trabalho e o capital como iguais, conseqüentemente não pode consentir com um acordo que um tem o poder de quebrar, enquanto o outro deve se submeter sem compensação.

Por razões similares o sindicalismo rejeita as negociações em disputas trabalhistas, porque tal procedimento só serve para dar ao inimigo tempo para preparar o seu fim da luta, logo derrotando o próprio objetivo que os trabalhadores se propuseram a atingir. Além disso, o sindicalismo defende a espontaneidade, tanto como um mantenedor da força combativa operária como também porque ela pega o inimigo desprevenido, conseqüentemente o compele a um ajuste acelerado ou o causa grande perda.

O sindicalismo desaprova uma grande reserva de fundos sindicais, porque o dinheiro é um elemento tão corruptor nas fileiras do trabalho quanto o é naquelas do capitalismo. Nós nos Estados Unidos sabemos que isso é muito verdadeiro. Se o movimento operário neste país não fosse apoiado por fundos tão altos, não seria tão conservador quanto é, nem seus líderes seriam tão prontamente corrompidos. Todavia, a principal razão para a oposição do sindicalismo a grandes reservas consiste no fato de que elas criam distinções de classe e inveja dentro das fileiras operárias, tão prejudiciais ao espírito de solidariedade. O trabalhador cuja organização tem uma grande bolsa se considera superior a seu irmão mais pobre, assim como ele acredita ser melhor do que o homem que ganha cinquenta centavos a menos por dia.

O valor ético principal do sindicalismo consiste na ênfase que ele coloca na necessidade do trabalho se livrar do elemento de discórdia, parasitismo e corrupção em suas fileiras. Ele procura cultivar a devoção, a solidariedade e o entusiasmo, que são muito mais essenciais e vitais na luta econômica do que o dinheiro.

Como eu já afirmei, o sindicalismo cresceu da decepção dos trabalhadores com os métodos políticos e parlamentares. No curso de seu desenvolvimento, o sindicalismo aprendeu a ver no Estado – com o seu portavoz, o sistema representativo – um dos maiores apoiadores do capitalismo; assim como ele aprendeu que o exército e a igreja são os pilares chefes do Estado. É por isso que o sindicalismo deu as costas ao parlamentarismo e às máquinas políticas e encarou a arena econômica na qual o gladiador do Trabalho pode sozinho enfrentar seu adversário com sucesso.

A experiência histórica apoia o sindicalismo em sua oposição intransigente ao parlamentarismo. Muitos entraram na vida política e, não querendo ser corrompidos pela atmosfera, desistiram do cargo para se dedicarem à luta econômica – Proudhon, o revolucionário holandês Nieuwenhuis, Johann Most e outros, enquanto aqueles que se mantiveram no atoleiro parlamentar terminaram traíndo sua confiança, sem ter ganhado nada para o trabalho. Mas é desnecessário discutir aqui a história política. É suficiente dizer que os sindicalistas são antiparlamentaristas como resultado de amarga experiência.

Igualmente, suas experiências também determinaram sua atitude antimilitar. De tempos em tempos o exército foi utilizado para atirar em grevistas e para indicar a ideia repugnante do patriotismo com o propósito de dividir os trabalhadores contra si e ajudar os mestres a colher os espólios. Os avanços que a agitação sindicalista tomou sobre a superstição do patriotismo são evidentes devido ao temor da classe dominante pela lealdade do exército e à rígida perseguição aos antimilitaristas. Naturalmente, pois a classe dominante percebe muito melhor que os trabalhadores que quando os soldados se recusarem a obedecer seus superiores o sistema capitalista completo estará condenado.

De fato, porque deveriam os trabalhadores sacrificar seus filhos para que eles sejam usados para atirar em seus próprios pais e mães? Por isso, o sindicalismo não meramente possui lógica em sua agitação antimilitarista; ela é principalmente prática e de longo alcance, visto que rouba a mais forte arma do inimigo contra o trabalho.

Agora, aos métodos empregados pelo sindicalismo – a Ação Direta, a Sabotagem e a Greve Geral.

A Ação Direta é o esforço individual ou coletivo consciente para protestar contra, ou remediar, condições sociais através da asserção sistemática do poder econômico dos trabalhadores.

A sabotagem foi condenada como criminosa, mesmo pelos chamados socialistas revolucionários. É claro, se você acredita que a propriedade, que exclui o produtor de seu uso, é justificável, então a sabotagem é de fato um crime. Mas a menos que um socialista continue a estar debaixo de nossa moralidade burguesa – uma moralidade que permite que poucos monopolizem a terra à custa de vários – ele não pode consistentemente afirmar que a propriedade capitalista é inviolável. A sabotagem mina esta forma de posse privada. Ela pode portanto ser considerada criminosa? Pelo contrário, ela é ética no melhor sentido, já que ajuda a sociedade a se livrar de seu pior adversário, o fator mais prejudicial da vida social.

A sabotagem está principalmente preocupada com a obstrução, por qualquer método possível, do processo regular de produção, demonstrando desse modo a determinação dos trabalhadores em

dar de acordo com o que recebem, e nada mais. Por exemplo, na época da greve ferroviária de 1910, os bens perecíveis foram enviados em trens lentos, ou em direção oposta à direção pretendida. Quem além do filisteu mais ordinário chamaria isto de crime? Se os próprios ferroviários passam fome e o público “inocente” não tem um sentimento de solidariedade suficiente para insistir que estes homens deveriam ter o suficiente para viver, o público perdeu a simpatia dos grevistas e deve enfrentar as consequências.

Outra forma de sabotagem consistia, durante esta greve, em colocar caixas pesadas em bens marcados “manuseie com cuidado”, vidro lapidado, cerâmica e vinhos preciosos. Do ponto de vista da lei isto pode ter sido um crime, mas do ponto de vista de uma humanidade comum foi uma coisa bastante sensível. O mesmo é verdadeiro para desmanchar um tear em uma fábrica de tecelagem, ou cumprir a lei ao pé da letra, como os ferroviários italianos fizeram, consequentemente causando confusão no serviço ferroviário. Em outras palavras, a sabotagem é meramente uma arma de defesa na guerra industrial, a qual é a mais efetiva porque atinge o capitalismo em seu ponto mais fundamental, o bolso.

Por Greve Geral, o sindicalismo quer dizer a suspensão do trabalho, o cessamento das atividades. Nem é preciso que este tipo de greve seja adiado até que todos os trabalhadores de um local ou país em particular estejam prontos para ela.

Como foi apontado por Pelloutier, Pouget, assim como outros, e particularmente pelos eventos recentes na Inglaterra, a Greve Geral deve ser começada por uma indústria e exercer uma força tremenda. É como se um homem de repente gritasse “Pare o ladrão!”. Imediatamente, outras pessoas irão ecoar o grito, até que o ar ressoe com ele. A Greve Geral, iniciada por uma determinada organização, por uma indústria ou por uma pequena e consciente minoria entre os trabalhadores, é o grito industrial de “Pare o ladrão!”, que é logo ecoado por muitas outras indústrias, se espalhando como um incêndio em um tempo muito curto. Uma das objeções dos políticos à Greve Geral é que os trabalhadores também sofreriam pelas necessidades da vida. Em primeiro lugar, eles são mais que mestres em passar fome; em segundo lugar, é certo que uma Greve Geral tem mais segurança de precipitar um acordo do que uma greve comum. Veja as greves dos transportes e das minas na Inglaterra: quão rapidamente os senhores do Estado e do capital foram forçados a fazer as pazes. Além disso, o sindicalismo reconhece o direito dos produtores às coisas que criaram; nominalmente, o direito dos trabalhadores a se ajudarem se a greve não entrar rapidamente em acordo.

Quando Sorel afirma que a Greve Geral é uma inspiração necessária para as pessoas darem significado às suas vidas, ele está expressando um pensamento que os anarquistas se cansaram de enfatizar. No entanto, eu não concordo com Sorel que a Greve Geral é um “mito social”, que ela nunca pode ser realizada. Eu acredito que a Greve Geral se tornará um fato no momento que o trabalho compreender seu valor total – seu valor destrutivo assim como construtivo, como de fato muitos trabalhadores ao redor do mundo estão começando a perceber.

Estas ideias e métodos do sindicalismo são considerados inteiramente negativos por alguns, apesar de eles estarem longe disso em seu efeito sobre a sociedade hoje. Mas o sindicalismo também tem um aspecto diretamente positivo. De fato, muito mais tempo e esforço está sendo devotado a essa fase do que às outras. Várias formas de atividade sindical estão projetadas para preparar os trabalhadores, mesmo com as condições sociais e industriais atuais, para a vida de uma sociedade nova e melhor. Para este fim, as massas são treinadas no espírito do apoio mútuo e da fraternidade, sua iniciativa e autoconfiança se desenvolvem, e uma moral é mantida cuja própria alma é a solidariedade de propósito e a comunhão de interesses do proletariado internacional.

Central entre estas atividades são as sociedades de apoio mútuo estabelecidas por sindicalistas franceses. Seu objetivo é, antes de tudo, assegurar o trabalho para membros desempregados, e para promover este espírito de assistência mútua que repousa sobre a consciência da identidade de interesses do trabalho ao redor do mundo.

Em seu “O Movimento Operário na França”, o Sr. L. Levine afirma que durante o ano de 1902 mais de 74 000 pessoas, de um total de 99 000 requerentes, conseguiram trabalho por estas sociedades, sem serem obrigadas a se submeter à extorsão dos tubarões das agências de emprego. Estes últimos são uma fonte da mais baixa degradação, assim como da exploração mais descarada, do trabalho. Isso é especialmente verdadeiro para os Estados Unidos, onde as agências de emprego também são em muitos casos agências de detetives mascaradas, conduzindo pessoas em necessidade de emprego para regiões de greve, sob falsas promessas de emprego estável e bem remunerado. A confederação francesa há muito tempo percebeu o papel depravado das agências de emprego como sanguessugas do trabalhador desempregado e berçários de furagreves. Pela ameaça de uma Greve Geral, os sindicalistas franceses forçaram o governo a abolir os tubarões das agências de emprego, e as próprias sociedades de apoio mútuo quase que totalmente as substituíram, para a grande vantagem econômica e moral do trabalho.

Além das sociedades de apoio mútuo, os sindicalistas franceses estabeleceram outras atividades que tendiam a fundir o trabalho em laços mais fortes de solidariedade e apoio mútuo. Entre estas estão os esforços para ajudar trabalhadores que viajavam de local para local. O valor prático assim como ético desta assistência é inestimável. Ela serve para instilar o espírito de companheirismo e dá uma consciência de segurança no espírito de unidade com a grande família do trabalho. Este é um dos efeitos vitais do espírito sindicalista na França e em outros países latinos. Que tremenda necessidade há de exatamente estes esforços neste país! Alguém pode duvidar da significância da consciência dos trabalhadores vindos de Chicago, por exemplo, para Nova Iorque, certos de encontrar entre seus companheiros boasvindas com alojamento e alimentação até que eles assegurassem emprego? Esta forma de atividade é completamente estranha aos corpos operários deste país, e como resultado o trabalhador que viaja em busca de trabalho é vítima das leis de vadiagem, e por isso lamentavelmente é recrutado, através do estresse da necessidade, ao exército dos furagreves. Eu testemunhei repetitivamente, enquanto estive na sede da confederação, os casos de trabalhadores que vinham com seus cartões do sindicato de várias partes da França, e mesmo de outros países da Europa, e eram providos com refeições e alojamento, e encorajados por cada prova de espírito fraterno, e levados a se sentir em casa por seus companheiros trabalhadores da confederação. É em grande parte devido a estas atividades dos sindicalistas que o governo francês é obrigado a empregar o exército para a quebra de uma greve, porque poucos trabalhadores estão dispostos a se prestarem a este serviço, graças aos esforços e às táticas do sindicalismo. Não menos importante que as atividades de apoio mútuo dos sindicalistas é a cooperação estabelecida por eles entre a cidade e o campo, o trabalhador da fábrica e o camponês ou fazendeiro, o último suprindo os trabalhadores com mantimentos durante as greves ou cuidando das crianças dos grevistas. Esta forma de solidariedade prática foi tentada pela primeira vez neste país durante a greve de Lawrence, com resultados inspiradores.

E todas estas atividades sindicalistas estão permeadas com o espírito do trabalho educativo, conduzido sistematicamente por classes noturnas em todos os assuntos vitais tratadas de um ponto de vista libertário e imparcial – não o “conhecimento” adulterado com o qual as mentes estão estufadas em nossas escolas públicas. O escopo da educação é realmente fenomenal, incluindo higiene sexual, o cuidado das mulheres durante a gravidez e o confinamento, o cuidado do lar e das crianças, saneamento e higiene geral; de fato, cada ramo do conhecimento humano – ciência, história, arte – recebe atenção minuciosa, junto com a aplicação prática nas bibliotecas

dos trabalhadores estabelecidas, dispensários, concertos e festivais, dos quais os maiores artistas e literatos de Paris consideram uma honra participar.

Um dos esforços mais vitais do sindicalismo é preparar os trabalhadores agora para seu papel em uma sociedade livre: logo, as organizações sindicalistas provém seus membros com livros sobre cada ofício e indústria, de um caráter que é calculado para fazer o trabalhador um adepto de sua linha escolhida, um mestre de sua profissão, para o propósito de familiarizá-lo com todos os ramos de sua indústria, para que quando o trabalho finalmente tomar a produção as pessoas estiverem totalmente preparadas para administrar com sucesso seus próprios assuntos.

Uma demonstração da efetividade da campanha educativa do sindicalismo é dada pelos ferroviários italianos, cujo domínio de todos os detalhes do transporte é tão grande que eles podiam se oferecer ao governo italiano para tomar as ferrovias e garantir sua operação com maior economia e menos acidentes do que é feito no presente pelo governo.

Sua habilidade de conduzir a produção foi provado pelos sindicalistas de forma impressionante, em conexão com a greve dos assopradores de vidro na Itália. Lá os grevistas, ao invés de permanecerem ociosos durante o progresso da greve, decidiram eles mesmos conduzirem a produção de vidro. O maravilhoso espírito de solidariedade resultante da propaganda sindicalista os permitiu construir uma fábrica de vidro dentro de um tempo incrivelmente curto. Uma velha construção alugada para o propósito que teria requerido normalmente meses para ser colocada em condições adequadas foi transformada em uma fábrica de vidro dentro de poucas semanas pelos esforços solidários dos grevistas ajudados por seus companheiros que trabalhavam com eles depois do expediente. Então os grevistas começaram a operar a fábrica de sopramento de vidro, e seu plano cooperativo de trabalho e distribuição durante a greve se mostrou tão satisfatório de todas as maneiras que a fábrica experimental foi transformada em permanente e uma parte da indústria de sopramento de vidro na Itália está agora nas mãos da organização cooperativa dos trabalhadores.

Este método de educação aplicada não somente treina o trabalhador em sua luta diária, mas também serve para equipá-lo para a batalha real e para o futuro quando ele deverá assumir seu lugar na sociedade como um ser inteligente e consciente e um produtor útil, uma vez que o capitalismo for abolido. Quase todos os principais sindicalistas concordam com os anarquistas que uma sociedade livre pode existir somente através da associação voluntária e que seu sucesso derradeiro irá depender do desenvolvimento intelectual e moral dos trabalhadores que irão suplantam o sistema salarial com um novo arranjo social, baseado na solidariedade e no bemestar econômico para todos. Isto é o sindicalismo, na teoria e na prática.

***Mother Earth*, fevereiro de 1913**

Tradução: Ateneu Diego Giménez
Publicado em livro on-line em 2010

SOCIALISMO E ANARQUISMO / FEDERALISMO E CENTRALISMO

Domingos Passos

Socialismo e Anarquismo (Carta aberta aos camaradas de *Acción*)

Apreciador de vossa bem feita revista, venho com estas linhas opor algumas objeções à brilhante colaboração: “*Es el anarquismo una doctrina liberal o socialista?*”, na qual o camarada A. Delfin-Meunier expõe a sua concepção das doutrinas socialistas e liberais.

Afirma esse camarada que “o liberalismo pretende limitar na maior medida do possível a intervenção do Estado nos fatos e relações sociais; pretende desenvolver a iniciativa pessoal, assegurar o bem estar para todos pelo jogo natural das forças econômicas.”

É certo. Porém, apesar de todos os pesares, o socialismo bate-se pela socialização de todos os meios de produção. Socialismo é um vocábulo que designa todos os sistemas que se batem pela socialização de todos os meios de produção. Meios de produção compreende-se todos os verdadeiros valores naturais e sociais: solo, subsolo, quedas d’águas, maquinaria, etc., todos os valores sociais pertencentes à sociedade. O anarquismo é a negação de governo, isto é, é uma modalidade do socialismo, segundo a qual a sociedade pode viver sem governo ou poder coercitivo.

O socialismo pode ser libertário ou autoritário; libertário quando luta pela socialização dos bens terrestres negando o Estado; autoritário, quando deseja a socialização superintendida pelo Estado. O socialismo, quando libertário, é também chamado comunismo anárquico. O socialismo, quando autoritário é designado pelos nomes de social-democracia, marxismo, bolchevismo, ou ainda republica socialista, etc. Socialismo é, pois, a face econômica da questão social. Socialismo é a igualdade econômica, anarquismo é a liberdade. Os socialistas-anarquistas são os que se batem pela igualdade e pela fraternidade. Os comunistas não anarquistas, os que, tal como os republicanos, pretendem dar ao povo uma liberdade econômica sob a escravidão política.

Por isso, mais uma vez afirmo que o anarquismo é a concretização máxima das doutrinas socialistas.

Federalismo e Centralismo

A vida é o resultado da associação natural das forças da natureza. Quando há miríades de séculos, os habitantes do planeta já existentes observavam o espaço ao redor do nosso atual Sol, eles haviam de descobrir uma pequena névoa, girando-lhe ao redor. Com o perpassar monótono do tempo, aquela névoa foi se unindo, congregando, solidificando, até adquirir uma forma que, com os movimentos de rotação e revolução que lhe imprimiam as leis da gravidade e a atração solar, tornou-se redonda e um pouco achatada nas extremidades. A Terra é, portanto, o resultado da associação de forças e elementos diversos. A água é também o resultado da associação de diversos gases, entre eles o oxigênio e o hidrogênio. Os corpos sólidos, líquidos e gasosos são, portanto, o resultado da associação de gases e forças diversas. A vida, enfim, não existiria se a associação não fosse uma verdade. É por isso que nenhuma razão ou lógica assiste aos individualistas ou, mais acertadamente, aos egolatristas.

O homem, para não sofrer as sanções da natureza, precisa estudar suas leis, para, com conhecimento de causa, delas poderem auferir o máximo resultado possível. Contra as leis da natureza, a vida tornar-se-ia em sofrimentos, torturas e morte. E a natureza não perdoa nunca. A dor é o látigo com que a natureza nos chama atenção para todas as infrações de suas leis. Por ela nos lembramos das necessidades fisiológicas, por ela evitamos o fogo que abreviaria nossa vida, a água que nos asfixiaria pela falta de oxigênio livre para nossos pulmões, etc. Quantos suicídios não tem esse latejo natural evitado que se perpetrassem? Nenhum homem chegaria a velhice se a natureza não estivesse sempre alerta, com a fiscalização da dor, para impedir que o gênero humano desaparecesse. Há tantos momentos nos quais todos os homens se sentem dispostos a desertar da vida, que, apesar dessa sanção, alguns conseguem fazê-lo. É que a mãe Natura quer que a vida seja bem vivida e o mais amplamente possível.

A classe trabalhadora quer viver, precisa viver e tem direito a viver. Para isto deve estudar as leis da natureza e segui-las com o máximo conhecimento possível. A lei suprema da natureza é a Harmonia. Os trabalhadores modernos querem a harmonia, para que a vida humana caminhe para a felicidade... Forças diversas formam os elementos, elementos diversos formam as nebulosas, nebulosas diversas evoluem até formar os mundos. Estudando estas forças nos elementos, veremos que elas agem autonomamente e que, apesar de unidas, não perdem a sua autonomia ou sua liberdade. O oxigênio que se uniu ao hidrogênio e hoje formou a água, nada perdeu de sua qualidade, de sua essência a amanhã, naturalmente deixará o seu companheiro e irá alimentar a combustão do organismo de algum peixe, transformado pelas guelras dele, sem que por isso tenha também perdido suas qualidades intrínsecas.

É por isso que, querendo viver de acordo com as leis da natureza, os trabalhadores optaram pelo federalismo. Federalismo é uma doutrina que, ao contrário do Centralismo dos políticos e dos sotaína, congregam homens diversos em organismos ou sociedades na federação, sem perda da autonomia societária. Congregam ainda as federações nas confederações e, estas, nas internacionais, mantendo ímpolita a autonomia em toda sua plenitude. Nada de escravidão: internacional, confederal, social ou individual. Tal qual as relações existentes entre as constelações solares, os planetas, satélites, cometas, os minerais, os vegetais, os animais, etc. A vida enfim. Suprema harmonia, na qual todos vivendo sua vida própria, concorrem para a vida total...

O Centralismo, ao contrário, é a negação da autonomia do indivíduo, colocada nas mãos do presidente ou do *presidium* ou seu organismo ou partido político. Negação ainda deste partido político ou organismo colocado nas mãos dos chefes da Internacional... Internacional!!!? Não, só erradamente ou mistificadamente pode-se na linguagem centralista falar em federações, confederações e internacionais ou internações. Em centralismo, formado o partido ou seita, os chefes deste partido ou seita dão ordens e todos os seus adeptos cumprem-nas sem hesitação, sem discussão. Haja vista a Igreja Católica Apostólica Romana, a mais formidável organização centralista que o mundo possui. Na igreja, não há federação de católicos da China, França, Portugal ou Brasil. Ela é a Igreja Católica Apostólica Romana em todo o mundo porque o poder da igreja está centralizado nas mãos do Vaticano. Os partidos de atuação religiosa, sabendo o quanto repugna ao povo trabalhador e aos homens pensantes o centralismo, procuram mistificar as suas pretensões com os nomes de federações, confederações e internacionais. A federação e confederação presume-se a reunião de indivíduos livres numa mesma cidade, região ou nação. Internacional é o livre acordo estabelecido por cima das fronteiras ou divisão política dos povos, é enfim, o auxílio mútuo praticado entre nações.

Não, camaradas, a única doutrina compatível com o desenvolvimento intelectual e social do século, é a negação da escravidão, o estabelecimento da sociedade livre das peias que o

obscurantismo e a ignorância de um lado, e a desenfreada ambição do outro criaram. Unamos, pois, ao redor do rubro pendão do federalismo anárquico, para o estabelecimento de uma sociedade de iguais, onde os chefes, *presidiuns* e presidentes sejam amargas recordações do passado.

1927

MEUS PRINCÍPIOS / DISCURSO PROIBIDO

Ravachol (François Claudius Koëningstein)

Meus Princípios

Senhores, é um de meus hábitos, sempre estou fazendo trabalho de propaganda. Vocês sabem o que é anarquismo? [Nós respondemos “Não” a esta pergunta – disseram os policiais]. Isso não me surpreende, ele [Ravachol] respondeu. [E continuou:] A classe trabalhadora, assim como vocês, é forçada a trabalhar para ganhar seu pão, não tem tempo para se dedicar à leitura de livretos que lhes são dados. E o mesmo acontece com vocês.

Anarquia é a obliteração dos bens.

Atualmente existem muitas coisas inúteis; muitas profissões são inúteis, como por exemplo, contabilidade. Com a anarquia não há mais a necessidade de dinheiro, já não há mais necessidade de escrituras e de outras formas de trabalho que existem atualmente.

Existem nos dias de hoje muitos cidadãos sofrendo enquanto outros nadam em opulência, em abundância. Essa situação não pode durar; nós todos deveríamos receber o excedente dos ricos; e mais ainda, obter como eles tudo o que nos é necessário. Na sociedade atual, não é possível alcançarmos esse objetivo. Nada, nem mesmo uma taxa sobre o lucro, poderia mudar a face das coisas. Todavia muitos trabalhadores pensam que se agíssemos dessa forma, as coisas poderiam melhorar. É um erro pensar dessa maneira. Se taxamos um locatário, ele irá aumentar seus aluguéis e dessa forma vai dar um jeito de fazer com que aqueles que sofrem paguem pelos novos tributos impostos a ele. De forma alguma, nenhuma lei pode impedir os locatários de serem senhores de seus próprios bens, nós não podemos impedi-los de fazerem o que quer que queiram fazer com eles. O que então poderíamos fazer? Acabar com a propriedade e, fazendo isso, acabar com aqueles que a tudo tomam. Se essa abolição acontecer, também teremos que nos livrar do dinheiro, de forma a evitar qualquer idéia de acumulação, que poderia nos forçar a uma volta ao atual regime.

É fato que o dinheiro é a causa de toda a discórdia, de todo o ódio e de todas as ambições; ele é, em uma palavra, o criador da propriedade. Esse metal, na verdade, nada é além de um preço acordado, surgido de sua raridade. Se nós não fôssemos mais obrigados a dar algo em troca das coisas que precisamos para viver, o ouro perderia seu valor e ninguém se interessaria por ele. Nem poderiam eles enriquecer a si próprios, porque nada que eles pudessem acumular poderia servir-lhes para que obtivessem uma vida melhor que a dos outros. E já não seriam mais necessárias as leis, nem necessários seriam os mestres.

Quanto às religiões, elas seriam destruídas, porque sua influência moral não mais possuiria qualquer razão para existir. Não haveria mais o absurdo da crença em um Deus que não existe, desde que depois da morte tudo está acabado. Então poderíamos nos agarrar a vida, mas quando digo vida quero dizer vida, o que não significa escravidão diária para fazer os patrões gordos, enquanto morremos de fome fazendo de nós os responsáveis pelo bem estar deles.

Mestres não seriam necessários, essa gente que ociosamente é mantida pelo nosso trabalho; todo mundo se faria útil à sociedade, pela qual eu digo trabalhando de acordo com suas habilidades e aptidões. Dessa forma, um poderia ser um padeiro, outro um professor, etc. Seguindo esse princípio, o trabalho por si mesmo diminuiria, e cada um de nós teria apenas uma ou duas horas de trabalho diário. Aquele que não fosse capaz de permanecer sem algum tipo de ocupação,

encontraria sua distração no trabalho; haveria ainda alguns preguiçosos, e se eles existissem, haveria tão poucos deles que poderíamos deixá-los em paz e, sem queixa, deixá-los viver do trabalho de outros.

Não existiriam mais leis, o casamento seria destruído. Nós poderíamos nos unir por inclinação, e a família seria fundada no amor de um pai e de uma mãe por seus filhos. Por exemplo, se uma mulher não mais amasse aquele a quem ela havia escolhido como companheiro, ela poderia se separar dele e buscar um novo relacionamento. Em uma palavra, completa liberdade para viver com aqueles a quem amamos. Como no caso em que eu falei se houvesse crianças, a sociedade poderia criá-las, isso é para dizer, aqueles que gostassem das crianças poderiam criá-las.

Com essa união livre, não existiria mais a prostituição. Não haveria mais doenças íntimas, uma vez que elas nascem somente do abuso de ambos os sexos; um abuso ao qual as mulheres são forçadas a se submeterem, já que as condições atuais da sociedade obriga-as a suportá-lo como um trabalho para sobreviver. Será o dinheiro a necessidade de uma vida, mesmo que ganho a qualquer custo?

Pelos meus princípios, os quais não posso explicar em tão pouco tempo tão cheios de detalhes, o exército não mais possuiria razão para existir, desde que não existiram mais nações distintas; a propriedade privada seria destruída, e todas as nações se juntariam em uma só, que poderia ser o Universo.

Não mais guerra, não mais disputas, não mais ciúmes, não mais roubos, não mais assassinatos, não mais sistema penal, não mais polícia, não mais governo.

Os anarquistas ainda não alcançaram os pormenores de seu projeto; os marcos apenas foram assentados. Hoje os anarquistas são em número suficiente para derrubar o atual estado de coisas, e se isso ainda não aconteceu, é porque precisamos completar a educação daqueles que nos seguem, fazendo surgir neles a energia e a força de vontade capaz de auxiliar na realização dos seus projetos. Tudo o que é necessário para isso é um empurrão, que alguns coloquem em suas próprias cabeças, e a revolução tomará seu lugar.

Aqueles que explodem casas têm como objetivo o extermínio de todos aqueles que, por sua posição social ou por seus atos, são nocivos à anarquia. Se fosse permitido atacar abertamente estas pessoas sem temer a polícia, pela própria vida, não sairíamos a destruir suas casas com dispositivos explosivos que poderiam matar pessoas das classes sofredoras que têm a seu serviço ao seu redor.

Depoimento à polícia em 30 de março de 1892

Discurso Proibido

Se tomo a palavra não é para me defender dos atos de que me acusam, pois é somente a sociedade a responsável, que por causa da sua organização põe os homens em luta contínua uns contra os outros.

De fato, não vemos hoje em todas as classes e em todas as profissões pessoas que desejam, não direi a morte, já que soaria mal, mas sim a desgraça de seus semelhantes, se esta puder lhes trazer algum benefício. Por exemplo, um patrão que deseja ver desaparecer um concorrente? Todos os comerciantes geralmente não guerreiam uns contra os outros com o objetivo de serem os únicos a desfrutarem dos benefícios que resultam deste tipo de ocupação? O trabalhador sem

trabalho não deseja, para obter um trabalho, que por um motivo qualquer que um que esteja empregado seja despedido de sua função? Pois bem, em uma sociedade onde se produzem tais fatos, não devemos nos surpreender com o tipo de atos que agora me censuram, que não são mais que a consequência lógica da luta pela existência que têm os homens que para viver, são obrigados a recorrer a todo tipo de meios. E já que cada um por si próprio, se preocupa consigo, em suas próprias necessidades se limita a pensar “Pois bem, já que as coisas são assim, eu não tenho porque duvidar, quando tenho fome, em recorrer a todos os meios ao meu alcance, ainda e com o risco de provocar vítimas! Os patrões quando despedem os trabalhadores, se preocupam se estes vão morrer de fome? Todos os que têm benefícios se preocupam se existem pessoas que lhes falta até mesmo o necessário?”

Certamente existem alguns que ajudam, mas são incapazes de aliviar a todos aqueles necessitados e aos que morrerão antes de seu tempo em consequência das privações de todo tipo, ou voluntariamente pelos suicídios de todo tipo para colocar fim a uma existência miserável e não ter que suportar as agruras da fome, as vergonhas, as inúmeras humilhações e desesperos sem fim. Nesta situação se encontra a família Hayem e a senhora Souhain que levou a morte a seus filhos para não os ver sofrer por mais tempo, e todas as mulheres que por medo de não poder alimentar a um filho, não hesitam em comprometer sua saúde e sua vida destruindo em seu seio o fruto de seus amores.

E todas essas coisas acontecem em meio à abundância de todo tipo de produtos. Compreenderíamos que tudo isto tivesse lugar em um país onde os produtos são escassos, onde não há alimentos. Mas na França, onde reina a abundância, onde os açougues transbordam de carne, as padarias de pão, onde a roupa, o calçado estão amontoado nas lojas, onde existem casas vazias! Como admitir que tudo está bem na sociedade, quando se vê tão claramente o contrário?

Haverá gente que se compadecerá de todas estas vítimas, mas que dirão que não podem fazer nada. Que cada um ajude como possa! Que pode fazer a quem falta o necessário mesmo enquanto trabalho, quando está desocupado? Não mais que desejar morrer de fome. Então se lançarão algumas palavras de piedade sobre o seu cadáver. Isto é o que gostaria de ter deixado para os outros. Eu preferi me fazer contrabandista, falsificador, ladrão e assassino. Poderia ter mendigado, mas é degradante e covarde, e até castigado pelas suas leis que transformam em delito a miséria. Se todos os necessitados, em lugar de esperarem, tomassem de onde existe o que precisam, não importando de que forma, entenderiam talvez mais depressa como é perigoso desejar manter o estado social atual, onde a inquietação é permanente e a vida está ameaçada a cada instante.

Acabariamos, sem dúvida, compreendendo mais rapidamente que os anarquistas têm razão quando dizem que para conseguir tranqüilidade moral e física, é necessário destruir as causas que geram os crimes e os criminosos: não é suprimindo àquele que, ao invés de morrer de uma morte lenta em consequência das privações que teve e terá que suportar, sem esperanças de vê-las acabar, prefere, se tem um pouco de energia, tomar violentamente aquilo que lhe pode assegurar o bem estar, ainda que sob o risco de sua morte, que não é mais que um fim para seus sofrimentos.

E é aqui que está o porque cometi os atos que me reprovam e que não são mais que a consequência lógica do estado bárbaro de uma sociedade que não faz mais que aumentar o número de suas vítimas pelo rigor de suas leis que se alçam contra os efeitos sem jamais tocar nas causas; dizem que se tem que ser cruel para matar a um semelhante, mas os que falam isto não vêem que decidimos fazê-lo tão somente para evitarmos a nossa própria morte.

Igualmente, vocês, senhores juízes, que sem dúvida vão me condenar à pena de morte, porque

acreditam que é uma necessidade e que meu desaparecimento será uma satisfação para vocês que têm horror em ver correr o sangue humano, mas que quando acreditam que será útil derramá-lo para garantir a segurança da vossa existência, não duvidarão mais do que eu em fazê-lo, com a diferença que vocês o fazem sem correr nenhum risco, enquanto que eu agi colocando em risco e perigo minha liberdade e minha vida.

Bem, senhores, existe mais criminosos a serem julgados, mas as causas do crime não são destruídas. Criando os artigos do Código, os legisladores se esqueceram que eles não atacam as causas mas somente os efeitos, e, efeitos que todavia se desencadearão. Sempre existirão criminosos, ainda que destruam um, amanhã nascerão outros dez.

O que fazer então? Destruir a miséria, esta semente do crime, assegurando a cada qual a satisfação de todas suas necessidades! E quão difícil é de realizar! Seria suficiente estabelecer a sociedade sobre novas bases onde tudo seria de todos, e onde cada um produzindo segundo suas aptidões e suas forças, poderia consumir segundo suas necessidades. Desta forma não veremos mais gente como o ermitão de Notredame-de-Grâce, mendigando por moedas daqueles que se tornam escravos e vítimas! Não veremos mais mulheres cedendo seus corpos, como uma mercadoria vulgar em troca destas mesmas moedas que nos impede freqüentemente de reconhecer se o afeto é realmente sincero. Não veremos mais homens como Pranzini, Prado, Berland, Anastay e outros que, para obter esse mesmo metal chegam a dar morte! Isto demonstra claramente que a causa de todos os crimes é sempre a mesma e que é necessário ser realmente insensato para não enxergá-la.

Repito, se é a sociedade quem cria os criminosos, e vocês, juízes, no lugar de golpeá-los, deveriam usar vossa inteligência e vossas forças para transformar a sociedade. Com um golpe só fariam desaparecer todos os crimes; e vossa obra, atacando as causas, seria maior e mais fecunda que vossa justiça que se limita a castigar seus efeitos.

Não sou mais que um trabalhador sem estudo, mas por ter vivido a vida dos pobres, tenho mais capacidade que um burguês rico para sentir a perversidade das suas leis repressivas. Onde foi que conseguiram o direito de matar ou prender um homem que, colocado sobre a terra com a necessidade de viver, se viu na necessidade de tomar aquilo que lhe faltava para se alimentar?

Trabalhei para viver e para sustentar a minha família; para que nem eu nem meus parentes sofrêssemos demais. Mantive-me da forma que vocês chamam “honesto”. Depois o trabalho faltou e sem ele veio a fome. Só então veio essa grande lei da natureza, esse brado imperioso que não admite ficar sem resposta, o instinto de preservação me levou a cometer alguns dos crimes e infrações dos quais sou acusado e que admito ser o autor.

Me julguem, senhores do júri, mas se vós me compreendestes, ao me julgarem julguem todos os desafortunados cuja pobreza combinada com orgulho natural, transformou em criminosos, e àqueles cuja riqueza ou o benefício transformou em homens honestos.

Uma sociedade inteligente teria feito deles homens, como quaisquer outros.

Discurso no julgamento de 24 de abril de 1892